



Resgatar o BB e
seus funcionários.
Em Defesa
das Entidades
do Funcionalismo.

*Juntos
somos
mais*

29° CNFBB

CONGRESSO NACIONAL
DOS FUNCIONÁRIOS DO
BANCO DO BRASIL

São Paulo • 07 e 08 de Junho de 2018

CADERNO DE TESES



FEDERAÇÕES
E SINDICATOS



Publicação de responsabilidade da Contraf/CUT

Rua Líbero Badaró, 158, 1º andar,
Centro - São Paulo, SP - CEP: 01008-000

Fone: (11) 3107-2767

Presidente

Juvandia Moreira Leite (Bradesco-SP)

Secretaria de Comunicação

Gerson Carlos Pereira (Bradesco/SP)

Revisão: Rodrigo Zevzikovas.

Capa: Alexandre Rolim

Diagramação: Guilherme Hilário

www.contrafcut.org.br

contrafcut@contrafcut.org.br

Sumário

5. Regimento Interno

Teses

9. Articulação Sindical Bancária

18. Tese da Corrente Sindical Nacional Causa Operária – Bancários em Luta

25. Fórum

30. Tese do MNOB - Movimento Nacional de Oposição Bancária/CSP Conlutas

42. Tese do MNOB - Movimento Nacional de Oposição Bancária/CSP Conlutas

69. Tese Da CSP Conlutas e Outros

82. CSD – CUT Socialista e Democrática

Programação

29^o CONGRESSO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

Quinta-feira 07 de junho de 2018

08h às 20h - Credenciamento

9h – Abertura CEBB - Leitura e Aprovação do Regimento Interno

9h30min – Apresentação das Teses

10h30min – Painel Conjuntura Nacional

11:30 às 13:00h – Painel Mundo do Trabalho e Impactos das Reformas no ACT/BB (DIEESE/Jurídico)

13 às 14:30 hs – Intervalo Almoço

14:30h às 16:30 – Painel Previdência Complementar

- **Marcio Souza** – Diretor de Administração da Previ

- **Paula Goto** – Diretora de Planejamento da Previ

- **José Ricardo Sasserone** – Vice-Presidente da ANAPAR

16:30h às 19:30h – Painel Saúde e Condições de Trabalho - Cassi/Economus

- Saúde do Trabalhador -

Sexta-Feira 08 de junho

9:30h às 10h30min – Painel Entidades do Funcionalismo do BB

10h30min às 13h – Plenária Final e Encerramento

13h – Almoço



Resgatar o BB e
seus funcionários.
Em Defesa
das Entidades
do Funcionalismo.

*Juntos
somos
mais*

29º CNFBB

CONGRESSO NACIONAL
DOS FUNCIONÁRIOS DO
BANCO DO BRASIL

São Paulo • 07 e 08 de Junho de 2018

**Regimento Interno do 29º Congresso
Nacional dos Funcionários do BB**

Art. 1º. O 29º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, aqui denominado “29º CNFBB” realizar-se-á em São Paulo, nos dias 07 e 08 de junho de 2018, na Quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo Osasco e região, à Rua Tabatinguera, 192 - Centro, São Paulo – SP.

Art. 2º. O 29º CNFBB tem por objetivo discutir e deliberar sobre os temas:

RESGATAR O BB E SEUS FUNCIONÁRIOS - Em Defesa das Entidades do Funcionalismo

- Desmonte do BB: Reestruturações e seus impactos

- Emprego, Carreira e Igualdade de oportunidades.

- Terceirização e Banco Digital

- Saúde e Previdência: Reformas e Resoluções do Governo

- Manutenção dos Direitos

Art. 3º. Serão participantes ao 29º CNFBB:

I. Os/As delegado/as credenciados/as, com direito a voz e voto;

II. Os/As convidado/as credenciados/as, com direito a voz;

III. Os/As observadores/as credenciados/as, com direito a voz.

Art. 4º. Os/As delegado/as ao 29º CNFBB serão aqueles/as eleitos/as e inscritos/as pelas federações, após processos democráticos de eleição, no total de até 303 (trezentos e três), conforme distribuição deliberada pela CONTRAF-CUT.

Parágrafo primeiro - As representações efetivas da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, aqui denominada “CEBB”, indicados/as pelas

respectivas Federações e pela CONTRAF-CUT, serão delegados/as natos/as ao 29º CNFBB.

Parágrafo segundo - Serão admitidos/as Observadores/as até o limite de 5% do total de cada delegação.

Parágrafo terceiro - As delegações deverão observar a paridade de gênero.

Distribuição dos delegados ao 29º CNFBB:

Federação	Delegados	Observadores
Feeb BA/SE	16	1
Feeb RJ/ES	27	1
Fetrafi RS	15	1
Feeb SP/MS	27	1
Fetec CN	66	3
Fetrafi NE	34	2
Fetec PR	21	1
Fetec SC	9	1
Fetec SP	58	3
Fetrafi MG	18	1
Subtotal	291	17
CEBB	12	
Total		320

Art. 5º. Participarão do 29º CNFBB, na qualidade de convidados/as, a critério da CONTRAF-CUT, os técnicos/as, assessore/as de delegações, parlamentares, autoridades e lideranças sindicais.

Art. 6º. Constitui instrumento para comprovar o credenciamento dos/as participantes, a comunicação escrita das respectivas Federações e o pagamento de taxa definida pela CONTRAF-CUT.

Parágrafo primeiro - Os/as suplentes serão inscritos/as mediante carta de substituição do/a delegado/a efetivo/a ou mediante autorização, por escrito, do/a chefe da delegação.

Art. 7º. Os trabalhos preparatórios do 29º CNFBB e a sua condução ficarão a cargo da CEBB – Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, órgão que assessora a CONTRAF/CUT.

Art. 8º. O Congresso funcionará sob o

regimes de Painéis de Debates e Sessão Plenária.

Art. 9º As decisões do 29º CNFBB serão tomadas por maioria dos/as votantes presentes na sessão e na ocasião em que ocorrer a votação.

Art. 10º As sessões plenárias serão constituídas por todos/as os/as participantes do evento, devidamente credenciados.

Art. 11. As mesas dos Painéis de Debates e sessões plenárias de que trata o Art. 10 deste regimento terão a seguinte composição:

- I. Um/a presidente/a;
- II. Dois/duas secretários/as;
- III. Um/a relator/a.

Parágrafo Primeiro - Ao presidente/a caberá a coordenação dos trabalhos nas sessões plenárias.

Parágrafo Segundo - Aos secretários/as competirá receber os documentos encaminhados à mesa e anotar as inscrições dos/as oradores/as.

Parágrafo terceiro - Ao relator/a competirá redigir as atas das sessões.

Parágrafo quarto – As mesas deverão observar a paridade de gênero.

Art. 12. Após a apresentação de cada relatório na sessão plenária de encerramento, a mesa submeterá as propostas consensuais à votação “em bloco” e, em seguida, abrirá o debate para

as propostas divergentes, com uma defesa para cada proposta.

Art. 13. Havendo necessidade, a mesa da sessão, após consulta ao plenário, poderá abrir novas inscrições para manifestações, sendo, no máximo, mais duas para cada proposta.

Art. 14. As votações serão realizadas por aclamação, mediante exibição pelos/as delegados/as, a mão levantada, do cartão de votação.

Parágrafo Primeiro - Na apuração de cada votação será utilizado, a princípio, o critério do contraste.

Parágrafo Segundo - Em caso de dúvida quanto ao resultado, proceder-se-á a contagem dos votos dos delegados/as.

Parágrafo Terceiro - As declarações de voto serão limitadas a 3 (três) declarações por votação, respeitando a ordem de chegada do crachá à coordenação da mesa, tendo cada um dos três declarantes 1 (um) minuto para fazer seu pronunciamento.

Art. 15. As moções deverão ser apresentadas à coordenação da Conferência, por escrito, até às 17 horas do dia 7 de junho, e serão lidas e votadas na Plenária Geral dos Delegados e Delegadas.

Parágrafo Primeiro: Somente serão aceitas moções subscritas por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos delegados e das delegadas regularmente credenciados.

Parágrafo Segundo: As moções não poderão versar contrariamente às deliberações da 29º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil.

Art. 16. Os casos omissos no presente Regimento Interno serão resolvidos pela CEBB até a instalação do Congresso, e pelo Plenário, durante a sua realização.



Resgatar o BB e
seus funcionários.
Em Defesa
das Entidades
do Funcionalismo.

*Juntos
somos
mais*

29° CNFBB

CONGRESSO NACIONAL
DOS FUNCIONÁRIOS DO
BANCO DO BRASIL

São Paulo • 07 e 08 de Junho de 2018

ARTICULAÇÃO SINDICAL BANCÁRIA



1. CONJUNTURA

1.1 - CONJUNTURA INTERNACIONAL

O mundo assiste hoje à ampliação da crise da hegemonia americana frente ao crescimento do protagonismo chinês e russo. A contestação da preponderância americana se dá no campo econômico e militar. A visualização desse novo cenário pode ser vista em conflitos abertos ou não como os casos norte coreano e no caso sírio os quais interesses estadunidenses não conseguiram se estabelecer em áreas estratégicas para os interesses hegemônicos. O recurso constante as armas, demonstram que o imperialismo americano não consegue mais impor seu poder político e econômico aos demais países do mundo como sempre fez. O que se assiste é a barbárie que assola principalmente o Oriente Médio com o surgimento de grupos extremistas como o Estado Islâmico e outros que são apoiados materialmente pelos Estados Unidos.

A Europa continua em seu declínio econômico e político e com graves problemas internos. A Economia Europeia quase não cresce e assistimos a diversos movimentos separatistas e tentativas de desagregação de estados europeus. O declínio econômico europeu traz em seu bojo o renascimento de movimentos de extrema direita em diversos países com destaque para a Áustria e para a própria Alemanha. Vale o destaque para a Ucrânia que hoje tem um governo claramente de extrema direita e vem sofrendo um processo de desagregação territorial.

Um destaque interessante no cenário Europeu é Portugal que, depois de uma longa crise, consegue voltar a crescer e a se desenvolver com um governo de esquerda focado no desenvolvimento nacional. Um alento para a esquerda europeia que vem sofrendo derrotas sucessivas no campo europeu e que não tem conseguido construir um projeto alternativo ao implantado pela ampla maioria dos países do velho continente.

Na América Latina o cenário é muito preocupante. Depois de um avanço de governos progressistas no Brasil, Argentina, Equador, Bolívia, Honduras, El Salvador Uruguai, Paraguai e Venezuela nas últimas décadas, passamos a um processo de avanço da agenda neoliberal em grande parte desses países e do restante da América Latina.

A ofensiva neoliberal sobre a América Latina se deu de formas variadas. Começando por golpes de estado de caráter Político e Judicial como os casos do Brasil, Paraguai e Honduras, ou seja, por interferência direta em processos eleitorais como na Argentina e outras tentativas contra os governos da Venezuela e Equador. O fato é que a onda neoliberal retomou a iniciativa política na América Latina. Todas ou quase todas as iniciativas de integração regional foram abandonadas ou desconstruídas por essa nova ofensiva que retoma a agenda de submissão aos interesses americanos. Os resultados são claros com a privatização de empresas a custos irrisórios, como no Brasil, por exemplo destruição de direitos, o aumento do desemprego e da miséria e com o surgimento de novo de órgãos de ingerência externa na América Latina como o FMI e o Banco Mundial. A piora dos dados sociais, o aumento da desigualdade e da pobreza são visíveis e podem ser constatados tanto nas ruas como em dados estatísticos da própria ONU. Vivemos uma conjuntura de defensiva e para tal precisamos construir frentes amplas em defesa dos direitos e da democracia não só no Brasil, mas também em toda a América Latina.

1.2. CONJUNTURA NACIONAL

O golpe segue seu roteiro de ataques aos direitos e a democracia. Não só desses ataques, mas também do processo de destruição de toda e qualquer possibilidade de retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento social. A questão central para os golpistas é entregar o Brasil aos financiadores nacionais e estrangeiros do Golpe.

Para os financiadores do Golpe, o Governo Temer já entregou a reforma trabalhista, a destruição da Petrobrás, o contingenciamento de todos os investimentos por 20 anos, o Pré-Sal e agora aponta para a retomada do processo de privatização de todas as empresas públicas. A lógica é bem clara de entregar todo o país aos abutres do mercado. A única derrota expressiva que esse governo sofreu foi não ter conseguido aprovar a reforma da previdência, o que deixou muito insatisfeitos os seus principais financiadores que são os banqueiros. Derrota essa causada pela mobilização popular e por causa do calendário eleitoral.

No campo da política econômica o desastre é ainda maior. O alegado controle da inflação veio a custas de um brutal processo de recessão e aumento do desemprego. Recessão que só não é maior por causa do setor agrícola pois o Brasil está no maior processo de desindustrialização do mundo. Caminhamos a passos largos para sermos uma economia agroexportadora e termos um papel cada vez mais insignificante na economia internacional.

Os indicadores econômicos apontam claramente para a queda da renda dos salários, queda no consumo, queda no investimento público e privado e contração e o encarecimento do crédito. Todos apontam para um país numa crise sem possibilidades de desenvolvimento.

No campo da democracia o cenário não é nada melhor do que na Economia. Os setores políticos do golpe orquestrados em conjunto com o Judiciário prosseguem a perseguição política travestida de Justiça.

Os processos da operação Lava Jato mostraram a sua real face de destruir as empresas nacionais e para perseguir os adversários do golpe. Nenhum político ligado diretamente ao governo Temer ou o próprio foi investigado, isso mostra claramente o interesse político neste processo, sem falar nos interesses estrangeiros em destruir a Petrobrás e se apoderar do Pré-sal que foram garantidos por esse processo. O processo da Lava Jato inclui todos os níveis do poder judiciário. Como afirmou Romero Jucá

(MDB-RR), é um golpe com STF e tudo junto.

O maior expoente desse processo ilegal é a prisão do ex-presidente Lula num processo sem provas e eivado de ilegalidades inclusive com "provas" forjadas. O objetivo claro é impedir que a maior referência da classe trabalhadora brasileira dispute a eleição de outubro. Os candidatos ligados ao golpe não se viabilizam eleitoralmente até o momento o que fortalece ainda a necessidade dos golpistas de tentarem a todo custo impedir a candidatura Lula. Defender a liberdade do Lula é fundamental para o restabelecimento da democracia em nosso país. Precisamos construir uma frente ampla com todos e todas que defendem a democracia e os direitos do povo brasileiro. Só teremos nossos direitos garantidos e a democracia restabelecida quando tivermos a restituição das eleições livres e com a possibilidade real de uma candidatura que simboliza a esperança do povo brasileiro possa participar.

2. BB: UM BANCO PARA O BRASIL

O governo Temer vem implementando um processo aberto de desmonte para a privatização de todas as empresas públicas. O desmonte passa desde o descrédito dessas empresas através da mídia com denúncias de corrupção, seja pela entrada de membros da iniciativa privada na gestão das empresas públicas. Fácil notar isso quando temos no conselho de administração da Petrobrás de dirigentes ligados à Shell e à empresas de navegação estrangeiras. No Banco do Brasil temos a presença marcante de uma consultoria ligada ao Itaú com a importação de práticas da banca privada nas relações de trabalho. Não foi ao acaso que logo em seguida ao Itaú e ao Santander, o BB também passou a exigir que as homologações dos contratos de trabalho também fossem feitas fora dos sindicatos. O banco que, por ser público, deveria ser um balizador de mercado para a sanha de juros e tarifas da banca privada, hoje na prática não se diferencia em quase nada dos seus concorrentes, ou seja, se transformou para a sociedade como mais um banco qualquer. A lógica é descaracterizar o BB como um banco



público para facilitar a privatização.

Importante lembrar o papel que os bancos públicos tiveram na crise de 2008 quando foram fundamentais para a manutenção do crédito e do crescimento econômico quando a banca privada ia no sentido contrário. Expandir o crédito produtivo e de longo prazo são fundamentais para o crescimento econômico. A dinâmica econômica era diferente da atual. A prioridade era o crescimento econômico e o desenvolvimento social. As diretrizes atuais são bem diferentes.

A política econômica atual só agrava a crise. Não podemos pensar em outro modelo de país sem um instrumento capaz de financiar o desenvolvimento e de ser um balizador de taxas, juros e tarifas do sistema financeiro. Precisamos ter um BB para o país. Um banco que financie o desenvolvimento social e econômico que seja um banco público para o povo brasileiro e não mais um banco privado predador da sociedade.

Defender as Empresas Públicas deve ser tarefa contínua da classe trabalhadora e nossa Campanha em Defesa dos Bancos Públicos deve ser reforçada com o contínuo envolvimento da sociedade. Em 2017, foram dezenas de audiências públicas em todo o território nacional, reforçando a defesa dos bancos públicos e mostrando ao poder público e para a sociedade civil a importância e o papel de desenvolvimento do Banco do Brasil.

Defendemos o fortalecimento das ações em defesa dos bancos públicos não somente no Brasil, mas em todos os países, que ainda têm bancos públicos. Continuaremos participando das atividades organizadas pela Uni Américas.

A tarefa de defender o Banco do Brasil não pode e não deve ser uma tarefa exclusiva dos bancários. Precisamos agregar outros atores que comungam das mesmas posições. Entidades da sociedade civil e movimentos sociais que dependem de forma direta e indireta do BB como banco público. Enfrentaremos o Governo, a banca privada e a imprensa. A ampliar a defesa do BB como banco público sob

a ótica da sociedade e não do mercado é um dos principais desafios nossos para enfrentar as tentativas do governo de desmonte e privatização. Temos que transformar o BB de um banco público para um banco para o Brasil.

3. DEFESA DA MESA ÚNICA DE NEGOCIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS CONQUISTAS

As Campanhas Unificadas entre bancários de bancos públicos e privados, em torno da Convenção Coletiva Nacional, assinada entre a Contraf-CUT, e a Fenaban e governo desde 1992, tem trazido ganhos e proteção de direitos à categoria bancária. Até 2005, os bancos públicos federais não eram signatários da Convenção Coletiva dos bancários da CUT e cada banco federal assinava, quando possível, acordos coletivos por empresa.

Ao longo dos anos as mesas específicas têm garantido avanços na isonomia de direitos e novas conquistas a todas as funcionárias e funcionários do BB:

2003 - Abonos 5 dias

2004 - PAS Odontológico

2005 - Extensão de direitos a companheiros homoafetivos (casais do mesmo sexo)

2006 - Ampliação das ausências legais aos pós-98

2007 - Parcelamento de adiantamento salarial nas férias

2008 - Plano Odontológico e Cláusulas de Isonomia nas Instruções Normativas

2009 - Acumulação e venda de abonos

2010 - Implantação da Carreira de Mérito Retroativa a 2006; Alteração da IN 369 (Três avaliações)

2011 - Retroatividade na Carreira de Mérito até 1998

2012 - Promoção de A1 para A2 após 90 dias

2013 - Maior Pontuação ao Mérito dos Caixas

2014 - Substituição dos GEMOD's nas PSO e agências e Mérito Caixas Retroagindo à 2005

2015 – Ampliação das substituições, mais itens de isonomia aos incorporados e ampliação das ausências para mães com gravidez de risco.

2016 – Ampliação do público de módulo avançado nos cargos, retorno da verba de QVT e manutenção da verba 226 em caso de reestruturação.

Ainda em 2016, o acordo de 2 anos garantiu a manutenção das ausências legais e do modelo de PLR. O governo ilegítimo comunicou corte no reajuste e na PLR, exceto para quem tinha convenção ou acordo coletivo assinado.

Em 2018, precisamos fortalecer o papel da Mesa Única de Negociação com mesas concomitantes para os bancos que tem ACT – Acordo de Coletivo de Trabalho Aditivo à CCT. Defendemos renovar um acordo coletivo com manutenção de direitos e válidos para todos os funcionários.

A reforma Trabalhista do golpista e ilegítimo Michel Temer, instituída pela Lei 13.467, flexibilizou a legislação, retirou direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e legalizou o trabalho informal. Além disso a homologação das rescisões não precisa mais ser feita obrigatoriamente nos sindicatos ou no Ministério do Trabalho. Além disso, o fim da ultratividade que era prevista numa súmula que garantia a manutenção das cláusulas do último acordo coletivo ao final da vigência, até que novo acordo fosse celebrado, põe em risco a renovação e manutenção de todas as conquistas do Acordo Coletivo dos Funcionários do BB.

4. CONTRATAÇÃO DA REMUNERAÇÃO INTEGRAL DE TODOS OS BANCÁRIOS E BANCÁRIAS

Resgatamos o que o conceito conforme o Dieese – 2000, considerando que um assalariado com carteira assinada tem sua remuneração total dividida em remuneração fixa direta, remuneração fixa indireta e remuneração variável. A parte direta refere-se a salário mensal, gratificações, férias com abono, 13º salário, FGTS etc. Já a indireta trata de itens como cesta alimentação e vale alimentação, vale-transporte etc. A variável é a parcela que depende do alcance de lucros, metas ou resultados por parte da empresa, de algum setor dela ou do trabalhador individual.

A nova lei trabalhista estabelece o conceito de trabalhador hipersuficiente, abrindo a prerrogativa de negociação direta entre patrão e empregado para aqueles que tenham remuneração maior que dois tetos da previdência oficial do INSS e tenham curso superior de graduação. Este conceito põe em risco nosso contrato coletivo de trabalho e aumenta a pressão dos bancos sobre os trabalhadores e trabalhadoras bancárias.

Defendemos um Acordo Coletivo de Trabalho para todos os funcionários do BB, sem nenhuma exclusão. Também defendemos a contratação total da remuneração fixa e variável, incluindo o PDG.

O Banco criou o PDG – Programa de Desempenho Gratificado sem nenhuma negociação com o movimento sindical. Contudo, até o ano de 2015, o BB informava no seu Relatório Anual o PDG da seguinte forma na seção “Remuneração e Benefícios - Programa Extraordinário de Desempenho Gratificado (PDG). O PDG é um programa de reconhecimento e premiação do desempenho negocial e de gestão.” (BB Relatório da Administração 2015).

A partir de 2016, o BB passa a tratar o PDG como premiação e retira as informações da seção “Remuneração e Benefícios” do Relatório Anual. A consequência disso é que o banco começou a ampliar o público e incluir caixas e escriturários no programa. O que pode parecer positivo vem com cobrança por metas individuais e descomissionamentos,



além de situações explícitas de assédio. Defendemos que o PDG seja apresentado e negociado com acordo específico e regras claras como toda e qualquer remuneração variável.

5. BANCO DIGITAL E HOME OFFICE

Precisamos pensar a proteção dos funcionários que trabalham nos escritórios digitais e aqueles que são público alvo dos programas de home-office. O Banco precisa cuidar da saúde física e mental das trabalhadoras e trabalhadores que atuam em ambientes específicos, inclusive em algumas situações de insalubridade já denunciadas pelos sindicatos.

O Home Office não pode ser um atalho para retirar proteções laborais e reduzir o custo da empresa, aumentando as despesas dos funcionários.

O Banco do Brasil, nos últimos anos, intensificou seu processo de incorporação de tecnologias modificando profundamente a forma de organização do trabalho e seu relacionamento com o cliente, alterando local de trabalho dos funcionários, grande concentração de carteiras e clientes, ampliação do horário de atendimento, incorporações de multiplataformas on-line de comunicação e contato com cliente.

Se o Banco do Brasil pretende ser “mais que digital”, os funcionários precisam continuar sua reflexão profunda sobre o papel do BB na sociedade, e qual banco que queremos nessa era digital. O processo de agregação tecnológica na realização das tarefas intensificou o trabalho e o tornaram muito mais repetitivo aumentando os riscos para a saúde do trabalhador. Os atuais avanços tecnológicos e as reestruturações promovidas pela direção do banco, nos levam a questionar se existe algum papel que possam desempenhar no futuro do Banco do Brasil, uma vez que o processo de digitalização do Banco, vem acompanhado da eliminação de postos de trabalhos.

6. REESTRUTURAÇÕES E CONTINUIDADE DO DESMONTE DO BB

Com a consolidação do golpe, o governo ilegítimo deu continuidade ao desmonte do BB através de pressão para redução de despesas com pessoal. A diretoria do BB manteve o processo de contínuas reestruturações, todas elas com redução de postos de trabalho, fechamento de agências e setores estratégicos para o papel de desenvolvimento que deve ter o Banco do Brasil.

O saldo dessas reestruturações foram mais de três mil descomissionamentos em todo o país desde o início de 2016, de cargos básicos, como caixas até cargos de gestão, sem proteção das pessoas ou garantia de realocação. A Articulação Bancária defende que todo funcionário do BB tenha sua remuneração protegida quando houver reestruturação e defendemos a aplicação da incorporação de função como forma de efetivar essa proteção. A proteção dos funcionários também passa pela prorrogação da Vantagem de Caráter Pessoal – VCP para manter os salários de qualquer funcionário que tenha perda em processo de reestruturação até que seja realocado com mesmo salário.

Em 2017, o desmonte via reestruturações continuou com o descomissionamento de 1200 caixas e cerca de 700 deles não foram realocados. A argumentação do BB de que a função de caixa será cada vez menos utilizada tem como base o número de autenticações que foram diminuídas devido ao corte de convênios de recebimento feito pelo próprio BB para acelerar esse processo.

O novo modelo de atendimento do banco fez com que a empresa voltasse aos primeiros lugares do ranking de reclamações no Banco Central. As agências estão sem funcionários e lotadas de clientes que necessitam de atendimento que não é feito de forma digital.

Além de piorar o atendimento, a redução no quadro de funcionários tem provocado aumento no adoecimento dos funcionários. É constante a reclamação dos funcionários sobre as condições de trabalho e a falta de segurança com a reclamação dos clientes muitas vezes de forma violenta.

O Banco reduziu o número de cargos gerenciais nas agências e muitas delas, com apenas um nível gerencial tem sido o maior foco de reclamação, pois os funcionários simplesmente não conseguem executar as tarefas de atendimento, além de prejudicar as pausas e horário de almoço, novamente colocando em risco a saúde dos funcionários.

Defendemos a contratação de funcionários e que cada agência de atendimento tenha no mínimo dois cargos gerenciais e com o processo de substituição liberado com pagamento do mesmo salário ao substituto.

Os postos de atendimento devem retornar à sua condição de agência com autonomia contábil e administrativa, com a reativação de todos os cargos e aumento de dotação.

O Banco do Brasil precisa contratar com abertura de novos concursos públicos em todo o Brasil para reposição do quadro de funcionários.

Precisamos ampliar a luta contra os descomissionamentos arbitrários e a perseguição aos militantes e representantes sindicais de base, bem como aos funcionários que tem ação judicial contra o BB para defender seus direitos.

7 – PREVI E FUNDOS DE PREVIDÊNCIA PATROCINADOS PELO BB

Em 2018, a luta contra o PLP 268 continua e até o momento conseguimos segurar a votação daquele projeto que acaba com a boa governança nos fundos de pensão e retira a participação dos trabalhadores das eleições para as diretorias executivas dos fundos.

DESAFIOS NA PREVI

Passado o período eleitoral na PREVI, concluído com uma vitória histórica do movimento sindical e das entidades associativas contra um discurso individualista e anti-sindical, temos vários desafios para enfrentarmos e vencermos nos próximos dois anos.

O PLP 268 que retira dos associados o poder de eleger diretores e coloca pessoas externas na gestão do nosso Fundo continua tramitando na Câmara dos Deputados e representa a mais grave ameaça à nossa governança. Como uma erva daninha, está à espreita, aguardando uma oportunidade para ser colocado em votação no plenário.

Manter a mobilização dos associados e buscar a articulação com os trabalhadores de outras entidades fechadas de previdência complementar são tarefas permanentes e prioritárias para cada um de nós militantes e para os representantes que elegemos em 2016 e 2018 para atuarem na governança da PREVI.

Tão reconhecida e motivo de orgulho para todos nós, a governança da PREVI, responsável por manter a Entidade íntegra e fora dos escândalos e mal feitos, precisa ser defendida e aperfeiçoada com a defesa do fim do voto de minerva e o resgate do poder dos associados para votar nas reformas dos estatutos e regulamentos.

A gestão dos nossos ativos, que trouxe de volta o equilíbrio do Plano 1 e o dobro de rentabilidade em relação à meta atuarial no PREVI Futuro, tem que continuar sob controle dos associados, por meio dos funcionários cedidos pelo Banco, impedindo qualquer proposta de terceirização de serviços e negócios da PREVI.

No Plano 1, nossos representantes, nos próximos anos, precisarão decidir para onde serão direcionados os recursos líquidos oriundos da renda variável de forma a garantir a rentabilidade e liquidez dos nossos ativos, mantendo o equilíbrio e a perenidade do Plano. Contudo, de imediato, será preciso garantir a aprovação definitiva das alterações no Regulamento para implantar definitivamente o teto de benefícios aprovado na Diretoria Executiva e no Conselho Deliberativo, e permitir a utilização pelos funcionários da ativa do saldo do BET para liquidar ou abater o saldo de empréstimos simples e financiamentos imobiliários.



No Plano PREVI Futuro, será necessário que o movimento sindical priorize e enfrente um debate duro com o Banco do Brasil para cobrar a alteração da estrutura do Plano e revisar a tabela PIP, permitindo o acesso de todos os associados à contribuição adicional de evolução da carreira. Esta alteração proporcionará uma acumulação mais rápida do saldo de contas, garantindo, por consequência, uma perspectiva melhor de renda para a aposentadoria no futuro. Pelo Estatuto, esta alteração é possível pois está dentro dos limites de custeio fixados para o Banco, mas, para se tornar realidade, será necessário contar com a força dos associados, por meio dos seus representantes, na mesa de negociação com os interlocutores do Banco, respaldados pelas nossas maiores entidades representativas.

O momento é de luta e resistência para defesa e ampliação das nossas conquistas, mantendo a essência associativa da PREVI e a preservação da solidariedade entre nós, associadas e associados dos Planos 1 e PREVI Futuro.

ECONOMUS PREVIDÊNCIA

Quanto aos planos de previdência do Economus, defendemos a migração da gestão para a PREVI e início de negociações sobre a isonomia de regulamentos, permitindo a participação dos funcionários na gestão e maior compromisso do BB com os funcionários incorporados.

8. CASSI E ENTIDADES DE SAÚDE PATROCINADAS

A Articulação Sindical defende como princípio e fundamento de nossa Caixa de Assistência Médica a defesa da solidariedade na Caixa de Assistência como é hoje; o mesmo atendimento a todos, independentemente da idade, quantidade de dependentes ou remuneração.

A melhor perspectiva de futuro para a sustentabilidade do Plano de Associados é a ampliação da APS/ESF, o fortalecimento das CliniCassi e programas de saúde e maior participação social e pertencimento dos associados.

Em relação ao custeio do Plano de Associados, a proporção de contribuição entre Banco e Corpo Social deve ser 60/40, como é hoje, sem novas cobranças somente para os associados.

A Governança da entidade deve ser paritária, sob risco de que todos os direitos dos associados sejam afetados em cascata e rapidamente.

Continuaremos defendendo a valorização de Conselhos de Usuários e que se viabilize reuniões nos locais de trabalho com a finalidade de aproximar os trabalhadores das associações.

O modelo assistencial da Cassi é uma das nossas maiores bandeiras, principalmente num momento de crise no sistema de saúde nacional. Este modelo tem demonstrado ser o que melhor salvaguarda o direito à saúde dos trabalhadores.

A proposta do BB, apresentada em mesa de negociação, tem como objetivos reduzir os aportes do banco para a Cassi, aumentar as contribuições dos funcionários e implantar o voto de minerva no Conselho Deliberativo para dar mais poder ao banco e facilitar a aprovação de mudanças de interesse do BB e prejudiciais aos funcionários.

A proposta acaba com o modelo de contribuição vinculada ao salário, critério que mantém a solidariedade entre as gerações e entre funcionários com remuneração diferente. É este modelo que o banco coloca em risco, um modelo que garante a todo funcionário ativo, aposentado e a seus dependentes assistência equânime, sem discriminação e de acordo com as necessidades de tratamento de cada um.

Além de onerar associados e quebrar o princípio da solidariedade na Cassi, prejudicando sobretudo os aposentados, a proposta do BB prevê mudanças na governança da Caixa de assistência com a criação de duas novas diretorias, que ficariam nas mãos de agentes do mercado, além da instituição do voto de minerva pelo banco no Conselho Deliberativo. Continuaremos defendendo uma mesa de negociação coordenada pelos sindicatos e

com a participação de outras entidades de representação do funcionalismo, contando também a presença de dirigentes eleitos.

RESOLUÇÕES CGPAR

O governo federal editou três resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) que atingem diretamente os empregados das empresas públicas.

A Resolução 23 da CGPAR já começa a interferir negativamente na gestão do Banco do Brasil, negando direitos aos novos funcionários do banco e tentando diminuir a participação financeira do BB na Cassi e no Economus. Defendemos a luta contra as resoluções da CGPAR integrando o funcionalismo do BB às demais entidades de outras categorias para ampliar a luta política e jurídica em defesa dos planos de saúde dos trabalhadores.

No Economus defendemos transparência nas demonstrações relativas ao déficit das pendências financeiras no plano de benefícios e responsabilização do BB pelos déficits acumulados por má gestão.

No novo FEAS, maior transparência sobre a situação do plano e aprofundar os debates sobre como melhorar o plano, com reabertura para novos integrantes. Dar transparência e comunicação aos funcionários ativos e aposentados sobre os cálculos atuariais do plano, evitando surpresas e novas cobranças a cada reavaliação.

Defendemos uma maior transparência e negociação com os Sindicatos quanto aos planos de Saúde dos Funcionários oriundos do BESC bem como fortalecimento da representação dos trabalhadores nos conselhos e diretoria executivo.

9. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Desde 2016 foi estabelecido o critério de paridade de gênero no Congresso Nacional

dos Funcionários do BB. Mas assim como nossa organização, o Banco do Brasil precisa estabelecer uma política afirmativa efetiva sobre equidade de gênero. A representatividade da mulher na política e no mercado de trabalho é resultado da organização e luta coletiva de todas.

A instituição de uma mesa temática permanente de Igualdade de Oportunidades pode propiciar o aprofundamento das discussões que envolvem não somente a questão da igualdade e oportunidade para as mulheres, como também uma discussão mais complexa e completa sobre gêneros.

É necessário consolidar a compreensão de que as diferenças entre os gêneros foram historicamente construídas e que a responsabilidade em construir um ambiente sem violência e discriminação é sobretudo do Banco, mas sem deixar de ouvir os seus funcionários e sua representação.

O lugar propício para o debate das condições de trabalho e ascensão profissional das pessoas com deficiência e funcionários LGBT é a Mesa de Igualdade de Oportunidades onde debateremos a melhor forma de eliminar qualquer resquício de preconceitos em relação ao gênero, orientação sexual, cor de pele ou deficiência.

10. TRABALHADORES DO BB FORA DO BRASIL

Organizar os trabalhadores do BB em todos os lugares é o princípio básico para a defesa de direitos e cobrança dos deveres do banco como empregador. A Central Única dos Trabalhadores e suas estruturas organizativas – confederações, federações e sindicatos - têm organizado os trabalhadores por ramos produtivos e macro setores. A organização dos trabalhadores no setor financeiro tem se dado há alguns anos de forma internacional. A Contraf-CUT e suas entidades afiliadas, juntamente com a UNI Américas Finanças, tem atuado em conjunto com os sindicatos de bancários nas Américas.



Hoje, através da, Alianza LatinoAmericana de Bancas Publicas temos reforçado o papel dos bancos públicos em cada país da UNI-Americas, bem como consolidado os contatos com os funcionários do BB nos demais países.

O BB não é banco público na Argentina e nem no Paraguai, mas sua atuação no mercado e na relação com os trabalhadores deve ser pautada com respeito às suas organizações locais. Defendemos a manutenção e negociação dos acordos coletivos no Paraguai e na Argentina, com a grande especulação sobre a venda do

Banco Patagônia pelo BB, defendemos uma mesa de negociação para discutir as garantias dos trabalhadores do BB naquele país.

O Banco do Brasil tem se recusado a assinar o Acordo Marco, que foi renovado por duas vezes e perdeu a vigência.

Defendemos a assinatura do Acordo Marco bem como a retomada dos debates sobre o Acordo de Neutralidade nos Estados Unidos, como o objetivo de organizar e defender os trabalhadores e trabalhadores do BB em todos os países.



Resgatar o BB e
seus funcionários.
Em Defesa
das Entidades
do Funcionalismo.

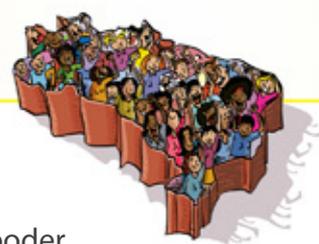
*Juntos
somos
mais*

29º CNFBB

CONGRESSO NACIONAL
DOS FUNCIONÁRIOS DO
BANCO DO BRASIL

São Paulo • 07 e 08 de Junho de 2018

**Tese da Corrente Sindical Nacional Causa
Operária – Bancários em Luta**



Conjuntura internacional: UMA OFENSIVA GOLPISTA NA AMÉRICA LATINA E EM TODO O MUNDO

Três fatos têm muita relevância para entender a situação em nosso País e no Continente: o anúncio do governo argentino de que vai se submeter novamente ao FMI; a reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o abandono de seis países de um total 12 da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Evidenciam o alinhamento político dos governos golpistas através dos últimos eventos da diplomacia sul-americana, na qual os países que são dominados por aliados dos EUA mostraram toda a sua coesão aprovando na OEA resolução dos bombardeios na Síria e se retirarem da entidade criada para fortalecer os países latino-americanos diante dos EEUU.

Deixam claro que o golpe no Brasil e em toda a América Latina está ditado pelos interesses do grande capital norte-americano e “nacional”

Durante a reunião da OEA, a esmagadora maioria dos presentes adotou uma resolução aprovando o bombardeio criminoso dos EUA, da Inglaterra e da França contra a Síria. Um bombardeio que nem passou pelas formalidades tradicionais da política imperialista: aprovação na ONU, consentimento do Conselho de Segurança da ONU.

Criou-se um pretexto com a questão do suposto ataque com gás letal na Síria, que teria sido feito pelo governo sírio, para que os imperialistas pudessem fazer o bombardeio e retomar um pé em uma situação em que o imperialismo está sendo derrotado e colocado para fora do cenário político daquele país. Mesmo diante desta armação, a maioria dos países da OEA aprovaram a ação dos EUA, mostrando o caráter totalmente subserviente dos países que estão ali.

Todos os países onde a direita chegou ao governo, em geral por meio de golpe, foi uma operação política cuidadosamente calculadas

para retirar os nacionalistas do poder.

É importante entender essa situação, por confirmar que o golpe não é um problema de politicagem nacional, como muitas vezes foi tratado, como se fosse uma decisão de Eduardo Cunha, Michel Temer, Aécio e outros golpistas de realizar o Impeachment por ressentimento e perseguir Lula e o PT, como parte de uma simples disputa, que são sempre fatores completamente secundários diante das diretrizes dos principais poderes e dos poderosos interesses que estão em questão.

Os acontecimentos recentes mostraram primeiro que o golpe no País não é isolado, que o imperialismo montou uma operação internacional que não se restringe a América Latina, mas que tem também como objetivo específico colocar a “casa” em ordem, colocar todas as colônias latino-americanas alinhadas aos interesses dos grandes monopólios norte-americanos. Mostram também que o imperialismo tem uma diretriz econômica para a América Latina e que ele pretende impor isso através dos governos colocados à revelia da vontade da população destes locais.

A tendência internacional de forma nenhuma aponta, no sentido da democracia, da ampliação de direitos etc. A situação mostra uma tendência reacionária, profundamente negativa que se expressa, entre outras coisas, no crescimento dos ataques imperialistas contra diversos países, Síria, Iraque, Palestina, Venezuela, etc. e no crescimento da extrema-direita em todos os países da Europa.

Quem avança é a direita, não a esquerda.

Existe a crescente possibilidade da intervenção imperialista contra Venezuela e os EUA estão aumentando, inclusive, sua presença e o cerco militar em toda a América Latina.

Todos os governos direitistas que assumiram estão adotando políticas no sentido de restringir os direitos e atacar as organizações operárias, cortar gastos sociais, como na Educação e Saúde, privatizar, impor

terceirizações em larga escala etc.

É necessária uma compreensão mais ampla dessa situação para armar os trabalhadores e suas organizações de luta para os enfrentamentos do próximo período que de modo algum, estarão marcados por um predomínio das tendências democráticas e de conciliação, mas apontam no sentido de uma polarização crescente, do acirramento da luta entre a classe trabalhadora dos países atrasados e de todo o mundo contra o grande capital em crise e seus governos.

Abaixo a conciliação e o “plano B”, Lula presidente. Eleição sem Lula é fraude!

O que fortalece a ofensiva da direita é a política de conciliação e capitulação de uma parcela da esquerda que acabam por semear ilusões de que a atual situação possa ser resolvida por meio de um entendimento com setores golpistas do judiciário ou por meio de um entendimento com partidos e candidatos golpistas nas eleições.

É preciso esclarecer e denunciar o caráter abutre de partidos e candidatos como Ciro Gomes (PDT), Manuela D’Avila e Guilherme Boulos que ao mesmo tempo que buscam tirar proveito eleitoral do ataque da direita golpista contra o PT e Lula (um ataque contra todo o povo brasileiro) defendem - cada dia mais claramente uma aliança com a direita golpista.

Isso quando Ciro Gomes (que iniciou a sua carreira política no PDS –partido que dava sustentação à ditadura militar – passou pelo PMDB, PSDB, PSB, Pros, e atualmente no PDT) defende a realização da reforma da Previdência, discute a possibilidade de ter como vice o vice-presidente golpista da FIESP, Bejamin Steinbruch (agora no PP e ex-patrão de Ciro), o mesmo que soltou uma declaração recentemente dizendo que 15 minutos seriam suficientes para o trabalhador almoçar e que eles poderia comer um lanche com uma mão e trabalhar com outra.

A tarefa do momento é denunciar e mobilizar pela liberdade de Lula, preso político, e defender sua candidatura a presidente - como único candidato da esquerda capaz de disputar e vencer os candidatos golpistas (da direita, centro, “esquerda”), destacando que eleições sem Lula é golpe e não podem contar com o apoio e cumplicidade dos trabalhadores e de suas organizações.

Para fortalecer e fazer avançar esta luta, criar comitês de luta em todos os locais de trabalho e bairros e apoiar a realização de uma Conferência Nacional Aberta de Luta contra o Golpe, para unificar e fortalecer a luta de todos os setores da esquerda que se opõem ao “plano B” e outras medidas que apontam no sentido da traição da luta dos trabalhadores contra o golpe e em defesa de suas reivindicações centrais como é o caso da revogação de todas as “reformas” dos golpistas, anulação do impeachment.

O objetivo da luta dos trabalhadores.

A situação de exploração e opressão dos trabalhadores somente pode ser superada com a superação do capitalismo enquanto forma de organização econômica da sociedade. Não é possível alterar de forma substancial a situação da classe trabalhadora dentro do capitalismo.

O 29º Congresso reafirma, nesse sentido, que o objetivo fundamental da luta dos trabalhadores bancários e de toda a classe trabalhadora é a luta pelo socialismo, pelo fim da propriedade privada dos meios de produção e pela propriedade coletiva dos bancos empresas e da terra.

Os que dizem que defendem os interesses dos trabalhadores, mas não lutam pelo socialismo enganam os trabalhadores e atuam no sentido de perpetuar a sociedade capitalista de exploração e opressão que é responsável pela miséria dos trabalhadores em um pólo enquanto uma minoria acumula riquezas imensas no outro.



A atual crise capitalista não é uma crise qualquer, mas um capítulo da crise terminal do capitalismo e mostra a sua inviabilidade como sistema social que ameaça arrastar o mundo todo para uma situação de barbárie, de guerras, de fome, etc.

A luta pelo socialismo decorre, portanto, de todas as lutas imediatas por salário, emprego, melhores condições de trabalho e de vida é a única forma de conseguir uma vitória efetiva dos interesses da classe trabalhadora.

Toda a luta dos trabalhadores, que começa com a luta pelo salário, é uma luta política. O poder do Estado é o maior instrumento de reforma social que existe e também o maior obstáculo a qualquer reforma que atenda os interesses dos trabalhadores.

Na última greve, os trabalhadores bancários foram obrigados a enfrentar não apenas o poder executivo dominado pela direita golpista, mas também o poder judiciário, parte do golpe de Estado, que arbitrariamente vem editando interditos proibitórios causando confusão na categoria, impedido a lutas da categoria.

Nesse sentido, o 29º Congresso declara em alto e bom som que os trabalhadores se recusam a confinar a sua luta nas questões salariais e econômicas e que é dever dos trabalhadores intervir na vida política do país.

A ditadura militar, que durou de 1964 a 1985 esmagou os trabalhadores. Neste momento estão sendo ameaçados e arrancados da classe trabalhadora os seus direitos conquistados através de muitas lutas ao longo de um século pelo governo da direita golpista. Este governo está acima de tudo a serviço dos interesses patronais dos empresários e bancos internacionais.

Diante disso, o 29º Congresso assinala que objetivo dos trabalhadores bancários, bem como de todos os trabalhadores é o de lutar contra o golpe.

MOBILIZAR AS MULHERES EM DEFESA DE NOSSAS REIVINDICAÇÕES CONTRA A DIREITA GOLPISTA

Sair às ruas contra o golpe e em defesa das reivindicações das mulheres

Não à prisão de Lula

Anular o impeachment e devolver o mandato à primeira mulher eleita presidenta

Revogar todas as medidas dos golpistas contra as mulheres e todo o povo

A dominação da direita significa um ataque aos direitos das mulheres em larga escala. É por um lado, prender e reprimir as mulheres que fazem o aborto, negar o direito da mulher sobre seu próprio corpo; e por outro lado, não dar nenhuma condição para que as mulheres, em especial as trabalhadoras, possam criar seus filhos. O programa da direita é o programa neoliberal, de miséria; de liquidação dos direitos trabalhistas, de privatização e devastação da economia nacional e de fim dos gastos sociais do governo. Isso significa deixar as mulheres trabalhadores à sua própria sorte, sem creches e escolas para seus filhos, sem saúde pública e sem assistência de nenhum tipo.

Essa é a verdadeira situação de opressão da mulher. Não podemos deixar de lado essas questões fundamentais para se dedicarem a problemas de forma, como a aprovação da lei que pune a pessoa que falar determinadas coisas contra as mulheres. É preciso lutar contra o golpe e as instituições dominadas pela direita, que não vão defender o direito das mulheres, dos oprimidos e explorados, mas atacá-los.

As mulheres precisam se organizar para lutar por seus direitos e contra a sua opressão, elas compõem cerca de 50% da população nacional e da classe trabalhadora nacional. Daí que a unidade entre homens e mulheres seja indispensável para criar um movimento de luta e revolucionário realmente forte.

Essa unidade não pode ser conseguida, porém, sem que o movimento dos trabalhadores levante um programa em defesa das reivindicações democráticas e econômicas próprias das mulheres, tais como o direito integral de divórcio, o direito de aborto, isonomia salarial, condições de trabalho adequadas às mulheres, licença maternidade, direito a creche pública e gratuita no bairro ou local de trabalho, condições para amamentação e atendimento médico apropriado.

É preciso deixar claro de imediato que somente um governo dos próprios trabalhadores atenderá integral e efetivamente estas reivindicações.

O 29 Congresso dos funcionários do BB ° delibera, portanto, o seguinte:

- a) Criar imediatamente uma comissão de Mobilização das mulheres, com reuniões regulares, para discussão dos problemas das mulheres e organização das reivindicações;
- b) Estabelecer a publicação regular de um jornal dirigido às mulheres da categoria em nível nacional.
- c) Fazer um levantamento das condições de trabalho;
- d) Convocar a conferência nacional das mulheres.

EM DEFESA DAS REIVINDICAÇÕES DOS NEGROS CONTRA O REGIME GOLPISTA E RACISTA

A luta dos negros contra o racismo e a opressão se dá diante de sua organização para que se resolva o problema de maneira coletiva. Não será por meio da censura ou por mais leis que reforcem a repressão, a luta do povo negro se dá no combate direto ao sistema opressivo e explorador de sua classe.

Hoje, mais de um século após a abolição da escravidão, o povo negro brasileiro continua

formando uma camada de cidadãos de segunda categoria, apesar de ser maioria da população.

O 29º Congresso delibera criar imediatamente uma Comissão de Mobilização da questão negra para discutir e mobilizar em torno dos problemas do povo negro, em particular da reivindicação de ensino público e gratuito em todos os níveis e livre ingresso na universidade, bem como o lançamento de um jornal regular sobre a questão para a categoria em nível nacional.

Ataques ao BB: um exemplo da política dos golpistas

Os ataques desferidos ao Banco do Brasil fazem parte de um dos fundamentos do golpe de Estado que é a entrega do patrimônio nacional. A direita golpista revela o que está por trás do golpe de Estado, e deixa claro que o interesse em derrubar o governo do PT não tem nada a haver com a luta contra a corrupção, na verdade os interesses são atacar os direitos dos trabalhadores para favorecer meia dúzia de parasitas capitalistas nacionais e estrangeiros em detrimento às condições de vida da classe trabalhadora. Os mecanismos que estão sendo criados e aprovados no corrupto Congresso Nacional de controle dos gastos públicos, tais como a PEC 241, que reduz os investimentos na saúde e educação para beneficiar os tubarões donos de escolas e de hospitais, a venda dos ativos da Petrobras, a entrega do pré-sal para os capitalistas internacionais, a reforma da previdência e trabalhista, a terceirização indiscriminada em todas as áreas e agora o sistemático ataque aos trabalhadores das empresas estatais tais como os do Banco do Brasil, são exemplos das propostas dos golpistas para entregar o que restou do patrimônio do povo brasileiro, faz parte do plano de total submissão ao imperialismo.

A ideia de atacar os bancos públicos, em particular o Banco do Brasil e Caixa, e visa aumentar a pressão pela privatização das empresas estatais. Estão de olho para



abocanhar esses que são patrimônios nacionais, empresas que obtêm todos os anos lucros extraordinários.

Somente a luta contra o golpe pode barrar os ataques dos banqueiros contra os trabalhadores bancários

O acordo bianual

A campanha salarial dos bancários de 2016 acabou trazendo para a categoria essa novidade que foi o famigerado acordo bianual.

A campanha salarial dos bancários daquele ano havia sido marcada como uma das mais longas dos últimos tempos e também uma das mais fortes. Foi uma greve unificada entre bancos públicos e privados que paralisou dezenas de milhares de agências em todo o país e dezenas de centros administrativos coincidindo, inclusive, com o processo do impeachment da presidenta Dilma Rousseff como parte do golpe de Estado.

Naquele momento o governo golpista de Michel Temer e um dos financiadores direto do golpe a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) insistiram na política de arrocho salarial oferecendo um reajuste miserável abaixo da inflação de 8% e mais um abono de R\$ 3.500,00, que não incorporou ao salário para nenhum fim, e acabaram induzindo a burocracia sindical, para ludibriar a categoria, aceitando um reajuste em 15% no vale alimentação e 10% no vale refeição para em troca fechar o famigerado acordo bianual, garantido para 2017 o INPC mais 1% de "ganho real".

Vale resaltar que a inflação calculada no período de setembro 2015 à setembro de 2016 pelo Dieese reivindicado e referendado pelo Congresso da categoria era de 9,62%; com os 8% acordado somado a 1% para esse ano não atinge nem os 9,62% da inflação, ou seja, não haverá ganho real, os salários já ficaram arrochados em 2016 e continuarão

arrochados neste ano.

A insistência dos banqueiros e do governo golpista com o acordo bianual em 2016 era clara: que não haja campanha salarial em 2017 e impor, como está acontecendo, um violento retrocesso, não apenas através do arrocho salarial, mas também com demissões em massa; no Banco do Brasil já foram mais de 9.900 demissões, Caixa Econômica 10 mil, nos bancos privados dezenas de milhares de demissões, fechamento de centenas de agências, descomissionamentos, terceirizações, etc. Além das reformas trabalhistas e previdenciária, fim da CLT, que atinge de cheio a categoria bancária.

Diante o achatamento salarial da categoria o 29º Congresso reivindica reajuste integral das perdas salariais mais aumento real de 20% (vinte por cento), incidindo sobre os salários a partir de 1º de setembro de 2018 à 31 de agosto de 2019.

Gatilho salarial em favor dos funcionários toda vez que a inflação atingir 3% (cinco por cento);

Piso salarial de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), reajustados automaticamente de acordo como os percentuais acima;

Incorporação nos salários dos trabalhadores de toda a inflação de planos econômicos anteriores; Pagamento de adicionais de penosidade, periculosidade e insalubridade para os profissionais das áreas operacionais e administrativas, que estejam expostos e/ou submetidos a condições penosas, perigosas e insalubres, no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o salário;

Correção da defasagem, incorporação e equiparação do adicional (diferencial) de mercado, pelo seu maior valor, a todos os empregados;

Correção da defasagem de todas as gratificações de funções aos trabalhadores;

Incorporação de todos os proventos, vantagens e benefícios no código salário dos trabalhadores quando faltar ao menos cinco anos para se aposentar.

Horas Extras

Fim das horas extras e imediata contratação de trabalhadores para dar conta da demanda existente.

O BB somente convocará os empregados para realizarem horas extras em caso de real necessidade, com planejamento prévio, discutido com o sindicato e os representantes/delegados sindicais e por intermédio de reuniões específicas, sendo que o funcionário deverá ser comunicado com antecedência de no mínimo 72 (setenta e duas) horas.

O valor de cada hora extra diurna será de 250% sobre o valor da hora normal e será paga todo o dia 20 de cada mês. A hora extra noturna será acrescida do adicional de hora extra (250%) mais o adicional noturno de 100% cumulativamente.

As horas extras integrarão, pela sua média, a remuneração de férias, 13º salário, repouso semanal, aviso prévio, e gratificação de férias

As horas extras e/ou frações de hora que o empregado foi oficialmente liberado não poderão ser compensadas com as horas extras trabalhadas em outros dias.

Organização Sindical e Plano de Lutas.

Fora o imperialismo da América Latina;

Não à intervenção militar no RJ;

Conferência Nacional Aberta contra o Golpe, a ser realizada em meados de julho, congregando ativistas dos Comitês de Luta contra o golpe, pela anulação do

impeachment, em defesa de Lula etc. e de outros movimentos e organizações que participem da luta pela liberdade de Lula e contra o golpe em todo País;

Apoio à candidatura de Lula a presidente, contra o golpe, Lula ou nulo, como instrumento de mobilização contra o golpe e de defesa das reivindicações dos explorados e de suas organizações na luta política que tende a se intensificar no processo eleitoral;

Revogação das "reformas" golpistas;

Pela anulação do impeachment e por Lula presidente contra o golpe;

Por uma constituinte popular;

Pela formação de comitês populares contra o golpe nos locais de trabalho.

Por um piso nacional de R\$5 mil, contratados ou efetivos.

Por uma verdadeira Greve Geral contra o golpe que seja preparada como todas greves (paralizações, etc) que dure até derrotar o golpe!

ASSINAM A TESE - BANCÁRIOS DA CORRENTE SINDICAL NACIONAL CAUSA OPERÁRIA - BANCÁRIOS EM LUTA



Resgatar o BB e
seus funcionários.
Em Defesa
das Entidades
do Funcionalismo.

*Juntos
somos
mais*

29° CNFBB

CONGRESSO NACIONAL
DOS FUNCIONÁRIOS DO
BANCO DO BRASIL

São Paulo • 07 e 08 de Junho de 2018

FÓRUM

CONJUNTURA 2018

O assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson, no Rio de Janeiro, pode ser considerado o ápice de uma polarização que está assolando o país. A sensação é de que não adianta a população estar querendo ser contundente em um país em que nenhuma instância jurídica é contundente.

Agora, o episódio da prisão do ex-presidente Lula, se os que comemoraram, de fato estariam imbuídos de um pensamento de que “quem erra tem que pagar” usando como parâmetro o que só funciona em alguns países da Europa e da Ásia, a realidade brasileira mostra que só vai preso quem interessa ao poder calar. Basta ver que Lula está preso, sem provas suficientes como já houve para outros políticos que estão soltos.

Enquanto isso, as eleições de outubro se aproximam, e, apesar de as projeções indicarem uma tendência clara do eleitorado em votar na esquerda, o cenário está, até o momento, nebuloso, seja pelas pendências na Justiça, disputas partidárias internas, tempo escasso de propaganda no rádio e na televisão, alta rejeição ou falta de popularidade. Esses são alguns dos desafios que os postulantes à Presidência enfrentarão.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que antes da prisão liderava todos os cenários para a eleição presidencial em 2018, pode ser impedido de disputar a eleição.

Se um outro candidato alinhado à defesa dos trabalhadores concorrer e vencer, terá uma oportunidade ímpar de recuperar a indústria, assim como impedir e reverter a fragmentação, destruição e privatização das empresas nacionais e a renovação da infraestrutura do país, e com isso recuperar os níveis de emprego e renda. Esperamos que essa agenda positiva se conjugue com a manutenção de programas sociais, a mudança da tributação do Imposto de Renda, cobrando mais de quem ganha mais, a reforma agrária e a defesa de direitos de grupos minoritários (com ações voltadas a negros e ao

público LGBT).

Mas seja quem, for eleito, enfrentará um cenário complicado, com as previsões de recessão nos Estados Unidos, e uma possibilidade de guerra comercial com a China.

CAMPANHA NACIONAL DOS BANCÁRIOS:

A defesa dos bancos públicos torna-se algo fundamental nessa Campanha Nacional de 2018. Questões específicas do BB e da CEF, além dos prejuízos advindos com a terceirização e nova Lei Trabalhista, que alteram formas de contratação, demissão e atacam diretamente os sindicatos mais organizados; além de uma urgente linha de defesa dessas instituições. Muito possivelmente, os bancos públicos serão alvos de ataques, já que a precarização nas relações de trabalho advindas da nova Lei Trabalhista impõe mudanças nas formas de contratação, que pode ser temporária, intermitente, e na forma de demissão, que hoje é feita no ambiente de trabalho, sem mais a presença dos sindicatos.

Os ataques aos direitos trabalhistas poderão ser minimizados através de nossa capacidade de organização e resistência. Com isso, temos que ter como objetivo organizar e potencializar a intervenção das assessorias jurídicas dos sindicatos, para uniformizar teses sobre o enfrentamento junto ao judiciário trabalhista e assim minimizar os efeitos tanto da reforma trabalhista quanto de uma possível reforma previdenciária.

FUTURO DO TRABALHO FRENTE AOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Avanço Tecnológico e a digitalização:

Com a economia muito dependente do setor financeiro, a tecnologia se tornou um meio para se alcança lucros cada vez mais elevados, e a dispensa de mão de obra e a precarização de quem se mantém empregado.

O setor bancário vem vivenciando esta realidade desde o final dos anos 1990, com os programas



de metas, sendo abandonada a valorização da carreira no médio e longo prazo. As mudanças provocadas pelos avanços tecnológicos no setor, embora muitas positivas na relação entre cliente e banco, têm como consequência a precarização e o adoecimento da categoria bancária. Tanto a lei da terceirização quanto a reforma trabalhista foram defendidas pelas instituições financeiras e aprovadas no Congresso Nacional e sancionadas pelo presidente Michel Temer.

Banco do Futuro:

Defendemos que os bancos estejam de fato alinhados com políticas de responsabilidade social, e que suas agências bancárias no futuro sejam inteligentes, confortáveis, design arrojado e com recursos de tecnologia, como videoconferência para os clientes. Apesar de todo avanço das tecnologias digitais, o replanejamento das redes de atendimento deverá ter o a mão de obra humana como elemento central.

Como vem se percebendo, mesmo as gerações que usam muito os meios digitais demandam atendimento pessoal em serviços financeiros.

Além do que, caso haja uma nova popularização do crédito, as instituições terão de reformar suas redes, para que assumam papéis sociais mais específicos, elaboradas em comunidades de baixa renda.

Plataformas:

O problema das plataformas de suporte operacionais é que vêm no espectro de reestruturações, que, à luz do que ocorreu em alguns bancos, gerou descomissionamentos de centenas de trabalhadores em todo país, inclusive com o caso indo para a mediação no Ministério Público do Trabalho. Como em virtude dos avanços tecnológicos as plataformas passarão a ser disseminadas pelos bancos, é essencial que se negocie, com antecedência, a realocação, manutenção dos salários dos funcionários, assim como nos demais cargos e proteção à renda dos trabalhadores e

trabalhadoras.

O BRASIL QUE QUEREMOS – REFORMAS QUE NECESSITAMOS

Defesa da Democracia:

Com o aparente retrocesso que vivemos no Brasil atualmente, torna-se urgente reforçarmos nossas instituições democráticas. O atual momento de ruptura, como o traumático impeachment da presidente Dilma Rousseff e o novo governo que assumiu, afundado em denúncias de corrupção, exige a reafirmação das instituições constitucionalmente estabelecidas e a necessidade de diálogo. Num contexto de ódio, intolerância, violência e o arbítrio, devemos lutar para além da preservação de direitos, conquistados democraticamente, para buscarmos a harmonia e clamarmos pela independência dos Poderes, necessária para garantir a democracia.

Também devemos exigir que os órgãos de imprensa (muitos concessões) divulguem os fatos com decência e lealdade à democracia. Também devemos estar vigilantes sobre o sistema de justiça brasileiro, para nunca agir fora dos marcos constitucional e legal, pois sem o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, direitos e garantias fundamentais, perigamos que prevaleça o terror e a barbárie.

Qual Sistema Financeiro Que Queremos:

Acreditamos na necessidade de regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) como forma de combater a concentração de ativos financeiros nos bancos, já que 85% dos ativos nacionais estão concentrados nas mãos dos cinco maiores bancos do país, a maior parte deles no setor privado. Essa regulamentação ampliaria a fluidez do crédito voltado para o desenvolvimento sustentável, com emprego de qualidade e geração de renda.

Em relação à defesa dos Bancos Públicos, devemos chamar atenção da sociedade para o objetivo do governo nos desmontes que a Caixa, Banco do Brasil e Banco do Nordeste. A

Campanha deve envolver mídias locais, com divulgação em outdoor, busdoor, rádios, TV e sites, informando sobre o lado social destes bancos como o Programa Minha Casa, Minha Vida, FGTS, Financiamentos Imobiliários com taxas de juros reduzida, Financiamento Estudantil, dentre outras.

Reforma tributária:

Propomos a retomada da proposta, apresentada nos governos Lula e Dilma, de desburocratizar e simplificar os tributos, como a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), numa legislação nacional, não mais diferenciada em cada estado. Outro ponto positivo que poderíamos propor é a possibilidade de desoneração dos investimentos produtivos.

Reforma Sindical e Trabalhista:

O fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, com desconto no salário do empregado, definido pela reforma trabalhista, e com as subseqüentes assembleias da categoria aprovando, numa forma de compensar o fim dessa contribuição, um novo valor a ser descontado na folha de pagamento no mês em que for registrada a convenção.

Com 81% dos brasileiros desaprovando a nova Lei Trabalhista, como mostrou nova roda da pesquisa CUT-VOX Populi, realizada entre os dias 27 e 31 de outubro do ano passado, os sindicatos terão um papel essencial na preservação dos direitos dos trabalhadores.

A reforma trabalhista, encaminhada pelo governo Temer, alterou 100 itens da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Entre as mudanças, estão negociações individuais entre patrões e empregados, sem a presença do sindicato, para assinar acordos de demissão, jornada de trabalho, banco de horas, parcelamento de férias e intervalos para amamentação. Outra novidade é a legalização do contrato de trabalho sem vínculo, sem direitos e garantias, chamado de trabalho intermitente. O trabalhador só trabalha quando

for chamado pelo patrão, e recebe de acordo com as horas de serviço prestadas. Não há garantia nenhuma de que será chamado a trabalhar.

Democratização dos Meios de Comunicação:

A excessiva concentração dos meios e veículos de comunicação do Brasil na mão de pouquíssimos grupos empresariais (alguns de origem familiar) é um fato histórico que se perpetua desde sempre. Esses conglomerados representam, de modo geral, as posições das classes economicamente hegemônicas na sociedade, e refutam qualquer discussão sobre democratização, associando o tema ao fim da liberdade de imprensa.

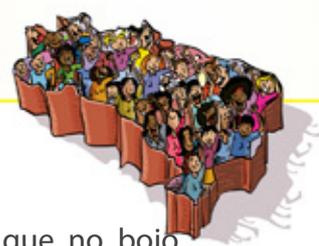
As concessões de rádio e TV aconteceram principalmente durante a ditadura civil-militar instalada em 1964, onde a classe empresarial e política mantinham laços de interesses com os militares. Quando se fala em democratizar os meios de comunicação, em nenhum momento, se visa a limitar e ferir a liberdade de imprensa, que é um dos pilares para manter a nossa democracia representativa, mas sim a ampla participação da sociedade civil e acesso a informações e notícias de qualidade.

A partir de 2003 (início do governo Lula), aconteceram diversas Conferências Nacionais de Comunicação, que envolveram diversos setores organizados da sociedade nesse debate, mas não conseguiram avançar de forma conclusiva para uma nova definição de modelo.

Com o advento da expansão das redes sociais e o surgimento de mídias informativas alternativas aos grandes veículos de comunicação, ocorreu uma mudança significativa de referências de uma parcela significativa da população na sua busca por informação. Esse debate é urgente e inadiável.

PROJETO ORGANIZATIVO

Devemos propor negociações permanentes, atuando num trabalho de base constante, não se restringindo à época da negociação coletiva.



Em relação à ampliação sobre questões que extrapolem a categoria bancária, a atuação do sindicato cidadão já engloba isso.

Como forma de sustentação financeira das lutas e das entidades dos trabalhadores:

O trabalhador está percebendo que no bojo da Reforma Trabalhista, seus direitos foram suprimidos, e os sindicatos se fazem cada vez mais necessários. Com isso, devemos propor em assembleias uma taxa sindical.

Fórum



Resgatar o BB e
seus funcionários.
Em Defesa
das Entidades
do Funcionalismo.

*Juntos
somos
mais*

29° CNFBB

CONGRESSO NACIONAL
DOS FUNCIONÁRIOS DO
BANCO DO BRASIL

São Paulo • 07 e 08 de Junho de 2018

**Tese do MNOB - Movimento Nacional de
Oposição Bancária/CSP Conlutas**



Conjuntura

Crise mundial e guerra social contra os trabalhadores

A situação mundial segue cruzada pelas consequências da crise da economia capitalista aberta em 2008/2009. Tentando dar uma saída à crise, o capitalismo desencadeou uma guerra social contra a classe trabalhadora.

Em países como EUA, França, Grécia, Argentina ou Brasil, o foco das políticas dos patrões, governos e parlamentos é o mesmo: desemprego, reformas trabalhista e previdenciária, cortes sociais e privatizações; aumento da violência do Estado contra as lutas e organizações da classe trabalhadora.

Nos países semicoloniais, como o nosso, a situação é ainda mais grave, pois ao aumento da exploração dos trabalhadores soma-se à rapina do país pelo imperialismo, através da sangria da dívida pública, remessa de lucros das multinacionais ao exterior e privatizações. Esse processo não é, como dizem alguns, resultado de uma “onda conservadora”. Trata-se de uma ofensiva dos monopólios que buscam aumentar a exploração.

Esse receituário tem sido aplicado tanto por governos “de direita”, como pelos ditos de “esquerda”, como Syriza, na Grécia, o PS francês e mesmo o Chavismo, na Venezuela. No Brasil, foi aplicado pelos governos do PSDB, PT e continua sendo aprofundado por Temer do MDB.

Contra essa guerra social do capital, é forte a luta da classe trabalhadora em todo o mundo. Vimos as greves gerais e mobilizações que sacudiram França, Grécia, EUA, África do Sul, Argentina, entre tantos outros exemplos. Na América Latina, é esse processo que está na base das crises dos governos de colaboração de classes e nacionalistas burgueses. Ao governar para os capitalistas e atacar direitos, esses governos perderam sua base de sustentação na classe trabalhadora e setores populares.

A situação mundial está marcada por uma forte polarização social e política. Falta é uma direção para a luta da classe trabalhadora que seja capaz de levar à vitória este processo de lutas, questione as bases do sistema capitalista e abra caminho para a construção de uma sociedade socialista.

Brasil: forte crise econômica, social e política

Contrariando a propaganda enganosa do governo Temer, o Brasil vive a maior crise econômica de sua história e não demonstra sinais de recuperação. A expressão aqui dessa guerra social são mais de 23 milhões de trabalhadores (as) desempregados; os serviços públicos - saúde, educação, transporte- estão um caos; as condições de vida nas periferias estão insuportáveis; a violência do Estado contra as lutas dos trabalhadores e contra o povo pobre é cada vez maior e o agravamento da situação dos setores oprimidos: mulheres, LGBTQs e negros e negras (há um genocídio da juventude negra e pobre das periferias).

A combinação destes fatores - crise econômica e social e a luta dos trabalhadores contra os ataques - é a base da crise política que vive o país. A Lava Jato é apenas uma das dimensões da crise e expressa a divisão entre os setores da burguesia sobre o que fazer frente a ela. Cada um de seus setores quer trazer para si uma parte maior do resultado da exploração e da rapina do país. Eles têm acordo em jogar a crise nas costas dos trabalhadores, mas por vezes se dividem em como fazê-lo, expressando elementos de crise institucional, afetando o Executivo, Legislativo e Judiciário.

Expressam-se também em projetos distintos no cenário eleitoral marcado por uma forte fragmentação expressa em 15 pré-candidatos a presidente, mas com três projetos capitalistas. O projeto conservador- ditatorial representado por Jair Bolsonaro. O projeto da direita tradicional representado pelo grande empresariado e fazendeiros (Geraldo Alckmin, Henrique Meirelles, Joaquim Barbosa, Rodrigo Maia, Marina Silva etc). E ainda, o projeto dos que prometem governar para todos, unindo

trabalhadores e patrões, representados pelo PT e seus satélites.

Por outro lado, há um setor minoritário da esquerda se segue denunciando a fraude do processo eleitoral e apostando em uma saída por fora do terreno das eleições, defendendo um programa de ruptura com esse sistema.

As tarefas do movimento, a disposição da classe e as direções

No ano passado a classe trabalhadora realizou a maior greve geral desde a década de 1980. As lutas das diversas categorias e do movimento popular do primeiro semestre do ano passado foram a expressão mais avançada de um processo aberto em 2013.

Se por um lado, Temer conseguiu a aprovação da Emenda Constitucional 95, que limitará os investimentos públicos por duas décadas, sancionou a Lei das Terceirizações e aprovou a Reforma Trabalhista representando ataques duríssimos à classe trabalhadora. Por outro, as mobilizações das mulheres no 8 de março, o 15 de março, a greve geral de 28 de abril e o Ocupa Brasília em 24 de maio de 2017 acumularam forças para impor uma derrota à reforma da previdência, seu principal projeto para atender os banqueiros e os patrões.

A classe trabalhadora demonstrou sua capacidade e vontade de luta, porém as cúpulas das centrais ao invés de seguirem com a mobilização unificada pela anulação das reformas e revogação da lei da terceirização, perfilaram-se por um lado em defesa de Temer, como foi o caso da Força Sindical, e por outro, a CUT e a CTB se perfilaram na defesa de Lula presidente, depois de Lula Livre, substituindo a luta da classe pela defesa de dois quadros da política brasileira que não governaram para a classe trabalhadora. Aliás, Lula já disse que se eleito não revogará as reformas.

A CSP-CONLUTAS, por sua vez, uma central minoritária, esteve batalhando pelo da unidade de ação e nas lutas, defendendo a necessidade de mobilizar a classe trabalhadora ao redor

do eixo comum contra as reformas. Como posicionamento político, defendeu e segue levantando a bandeira do Fora Temer e todos os políticos do congresso nacional. Frente à corrupção, defende a prisão e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores com o confisco dos bens, sem depositar nenhuma confiança nessa justiça que está a favor dos interesses dos ricos.

É preciso unificar as lutas a partir da unidade de ação para derrotar os ataques que virão independente do governo eleito. Devemos privilegiar ações diretas, como greves e mobilizações, especialmente num momento de crise, em que se intensificam os ataques aos trabalhadores, para que o capital tente recuperar o lucro perdido. O capitalismo é assim: nos dão migalhas numa fase de crescimento econômico e destruição de direitos nas crises. No Brasil, é necessário buscar construir a mais ampla unidade de ação por uma nova greve geral que coloque na pauta do dia a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Não podemos aceitar qualquer trégua. Nosso congresso precisa aprovar um calendário de mobilização que coloque a categoria bancária em enfrentamento direto aos banqueiros, grandes lobistas das reformas. A burguesia nacional tentará ainda seguir com a agenda neoliberal. Será preciso responder com uma agenda de lutas pela retirada dos Projetos de Reformas da Previdência; Revogação da Lei de Terceirização, da Emenda Constitucional 95 e da Reforma Trabalhista; Prisão aos corruptos e corruptores com o confisco de seus bens;

É preciso construir, na ação direta, uma alternativa dos trabalhadores, de independência de classe, operária e socialista, para a crise do país. Precisamos apontar caminhos para que a crise recaia sobre os capitalistas e não sobre a nossa classe, partindo da defesa dos direitos e reivindicações mais sentidas da nossa classe, como emprego, salários, direitos sociais e trabalhistas, aposentadoria, acesso ao território, a cultura e ao lazer, fim de toda discriminação e opressão, fim da violência e da criminalização contra as lutas e a população pobre, agravadas



com a lei anti-terrorismo aprovada pelo governo do PT.

Isso não vai ser realizado por um governo da burguesia ou em aliança com ela. Essas conquistas só virão através da nossa luta e organização. Virá de uma revolução.

Defendemos

- não pagamento da Dívida Pública;
- estatização do sistema financeiro com controle dos trabalhadores;
- proibição da remessa de lucros ao exterior;
- estatização sob controle dos trabalhadores das multinacionais e empresas envolvidas com corrupção;
- nacionalização da terra e expropriação do agronegócio;
- autodefesa dos trabalhadores e do povo pobre.

O sistema financeiro brasileiro

Os índices de RSPL (Retorno sobre Patrimônio Líquido) são muito úteis para entender o sistema financeiro, pois medem quanto retornou de lucro para cada real investido. Com esse índice, descobrimos que os bancos brasileiros são os mais rentáveis do mundo, mais ainda que os bancos americanos. O Itaú, por exemplo, lidera a lista de 2016 com um RSPL de 18,26%. O BB está quarto lugar, com um RSPL de 11,51%. Estão a frente por exemplo do JPMorgan Chase & CO, maior banco do mundo, que apresentou rentabilidade de 9,86% em 2016. O conjunto dos bancos brasileiros, em especial os cinco maiores, possuem um RSPL muito superior ao obtido pelos demais setores da economia, em especial do setor industrial.

O lucro permanece crescendo, apesar da crise, em especial por dois fatores: o primeiro é um forte endividamento da população, que paga juros altíssimos aos bancos; o segundo é o

crescimento vertiginoso da dívida pública nas últimas décadas. Como forma de incentivar o consumo, o crédito para a população aumentou significativamente, saindo de 28% do PIB em 1998 para 58% do PIB em 2014. Esse endividamento crescente se intensificou durante os governos do PT, como forma de postergar os efeitos da crise econômica.

A dívida pública interna cresceu bastante nos governos do PT, mas manteve sua trajetória no governo Temer. A dívida (interna e externa) era de R\$ 1,236 trilhão. Em 2015, esse valor já havia saltado para R\$ 2,79 trilhões, chegando a R\$ 3,11 trilhões em 2016. Apesar do crescimento da dívida, o governo brasileiro mantém o pagamento de juros e amortizações. Somente em 2015, o país destinou 42,43% do PIB para o pagamento da dívida. Aqui está localizado parte dos lucros dos bancos que recebem juros altíssimos em aplicações de curto prazo, pelos títulos da dívida do governo.

Em um país em que a rentabilidade do setor financeiro é tão grande, setores importantes da burguesia tiram parte dos investimentos produtivos para investirem em ações na bolsa de valores ou comprar títulos da dívida pública. Esse fenômeno – a financeirização da economia – não é único do Brasil, mas é muito dramático aqui. Atrairamos capital especulativo estrangeiro, que foge dos juros baixos nos EUA, Europa e Japão e vem para o Brasil, país com os juros mais altos do mundo.

Esse capital, entretanto, prejudica o país em dois aspectos. Primeiro, porque o capital especulativo não gera riqueza, fazendo com que o país não se desenvolva. Segundo porque é um capital que pode migrar para fora do país a qualquer momento, se a lucratividade em outros países se tornarem mais atraentes. A dependência deste capital gera prejuízos políticos enormes para a população e a economia do país.

Lucratividade e emprego

Mas há ainda outro aspecto no qual os bancos tem prejudicado nosso país. Estão desde sempre na linha de frente na aplicação de

novas tecnologias para a redução de postos de trabalho, aumento da exploração de seus trabalhadores e arrocho salarial (disfarçado pelo chamado “turn over”).

Entre 2012 e 2016, houve uma queda de quase 10% do emprego bancário no Brasil – calculando-se apenas os cinco maiores bancos. Saímos de 477.345 empregados em 2012 para 432.518 em 2016. Se aumentaram os lucros e diminuíram os empregos, significa que a exploração dos trabalhadores aumentou muito. No BB, em 2016 cada trabalhador foi responsável pela produção de riqueza da ordem de 515.062,89 de dólares.

Estratégia digital – o espírito público vira uma alma penada

O Banco do Brasil também aumenta seu lucro com recursos da dívida pública. Os juros cobrados da população equivalem aos privados na maioria das linhas de crédito e a “sanha” pela cobrança de tarifas é a mesma, como o sabem todos os colegas nas agências. Ainda assim, os direitos que conquistamos e que ainda conseguimos manter com nossa luta estão na mira, sendo encarados como um entrave para que o Banco iguale seus patamares de lucro e RSPL aos privados. Trata-se de um desmonte do Banco Público. A empresa se iguala cada vez mais aos privados, ficando pronta para a privatização. Se o BB só serve para o lucro – lógica que tem orientado todas as últimas diretorias do BB – seu caráter de empresa pública fica ameaçada.

O atendimento digital surge submetido a esta lógica. As novas tecnologias seriam bem vindas para a melhorar o atendimento a população, simplificar o trabalho, diminuir o estresse e reduzir a jornada. Mas não é o que está acontecendo. A estratégia digital vem sendo utilizado pelo BB para aumentar a exploração de funcionários e clientes. Os clientes são migrados para o modelo digital, independentemente de estarem ou não preparados para a utilização de novas tecnologias. Nos escritórios digitais, a oferta ativa predomina, com metas escorchantes. As agências do BB estão vazias de funcionários e lotadas de clientes que não

conseguem resolver suas demandas pelo atendimento digital. As consequências disso para o adoecimento dos funcionários são cada vez mais evidentes.

A implantação deste modelo de atendimento vem resultando ainda na redução de postos de trabalho e na eliminação de comissões. Além disso, o fechamento de agências implicou em redução de vários outros postos de trabalho relativos aos terceirizados, estagiários, etc. Somente com a reestruturação de 2016, o BB estimava a economia de R\$ 750 milhões, sendo R\$ 450 milhões decorrentes da nova estrutura organizacional e R\$ 300 milhões da redução de gastos com transporte de valores, segurança, locação e condomínios, manutenção de imóveis, entre outras. Ou seja, num momento de retração da economia, o Banco reduz todos os valores que a empresa movimenta na economia. É importante não esquecer que um processo de reestruturação deste tamanho não teria como ter sido planejado apenas depois do impeachment do Governo Dilma. As reestruturações sucessivas não pararam nos governos do PT. A política de enxugar o Banco do Brasil, especialmente retirando o acesso ao banco da população mais pobre não passou por nenhuma alteração. A utilização dos bancos públicos para o financiamento das grandes empresas que bancam a corrupção no Brasil também só se aprofundou nos últimos anos.

A terceirização também avança, tanto na área meio como na rede de atendimento, com a utilização de correspondentes. O fechamento e abandono das agências (em especial no interior) empurra os clientes para estes canais. Em 13/04/18, o BB anunciou a inauguração da primeira “loja mais BB padronizada” - com atenção a ambientação “adequado ao público-alvo correspondente” - os clientes mais pobres. Essa nova “agência” é próxima à agência Parque Boturussu, na periferia de São Paulo. O BB não contrata novos bancários, mas ganha braços a mais – sem direitos, precarizados. Um correspondente bancário que realiza empréstimos, aberturas de contas e consórcios é na prática, uma agência terceirizada, com a marca “mais BB”.



Também na área meio, o BB fecha postos de trabalho. Entre outros exemplos recentes, temos o fechamento do CENOP Recife. A centralização de diversas unidades de apoio impôs aos colegas a opção de mudarem de cidade ou perderem sua comissão, mesmo em áreas técnicas que aparentavam ser “intocáveis”. A tendência do BB é iniciar em breve a verticalização das supers e regionais, eliminando postos de trabalho em vários estados.

A estratégia digital não inclui apenas o atendimento. As novas tecnologias em que o BB investe tem potencial de reduzir muito as áreas meio. O BB já utiliza a tecnologia de inteligência artificial Watson, da IBM para o suporte de cartões e aos funcionários (a “Norminha”). Está utilizando a mesma tecnologia em serviços dos CENOPs. Por hora, seu uso é restrito e inclusive prejudica o funcionamento dos setores em que está sendo implementada. Mas trata-se de uma tecnologia de inteligência artificial, ou seja, ela “aprende” com os próprios erros e conforme for adquirindo esse conhecimento, poderá absorver cada vez mais serviços de retaguarda. No médio prazo, a “Norminha” poderá reduzir a área meio do BB a quase nada.

A Revolução Tecnológica que vivemos impõe novos desafios a classe trabalhadora em geral, em especial aos bancários. São tecnologias que aumentam a produtividade da humanidade. Isso não deveria ser ruim.

Ruim é o capitalismo, no qual as novas tecnologias só servem para aumentar o lucro e retirar postos de trabalho, criando um exército de desempregados, precarizados e miseráveis. Se não acabarmos com o capitalismo, ele acabará com a humanidade.

- Contra a terceirização! Quem trabalha em banco, bancário é – inclusive correspondentes!
- Impor, no acordo coletivo, limites a terceirização!
- Se a tecnologia reduz o trabalho, reduzam a carga horária!

- Contra novos fechamentos de agências!
Reabertura das agências fechadas!

- Que os clientes tenham opção de escolher sobre o modelo digital ou presencial!

- Abertura de novo concurso! Mais bancários para não adoecermos!

Cassi

A pressa do BB para atacar a Cassi é tão grande. É muito provável que, quando esta tese for lida, já esteja desatualizada. O Banco do Brasil sabe que a defesa da Cassi pode mobilizar o conjunto dos associados, sobretudo se o movimento sindical colocar como sua prioridade a defesa de nossa Caixa de Assistência. Por isso, o banco tem tanta pressa em atacar esse nosso importante direito.

A CASSI foi criada há mais de 70 anos por conta da insuficiência do atendimento da saúde pública no país. De lá pra cá, a situação só piorou. Todos os governos, inclusive no período Lula/Dilma, retiraram verbas das políticas sociais universais. Agora, no governo Temer, esses ataques são aprofundados com a aprovação da PEC do teto dos gastos públicos, que, em essência, retira dinheiro da saúde e da educação para transferir para os banqueiros através do pagamento de títulos da dívida pública – que já abocanham a maior fatia do orçamento. Portanto, nós, do movimento sindical, nunca devemos perder a perspectiva de nossa estratégia, que é a defesa da saúde pública universal de qualidade, para todos. Particularmente, neste momento, esta luta se traduz contra o governo Temer e as reformas que quer implementar, como a da previdência e trabalhista.

CGPAR

O ataque se aprofunda com a publicação da resolução nº23, da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União) que desfere uma ataque importante nas autogestões de saúde do país, da qual a Cassi é a maior. Essa Resolução regulamenta a retirada da assistência à saúde aos aposentados, estabelece

a paridade proporcional na contribuição entre o patrocinador e os associados entre outros ataques.

CASSI solidária, não Plano de mercado.

Neste marco precisamos encarar a batalha pela defesa da Cassi: hoje, o benefício mais importante que temos no nosso contrato de trabalho.

Não podemos pensar as saídas para a crise entendendo-a como um plano de saúde de mercado. A Cassi, com valor de contribuição baseado em porcentagem fixa da remuneração, igualitário no acesso aos direitos em saúde entre todos os associados, é uma conquista histórica e deve ser preservada. Por isto, consideramos essencial a batalha que devemos travar contra as propostas do Banco, que ameaçam este caráter.

36

O motivo central do déficit é a desvinculação do crescimento das despesas da CASSI com o crescimento das receitas (folha de pagamento do Banco e da PREVI). A crise da Cassi é expressão do nosso achatamento salarial por conta das seguintes medidas unilaterais do BB: substituição de reajustes por abonos no período de 1999/2002, a retirada do anuênio, a redução drástica dos interstícios do PCS (12% para 3%), a implantação do plano de funções (que rebaixou salário de quem migrou para 6 horas) e praticando a substituição de reajustes por PLRs e PDG e PLR sobre as quais não se recolhem contribuições. Há outros elementos (custos crescentes da tecnologia, demandas judiciais, multas da ANS...), porém, o elemento central é a política salarial do Banco.

Por esse motivo, votamos contra a aprovação do “memorando de entendimento”, que elevou o nosso percentual de contribuição e, mesmo com o aporte do Banco, não resolveu os déficits, como ficou demonstrado seis meses depois de aprovado. O BB continua livre para implementar alterações em sua política salarial – como fez a partir de 1997. E a situação da CASSI continua crítica!

Novas mudanças no horizonte

As propostas continuam a surgir. E tudo indica que em breve será apresentada uma outra proposta de reforma estatutária para nos impor mais um ataque. O BB, por sua vez, sinaliza com várias medidas que vão no sentido de retirar direitos ou elevar a contribuição dos trabalhadores. Começaram questionando sua responsabilidade na manutenção dos aposentados na Caixa de Assistência, criando inclusive um novo termo para designá-los – “pós-laboral”. Agora falam em co-participações em outros procedimentos, contribuição de acordo com o número de dependentes, por idade, etc. Os lucros líquidos do BB ainda são imensos, BILIONÁRIOS. Não podemos ser duplamente punidos. O responsável pelo nosso adoecimento é que precisa pagar a conta.

Não podemos incorrer no mesmo erro cometido nas reformas estatutárias de 1996 e 2007. Em 1996, dentre outras coisas, a reforma estatutária defendida pelo Banco o desobrigou de cobrir eventuais déficits da Cassi e aumentou a contribuição dos associados em 3 vezes (de 1% para 3%). A contribuição do BB, que era de duas vezes a contribuição dos associados, foi reduzida para uma vez e meia. A reforma estatutária de 2007 deixou o Banco ainda mais livre de seu compromisso com a saúde dos funcionários. Ela criou a coparticipação em exames e acabou com a proporcionalidade da contribuição do BB em relação a do funcionalismo, fixando-a em 4,5%.

Mas decisivamente só iremos dobrar a resistência do Banco se estivermos organizados, mobilizados e dispostos a lutar pela defesa de nossa Caixa de Assistência.

Em junho de 2016 assumimos o mandato nos Conselhos Fiscal e Deliberativo na Cassi e nossa participação tem sido pautada na defesa em que o Banco assumira sua responsabilidade com nossa saúde. Importante ressaltar que somos minoria nestes conselhos.

No final de 2016, quando houve a consulta aos associados com a proposta em elevar nossas



contribuições em 1%, nós fomos contrários, pois o Banco buscou, como fez em outras reformas estatutárias, centralmente se livrar dos custos com a nossa saúde.

Fruto da política do terror, apresentando somente uma proposta e que colocando que se esta não fosse aprovada provocaria o fim da CASSI, a maioria dos associados aprovou.

Fizemos o contraponto e nos locais em que conseguimos levar nossa proposta fomos muito bem recebidos, mas a articulação do Banco com as entidades representativas falou mais alto.

Sabemos que um dos problemas do déficit está relacionado à defasagem entre o índice em que são corrigidos nossos salários e a inflação médica. Esse problema é agravado, e muito, pelas reestruturações e redução do quadro da Casso. Se já há um problema concreto detectado o que se espera é que os nossos reajustes salariais sejam maiores para compensar os dispêndios que a CASSI tem que arcar para manter nosso atendimento. Se o BB é sério com o compromisso com a nossa saúde, que volte a contribuir 2 x 1. Se o movimento sindical é sério na defesa da Cassi tem que exigir do Banco que nossas perdas salariais sejam repostas.

O Banco, sabendo com clareza desse problema, ao invés de amenizá-lo aprofunda o arrocho salarial. E assim foi na penúltima campanha salarial com um índice abaixo da inflação. Esse acordo trouxe um prejuízo de milhões para a Cassi. Se já era ruim, torna-se pior. Se não bastasse esse ataque, o Banco avança com a implementação da reestruturação que impõe a redução de postos de trabalho, descomissionamentos, redução de jornada de trabalho com redução salarial, fazendo da vida de nossos colegas da ativa afetados por estas medidas um inferno e causando ainda mais adoecimento, de ordens física e psíquica – o que tem levado inclusive, recentemente, alguns colegas ao suicídio – onerando ainda mais a CASSI, sem que o Banco pague por isso.

Ponto importante que todas essas ações geraram um impacto considerável nas

contribuições que a CASSI recebe para manter suas funções.

Defendemos ainda :

- que o BB volte a pagar à CASSI o dobro do valor da contribuição atual dos funcionários;
- que o BB arque com todos os custos não repassados para a CASSI por conta de suas reestruturações.
- defesa da inclusão dos funcionários oriundos dos bancos incorporados ao plano Cassi Associados;
- auditoria externa e independente na CASSI;
- revisão imediata da rede de credenciados pela Cassi;
- retorno dos ambulatórios nos grandes prédios;
- propor melhorias nas políticas de controle, sobretudo dos grandes hospitais e laboratórios;
- verificar as soluções adotadas através de TI e dar a batalha para que façamos uma parceria com a tecnologia do Banco;
- não aos privilégios: Que os diretores da CASSI ganhem o mesmo salário de quando estavam na ativa. Não a remuneração por reunião aos conselheiros, fiscais e deliberativos;
- que as entidades ligadas ao funcionalismo convoquem encontros regionais e um encontro nacional para debater a situação da Cassi;
- que a defesa da Cassi faça parte da pauta na campanha salarial;
- lutar para que a manutenção da Cassi entre no acordo coletivo;
- defendemos organizar encontros com os trabalhadores de outras estatais (Petrobras, Correios, Caixa Federal....) para juntos enfrentarmos os ataques da resolução 23 da CGPAR do Gov. Temer.

Previdencia

Ameaça a previdência pública

O governo vem tentando impor a todo o custo a Reforma da Previdência, defendida por todos os setores da burguesia como necessária para superar a crise econômica e retomar o crescimento do país. Mas a população de forma geral entende que esta proposta irá piorar as condições de vida de classe trabalhadora, dificultando o acesso a aposentadoria e, na prática, fazendo com que trabalhem até morrer. A luta contra a aprovação da reforma da previdência é hoje a principal bandeira dos movimentos sociais e sindicais do país.

O discurso de que a Previdência Social é deficitária e de que a reforma é necessária e urgente não é real. Apresentam-se os números apenas das contribuições dos empregados e da patronal, desconsiderando todas as verbas que são destinadas a esse fim, como o COFINS por exemplo. A verdade é que o objetivo da Reforma da Previdência não é garantir o pagamento das aposentadorias com um fundo que estaria se esgotando, como alega o governo; mas aumentar a exploração dos trabalhadores, mantendo-se mais tempo na atividade, e reduzir as despesas trabalhistas das empresas.

E essa manipulação dos dados atende a agenda neoliberal, a necessidade de reduzir os investimentos e gastos sociais do Estado, e concentrar o orçamento ainda mais em pagamento de títulos da dívida pública aos grandes bancos.

Outro ponto que leva a burguesia a buscar de forma tão brutal o sucateamento do INSS e o processo de desmonte da Previdência é liberar os valores destinados a aposentadoria dos trabalhadores para o mercado financeiro. Por fim a previdência social e injetar recursos no sistema financeiro através dos fundos de previdência privada é um dos grandes desejos da burguesia nacional.

Previ

Não é de hoje que a ganância da burguesia mira nossos fundos de pensão. Os fundos de pensão dos funcionários de empresas públicas foram usados no governo FHC como patrocinadores das privatizações. Nos governos do PT, os fundos também foram utilizados para injetar recursos nas obras do PAC e outros projetos envolvendo empresas privadas envolvidas em grandes escândalos de corrupção.

A Previ, o Postalis, a Funcef e o Petros tiveram grandes perdas e alguns rombos de valores vultosos. Isso chegou a gerar uma CPI no Congresso que concluiu o trabalho com o pedido de indiciamento para mais de cem pessoas.

Nessa conjuntura é preciso dar batalha para que a Previ seja independente e autônoma, sem interferência dos governos. Exigir o fim do voto de Minerva do banco e colocar a administração do Fundo na mão do funcionalismo, e não do banco.

Também é importante que a Previ cumpra um papel social, não só garantindo a aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras do BB. Mas que tenha também uma política de responsabilidade social em seus investimentos, defendendo os interesses do conjunto dos trabalhadores em seus investimentos.

E resgatar o princípio da solidariedade, permitindo que os participantes do Previ Futuro migrem para o plano original, com as mesmas regras e condições.

Estratégia de campanha salarial

Acordo de 2 anos não!

Para avaliar a estratégia da próxima campanha salarial, é fundamental fazer um balanço do período transcorrido desde a última. De 2016 para cá, vivemos duas reestruturações de grande porte. Foram eliminados dezenas de milhares de postos de trabalho no BB. A reestruturação de 2016 já era previsível durante a campanha salarial. Os boatos corriam solto, deixando os trabalhadores em pânico



e prejudicando a adesão a greve unificada. Terminamos a campanha salarial no dia 06/10, e no dia 12 o jornal Correio Braziliense já falava em demissão de 18 mil bancários. A reestruturação foi anunciada apenas 40 dias depois do fim de nossa campanha salarial.

O debate sobre a reestruturação do Banco do Brasil que se avistava no horizonte não aumentou entre os funcionários durante a campanha salarial. Também não aproveitamos esse momento de mobilização para reivindicar garantias para os funcionários. A campanha específica do Banco do Brasil em 2016 teve como “grande conquista” a volta da verba de QVT.

A direção majoritária da CONTRAF-CUT avaliou e propagandeou que o acordo de 2 anos era muito positivo, pois assegurava nossos direitos para o próximo período. Mas retiraram nossas comissões e nos jogaram de um lado pro outro durante a vigência desse acordo! Ficamos paralisados num período em que fomos profundamente atacados. Portanto, o acordo de dois anos não nos ajuda.

- Não fechar acordo de dois anos!
- Pautar, na mesa de negociação, os planos de reestruturação.

Mobilização pela base

Independente da vigência do acordo, os bancários é que dão vida a um sindicato. O acordo de dois anos não exime a direção majoritária do movimento de ter ficado inerte durante os processos de reestruturação, em que estávamos sendo tão duramente atacados. Na reestruturação de 2016, em São Paulo, o sindicato não convocou sequer uma reunião dos delegados sindicais do BB para organizar a luta, muito menos assembléia. Isso no maior seeb do país!

Esse tipo de abandono aprofunda o ceticismo dos trabalhadores em relação ao movimento sindical tradicional. Mas isso não é o mesmo que dizer que não estão dispostos a lutar. O

que os bancários temem é serem massa de manobra, chamados a greve apenas segundo as determinações das direções. Para fugir disso, é necessário renovar os métodos e construir a luta de baixo pra cima, incentivar o debate e a organização por local de trabalho. Não basta apenas entregar a folha bancária e a consulta nacional. É necessário que os bancários façam parte do dia a dia do sindicato.

A categoria está revoltada, mas transformar essa revolta em mobilização depende de termos um trabalho de base forte, de se realizar amplas campanhas com os bancários e não para eles ou apesar deles, como tem sido feito. A fragilidade do trabalho de base dos sindicatos leva a que a revolta dos bancários não se expresse em apoio as poucas iniciativas de mobilização realizada ou que o apoio seja apenas passivo.

Um direito que ainda não perdemos é o direito aos delegados sindicais. Mas a maioria de nossos sindicatos subutiliza essa ferramenta de organização, não envolvendo eles em sua estrutura decisória e não valorizando suas iniciativas. É importante mantê-los informados de cada passo do sindicato e garantir que as reuniões de delegados sindicais sejam uma ferramenta na organização da luta, não meras palestras.

- Tirar a Organização por Local de Trabalho do papel!
- Realização de assembléias e plenárias periódicas!
- Sem ouvir os bancários, não há greve!
- Envolvimento dos delegados sindicais na estrutura decisória dos sindicatos!
- Eleição de representantes de base para o comando nacional e a mesa de negociação.

A campanha salarial e a política burguesa

Os trabalhadores também estão cada vez mais céticos em relação à política eleitoral. A idéia de que bastaria votar a cada dois anos perdeu

força. Isso é positivo para as lutas da classe trabalhadora, desde que sejamos capazes de trazer os trabalhadores para as lutas (seja nos sindicatos, movimentos sociais ou conselhos populares).

O momento é de polarização da luta de classes. A burguesia ataca cada vez mais, e os trabalhadores resistem, lutam pela manutenção de seus direitos e sua própria sobrevivência. Nossa classe não está derrotada ou paralisada, como mostraram os professores municipais de São Paulo derrotando, em uma greve radicalizada, a reforma da previdência do município proposta por Haddad (PT), que Doria (PSDB) tentou implementar.

Essa conjuntura, entretanto, exige de nós uma profunda renovação em nossos métodos e nossas direções. A classe trabalhadora está desencantada de suas direções. Rompeu e se decepcionou com o PT. Não quer ser massa de manobra de líderes distantes e burocratizados.

Como já dissemos na análise conjuntural, a burguesia brasileira está em uma tremenda crise. Não consegue se unificar em relação a nenhum candidato. Para nós, a prisão de Lula e demais conseqüências judiciais da Lava Jato são parte desse conflito. No final, Lula se entregou dizendo que confia na justiça e na operação Lava Jato.

Sabemos que ele traiu nossa classe e portanto, não cabe aos trabalhadores defendê-lo. O "estado democrático de direito", em nossa opinião, é atacado a cada trabalhador negro que é morto ou preso sem direito a julgamento. A prisão de um político, que governou para a burguesia, não muda o status de nossa "democracia".

Mas não entendemos que a prisão de Lula represente o fim da impunidade. Diversos corruptos continuam soltos e a estrutura reacionária do Poder Judiciário trabalha arduamente para livrar a cara de todos que "sabem demais" ou podem pagar um advogado renomado.

Agora, grande parte do movimento sindical brasileiro faz campanha pela libertação e candidatura de Lula. É um direito democrático dos que querem defendê-lo, o fazerem. Mas nós da CSP Conlutas não concordamos em misturar as lutas dos trabalhadores com essa reivindicação. Isso divide e enfraquece a categoria.

Somos contra que nossa Campanha Salarial seja rebaixada pela liberdade de Lula. Defendemos o combate a corrupção, com a prisão de todos os corruptos e corruptores: Aécio, Temer, Alckmin, Maia, etc. Isso sim nos unifica. Nas eleições, cada um pode defender o candidato que quiser, mas as direções sindicais não devem sobrepor a campanha eleitoral à Campanha Salarial. Não haverá unidade na mobilização se quiserem impor o apoio a um candidato que atacou a previdência pública e ajudou a bater recordes de lucro para os bancos enquanto nossos direitos foram atacados. Además, sabemos que independente de quem ganhe, a garantia dos nossos direitos depende da nossa organização.

As eleições podem favorecer a nossa campanha salarial. Os candidatos e o próprio governo serão pressionados a atender nossas reivindicações temendo o desgaste eleitoral. Por isso temos que realizar muitos atos de rua, passeatas, chamar a atenção do público para a greve.

- Por uma campanha salarial que tome conta da cidade, com passeatas, cartazes e panfletos aos clientes!

- Prisão aos corruptos e corruptores com o confisco de seus bens!

- Estatização das empresas envolvidas em corrupção!

- Que os sindicatos não imponham a defesa de Lula aos bancários!

Unificação das campanhas salariais

Os desafios que enfrentaremos em nossa campanha salarial não são exclusivos dos bancários. A Reforma Trabalhista, as



terceirizações e privatizações são ameaças gerais à classe trabalhadora. Nós, do MNOB, sempre defendemos que a unificar as campanhas salariais é estratégico para obtermos maiores conquistas para os bancários e demais trabalhadores. Na atual conjuntura, não coordenar iniciativas será uma estupidez. Não adianta fazer discurso que o governo quer tirar nossos direitos e não fazer unidade com todos os trabalhadores para derrotar o governo.

- A luta contra a Lei de Terceirização e a Reforma Trabalhista é uma só!

- Pela construção de um calendário comum de enfrentamento as reformas!

- Unificação das categorias em campanha salarial no segundo semestre!

- Bancários, petroleiros, Correios, metalúrgicos, metroviários e eletricitários – todos em defesa das empresas públicas e dos direitos!



Resgatar o BB e
seus funcionários.
Em Defesa
das Entidades
do Funcionalismo.

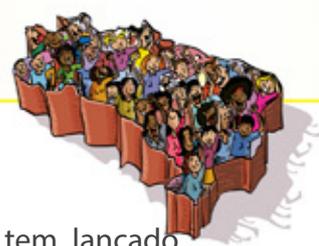
*Juntos
somos
mais*

29º CNFBB

CONGRESSO NACIONAL
DOS FUNCIONÁRIOS DO
BANCO DO BRASIL

São Paulo • 07 e 08 de Junho de 2018

**Tese do MNOB - Movimento Nacional de
Oposição Bancária/CSP Conlutas**



Introdução

A conjuntura atual, fortemente marcada pelas contra-reformas trabalhista (incluindo aí a terceirização irrestrita) e previdenciária e o severo ajuste fiscal (cuja maior expressão é a ES 95/2016, a chamada “PEC do teto de gastos” ou, em melhor definição, “PEC do fim do mundo”) propostas pelo governo ilegítimo de Temer, nos fornece o substrato para compreendermos as reestruturações que vem ocorrendo nas empresas públicas, notadamente no Banco do Brasil.

Apesar de estas proposições partirem do governo instituído pelo golpe parlamentar, há iniciativas dos governos precedentes que pavimentaram a atual escalada de ataques aos direitos dos trabalhadores.

Essa compreensão é de fundamental importância para identificarmos o fio condutor do desmonte que o BB vem sofrendo, de caráter estrutural, e não conjuntural. Ou seja, não se trata simplesmente de medidas autoritárias de um governo, seja ele fruto de um processo eleitoral ou de um golpe parlamentar.

Apesar de as decisões governamentais terem relevância significativa, não é a vontade política de ocasião que coordena o processo, e sim as necessidades estruturais para viabilizar a retomada da elevação das taxas de lucro dos grandes capitalistas, estes sim agentes sempre presentes nas determinações das ações governamentais, qualquer que tenha sido a coloração dos agentes políticos à frente das instituições nos últimos períodos.

Reformas, terceirização, ajuste fiscal e dívida pública

Reforma trabalhista e terceirização: impactos no trabalho bancário

As principais medidas demarcadas na reforma trabalhista e de terceirização irrestrita, aprovadas em 2017, não se desenvolvem abruptamente com o golpe de 2016. Também não começaram agora a fazer parte do leque

de subterfúgios que os bancos tem lançado mão para precarizar o trabalho bancário e o atendimento à sociedade. As principais medidas agora propaladas possuem histórico que atravessam os diversos governos instituídos desde a redemocratização.

A terceirização tem o início de seu marco legal em fins da década de 60 com o decreto-lei 200/67, se desenvolvendo em diversas outras iniciativas, como a regulamentação do trabalho temporário (lei 6.019/74), serviços de vigilância bancária (lei 7.102/83), a regulamentação da terceirização via cooperativas (lei 8.949/94) e a súmula 331/93 do TST, até então a principal orientação legal acerca do tema. Com a aprovação recente da lei 13.429/17, a terceirização se consolida de forma irrestrita, propiciando a ampla reestruturação do mercado de trabalho no país.

No caso do trabalho bancário a terceirização teve sua potencialização com o advento dos correspondentes bancários. O marco legal da atividade não encontra respaldo na legislação, mas em resoluções do BACEN, a partir de 1973, com a resolução 220. A partir de 1999 (governo FHC), com a resolução 2.640, os correspondentes passam a oferecer uma série de serviços antes restritos aos bancos, com a justificativa de atendimento das regiões desassistidas por agências bancárias.

A “bancarização” das populações mais pobres passa a ser o discurso “social” que legitima a desregulamentação do setor bancário. A resolução 2.707/2000 escancara a falácia do discurso, retirando a exigência de inexistência de agência bancária para a instalação de correspondentes. Mas o discurso “social” ainda encontra respaldo nos governos Lula e Dilma, que aprofunda a desregulamentação via BACEN através de diversas outras resoluções, com destaque para a 3.110/2003, 3.654/2008 e 3.954/2011.

Para ter ideia, no período entre 2000 e 2010, o crescimento da rede bancária própria cresceu 20%, enquanto a rede de correspondentes apresentou um crescimento de 1.103%. Não é

segredo para as organizações dos trabalhadores bancários a exposição a condições degradantes de trabalho a que são submetidos aqueles que atuam nos correspondentes: menores salários, maior jornada, a eliminação das exigências de segurança bancária, etc.

O BB movimentou-se já em 2008 (governo Lula), com a implantação das Plataformas de Suporte Operacional – PSO, unidade agregadoras das baterias de caixas das agências sob sua jurisdição. Esta estrutura vem sendo desenvolvida de forma a preparar a área que menos interessa aos grandes bancos, em suas constantes buscas pela redução de custos, para a terceirização. Também se intensificou a terceirização das áreas meio, a exemplo da engenharia e do crédito imobiliário, e também a área fim, com a utilização de empresas para fornecer os chamados agentes de crédito, que muitas vezes atuam no interior da própria agência.

44

Há ainda outros pontos na reforma trabalhista que prometem uma ainda maior precarização nas relações de trabalho nos bancos. Uma delas é a pejetização, processo pelo qual os trabalhadores transformam-se em Pessoas Jurídicas, vinculando-se às empresas por contratos de prestação de serviços. Com isso, as grandes empresas contratantes livram-se das responsabilidades do vínculo empregatício, como férias, 13º salário, licença-saúde, etc. Ao passo que os trabalhadores, agora denominados “PJ”, passam a se subordinar às mesmas grandes empresas com as quais antes possuíam contrato de trabalho.

Esta ofensiva encontra suas origens legais na lei 9.317/96 (governo FHC), com a instituição do SIMPLES, embasado pelo discurso de regularização do favorecimento tributário às empresas de pequeno porte. Seu desenvolvimento foi consolidado com as leis complementares 123/2006, 128/2008 (governo Lula), que instituiu a figura do microempreendedor individual, e a lei complementar 147/2014 (governo Dilma), que as equiparou à modalidade de microempresa. Com este arcabouço legal, possibilitando a

equiparação de uma pessoa física a uma pessoa jurídica, estão pavimentadas as condições para a generalização da “pejetização” instituída pela lei 13.467/17.

Outra proposta nociva aos direitos dos trabalhadores é a prevalência do negociado sobre o legislado, sem as amarras até então impostas de garantia da legislação trabalhista convencionada na CLT. Antes um acordo só poderia ser diferente da legislação caso os trabalhadores fossem favorecidos. Com a nova proposição, vários direitos garantidos na atual legislação podem vir a ser retirados num processo de “negociação” entre duas forças “equivalentes”. É a extinção do pressuposto da hipossuficiência do trabalhador perante o patrão.

Um dos antecedentes dessa proposta foi formulado pelo próprio movimento sindical, através do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, em 2011 (governo Dilma). Trata-se do Acordo Coletivo Especial – ACE, através do qual sindicatos e empresas podem firmar acordo específico no qual “estipulam condições específicas de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa e às suas respectivas relações de trabalho”, que em “decorrência de especificidades da empresa e da vontade dos trabalhadores, justificam adequações nas relações individuais e coletivas de trabalho e na aplicação da legislação trabalhista, observado o art. 7º da Constituição” (grifos nossos).

Na exposição de motivos para a proposição, “as relações de trabalho no Brasil estão sujeitas a uma legislação extensa e detalhada, nem sempre adequada à realidade dos trabalhadores e das empresas”. Diz ainda que “as lideranças sindicais mais dinâmicas e representativas dos trabalhadores e dos empregadores sempre buscaram superar essa herança limitadora, que se impõe até hoje como um obstáculo ao pleno exercício da liberdade sindical e da negociação coletiva”.

No mesmo sentido vão as justificativas para apresentação do PL 6.787/16 (atual PLC 38/17 no Senado), que compreende ser “inegável a



necessidade da modernização da Consolidação das Leis do Trabalho”. É preciso “proporcionar uma legislação mais moderna, que busque soluções inteligentes para novas modalidades de contratação, que aumente a segurança jurídica de todas as partes da relação de emprego” (grifos nossos).

A “diferença” entre as proposições da atual reforma e a de ACE proposta pelo SIMABC é a conclamação do art. 7º da CF proposto por este. Não é necessário destacar que o art. 7º está sendo “respeitado” na atual propositura, isto é, em teor e justificativa ambos possuem muito em comum.

Outro ponto polêmico da reforma, que atinge diretamente os bancários, é a regulamentação do teletrabalho, “[...] definido como a prestação de serviços frequentemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e comunicação. Por meio de contrato individual, deverão ser especificadas as atividades que serão realizadas pelo empregado [...]”.

Aqui também temos um precedente no próprio Banco do Brasil, quando em maio, ainda com Dilma à frente da presidência, a mídia divulgava a decisão do banco de adotar o home office, sendo abertas em princípio nove “oportunidades”. Mais recentemente, o governo Temer vem impulsionando a expansão do atendimento virtual, através das agências Estilo e Escritórios de Negócios (PF e PJ), que atendem os clientes com maior potencial de rentabilidade. Como se vê, o caminho já está pavimentado para o estabelecimento de contratos individuais de trabalho para prestação de serviços para o BB já há algum tempo.

Ajuste fiscal, Reforma da Previdência e Dívida pública

Um dos maiores ataques já praticados contra a classe trabalhadora foi a aprovação da PEC 55/2016 (agora EC 95/2016), denominada pelo governo de “PEC do teto de gastos”, mas que acertadamente foi denominado pelos movimentos de trabalhadores como “PEC da

morte” ou “PEC do fim do mundo”. A proposta estabelece o congelamento (atualização pela inflação, somente) das despesas primárias do orçamento federal por 20 anos, com a justificativa de equilibrar as contas para fazer frente aos pagamentos dos serviços da dívida pública.

Despesas primárias são as “[...] realizadas pelo Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central do Brasil) [...]”, que “exclui os juros e amortização da dívida”. Isto é, as despesas financeiras (juros e amortizações) não se limitam pela proposta. Ao contrário, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar 101/2000, governo FHC), que em nada foi mexida pela PEC, estabelece prioridade ao pagamento do serviço da dívida em todo superávit praticado pelo governo.

A LRF já é a antessala da PEC, que não só não foi questionada como mantida com aprovação nos governos Lula e Dilma. Tratam-se de medidas que visam ao desmonte do serviço público e da redução dos investimentos em políticas públicas com vistas à manutenção e ampliação da sangria de recursos públicos para direcioná-los aos detentores de títulos públicos, em sua maioria bancos, fundos de investimento, seguradoras e fundos de previdência.

Outro dispositivo constitucional, criado em 1994 no (governo FHC) para direcionar recursos destinados a despesas primárias para o pagamento da dívida, foi a Desvinculação das Receitas da União – DRU. Esta proposição permite ao governo usar livremente um percentual da arrecadação destinada a despesas primárias. Segundo a LRF, a prioridade na alocação de recursos é para o pagamento dos serviços da dívida pública. Fundamentalmente, estes recursos são de contribuições sociais que financiam a Seguridade Social, onde se encontra a Previdência Social. Esse percentual era de 20% até 2015, quando o governo Dilma propôs sua ampliação para 30% até 2023.

O mais recente ataque à previdência, que veio a se somar às investidas anteriores, foi a PEC 287, a chamada Reforma da Previdência. Dentre as

proposições originais estão o aumento da idade mínima para 65 anos e o mínimo de 49 anos de contribuição, dentre várias outras. Se fossem aprovadas, tais propostas tinham a potência de efetivamente inviabilizar o direito da classe trabalhadora à aposentadoria. Até o momento, a tramitação da PEC foi suspensa, fruto, em boa medida, da mobilização da classe trabalhadora.

Assim como o advento da reforma trabalhista, da EC 95 e da terceirização, comentados anteriormente, a reforma da previdência possui antecedentes anteriores ao golpe empresarial-parlamentar de 2016. Em 2003, o governo Lula conseguia sua primeira grande vitória: aprovava uma PEC com uma série de medidas que impactavam a previdência social, fundamentalmente no tocante aos servidores públicos – aumento de idade mínima, tempo de contribuição, constituição de fundo de previdência complementar.

46

Em 2016, a presidente Dilma já dava declarações à imprensa destacando a necessidade de reformar a previdência, com destaque para o aumento da idade mínima. Antes, já havia aprovado as Medidas Provisórias 664 e 665, ambas de 2014, que atacaram frontalmente direitos previdenciários de uma significativa parcela da população, ao restringir o acesso às pensões por morte, seguro-desemprego, abono salarial, seguro-defeso dos pescadores.

Mas tais reformas não visam somente a destinação de recursos da Previdência Social para a dívida pública. Revela-se também, em todos estes mecanismos, aumento de espaço para atuação do setor financeiro privado com a comercialização de planos de previdência privada. Esta dimensão pode ser bem ilustrada a partir da agenda de reuniões do Secretário de Previdência do Ministério da Fazenda (de conhecimento público), Marcelo Caetano, recheada de encontros com instituições financeiras, empresas privadas diversas e representantes dos setores patronais.

A EC 95/2016, medida que vem coroar todas essas investidas contra os trabalhadores, atinge não só a previdência social, mas também

áreas como saúde e educação. A redução do investimento nessas áreas tem o intuito de ampliar exponencialmente as possibilidades de mercado para grandes grupos educacionais nacionais e estrangeiros e para as grandes operadoras de saúde que atuam no país. É a ampliação das possibilidades de obtenção de mais-valia com o direcionamento do investimento público para a iniciativa privada.

Na educação, as bases para esse direcionamento já se colocavam com o FIES, criado na ditadura militar e remodelado e ampliado nos governos FHC e Lula. Ainda no governo Lula, o Prouni direcionava recursos públicos, via benefícios fiscais, para as faculdades privadas com o discurso de ampliação do acesso ao ensino superior. O enxugamento de recursos para a educação subsidia também as propostas de reformulação da educação básica e superior.

Nas universidades, ampliam-se as “parcerias” com grandes empresas, que passam a destinar recursos para produção de pesquisas direcionadas aos seus interesses. A reforma do ensino médio também vai na direção do atendimento às necessidades dos grandes empresários, direcionando o ensino básico público (não mexe no ensino privado) para tão somente formação de força de trabalho de baixa qualificação. De um só golpe, dois movimentos: de um lado, amplia a possibilidade de participação do setor privado, tornado única possibilidade de ensino de qualidade. De outro, amplia a transferência de responsabilidade e barateia os custos de formação de trabalhadores para a indústria, comércio e serviços.

Privatizações: entrega de setores estratégicos

A eleição de Fernando Collor acentuou drasticamente os processos de privatização das empresas públicas brasileiras, num período marcado pela acensão das medidas impostas pelo “Consenso de Washington”, tendo continuidade com os governos FHC. Bancos estaduais, Vale do Rio Doce, sistemas de energia, telefonia, saneamento, siderurgia, aviação. Todos os setores estratégicos foram



alvo de entrega ao setor privado, às custas do erário através, principalmente, do BNDES, que financiava grandes grupos econômicos na aquisição destas empresas.

O caso dos bancos é bem ilustrativo. Em 1994 o PROER, programa de salvamento de bancos, ampliou extraordinariamente a dívida pública ao bancar a os prejuízos das aventuras especulativas de diversos bancos, entre os mais emblemáticos o Marka e Fonte Cindam. Em 1997, a lei 9.496 reestruturou a dívida dos estados, propondo que o governo federal assumisse suas dívidas. Sem dúvida, isso não ocorreu de bom grado: as condições impostas pelo governo central previam, como um dos eixos centrais, a entrega de empresas públicas estaduais à iniciativa privada, como forma de obtenção de caixa para abatimento da dívida.

Nessa esteira, quase a totalidade dos bancos estaduais foi privatizada, de forma que o setor privado ficou com os ativos e o estado com o passivo, incrementando ainda mais a dívida pública. E claro, as entregas contaram com o apoio governamental através, principalmente, do BNDES, outro elemento que engordou o estoque da dívida.

Eis que em 2015, durante o já agonizante governo Dilma, o Poder Executivo encaminha o projeto de lei 257/2015, uma reedição do programa de reestruturação da dívida dos estados. As premissas bastante semelhantes, com a diferença de que se propunha a federalização das empresas estatais. Contudo, o arrocho salarial, a extinção de concursos públicos, etc., compunham a fórmula antes apresentada no governo FHC. Tal projeto evoluiu, no governo Temer, com a exigência de entrega das empresas à iniciativa privada, agora sim, nos mesmos moldes do que fora proposto na lei 9.496/97. Soma-se a isto, a tentativa de abertura de capital da Caixa Econômica Federal proposta no início do segundo mandato de Dilma, a ampliação do capital estrangeiro no BB e a determinante atuação do Bradesco nos rumos do BB e temos um campo aberto para entrega do que ainda resta do Sistema Financeiro público do país.

Nos bancos públicos, sucessivos processos de reestruturação - com destaque para o que vem sofrendo o BB a partir de 2016 - visam garantir o avanço do setor financeiro privado, com medidas de redução de custos, de agências, de precarização do atendimento, etc. Tais medidas vem deslocando os clientes para os bancos privados, que passam inclusive a direcionar a atuação destes bancos públicos a partir de sua própria estrutura de decisões. O Bradesco fez parte do Conselho de Administração do BB, com o qual há anos vem estabelecendo "parcerias". Uma delas é o Banco Digio, onde o BB detém 49,9% de participação acionária contra 50,1 do Bradesco. Em outras palavras, utilização de recursos públicos para criação de empresa privada.

Mas o processo de privatização não se restringe à venda direta das empresas públicas. Atualmente, bancos públicos, empresas de energia e saneamento, principalmente, passam por um processo de desmonte de suas estruturas com vistas a reduzir o papel destas no mercado, potencializando a participação privada na exploração das riquezas naturais e na prestação de serviços essenciais. Além disso, parece ser um grande negócio manter estas empresas estatais, sucateadas, para bancar eventuais prejuízos que o setor privado venha auferir na exploração dos nichos dessas empresas.

A Petrobras já vem sofrendo ataques. Um dos mais recentes foi a aprovação do regime de partilha na exploração do pré-sal, que com o governo Temer se desenvolveu para a entrega total de áreas de exploração, algo pelo qual José Serra há muito vem fazendo lobby. De um lado, deslocou grande parte dos recursos para a composição do Fundo Soberano, abrindo caminho para a ampliação do mercado acionário e de derivativos especulando com o erário público. Por outro lado, é a entrega direta não somente dos lucros, mas da própria produção da riqueza, o que garante o controle da estrutura produtiva do setor no país pelas petrolíferas estrangeiras.

O sistema de saneamento há tempos vem sendo

desmontado com a sistemática entrega de suas operações ao mercado, além do conhecimento construído há décadas pelas empresas estatais. No ES, por exemplo, a Cesan – Companhia de Saneamento – forneceu a expertise necessária em saneamento para que a Odebrecht entrasse nesse nicho de exploração, seja no mercado doméstico ou internacional. E todo esse conhecimento apropriado pela Odebrecht que lhe permitiu ampliar consideravelmente seu escopo de atuação e produção de lucros foi gentilmente cedido, sem nenhum custo, pelo governo do ES.

Então os governos são todos iguais?

Numa leitura mecânica, pode parecer que estamos atribuindo tanto aos governos Collor, FHC e Temer, quanto aos governos Lula/Dilma, as mesmas intenções maldosas, meticulosas, pensadas por ambos para explorar ainda mais a classe trabalhadora. Se a leitura da conjuntura fica na superfície dos acontecimentos, essa afirmativa é verdadeira. Mas é preciso ir além do simplesmente visível, além da atribuição de valores morais aos agentes políticos. Necessita-se investigar o essencial que determina as decisões políticas tomadas nessa quadra histórica. Se falamos anteriormente da superfície (isto é, as decisões políticas e formulações jurídicas), passemos agora para as determinações estruturais que, a nosso ver, preenchem de materialidade os arcabouços legais que arrocham ainda mais a classe trabalhadora.

Em primeiro lugar, analisemos a dívida pública e sua relação com o “rentismo”. A limitação das despesas primárias (EC 95/2017, antiga PEC 55/2016), a desvinculação de suas fontes de recursos (DRU), a reforma da previdência (PEC 287/17) e os processos de privatização possuem estreita relação com a dívida pública federal, que consome por ano cerca de 50% do orçamento federal. Mas o que está por trás da dívida pública não é somente a transferência do fundo público para o bolso de rentistas e especuladores.

A dívida atua como instrumento fundamental

no processo de ampliação e de criação de possibilidades de incremento de mais-valia. Por um lado, na medida em que a redução do investimento estatal com vistas à manutenção do pagamento da dívida abre novos espaços de exploração para o setor privado (saúde, educação, saneamento, segurança, etc.), criando um sem-número de novas possibilidades de mercadorias. Por outro, a dívida pública funciona como um enorme estoque de recursos que, controlado pelos bancos, são disponibilizados para serem aplicados nos mais diferentes ramos da produção. Ainda, é com dívida pública que o estado efetua a entrega das empresas estatais diretamente ao setor privado. Basta olhar rapidamente para os processos de privatização ocorridos (CVRD, Bancos, CST, CSN, Telefônicas, etc., etc.) que enxergamos de comum a utilização de crédito público para viabilizar a compra das empresas.

Tem mais: a dívida pública, desde sua origem histórica constituída com títulos públicos, deu origem a toda espécie de comércio de títulos financeiros (ações, mercado futuro, derivativos, etc.). Este mercado, que em princípio parece não ter qualquer relação com a produção, serve de alavanca para o incremento, cada vez mais veloz, do próprio estoque da dívida e dos ativos dos bancos, além do capital das indústrias. Ou seja, através dos instrumentos financeiros incrementa-se diretamente o capital industrial; impulsiona o capital bancário, que o reverte por meio de crédito à indústria; e engorda a dívida pública, cujos credores são os bancos. Trata-se de uma monumental centralização de capital que necessariamente são destinados aos grandes monopólios, que por sua vez concentram quase toda a produção. Em resumo: a dívida pública evidencia a interdependência necessária entre capital bancário e capital industrial, o que Lênin chamará de capital financeiro.

Mas a concentração da propriedade do capital é uma das pontas do processo de produção capitalista. É na força de trabalho assalariada empregada na produção de mercadorias (em suas formas materiais e imateriais) que há a geração de mais-valia, o elemento que permite a acumulação continuamente aumentada nas



mãos dos grandes capitalistas.

Ou seja, é na força de trabalho que o capital encontra sua galinha dos ovos de ouro, e, portanto, precisa continuamente encontrar formas de acentuar a exploração do trabalho, intensificando seu ritmo, precarizando suas condições e reduzindo o valor dos salários. De um lado, o faz diretamente na produção, estabelecendo na prática cotidiana formas de organizar o trabalho para tal fim. De outro lado, atua para garantir, política e juridicamente, a regulamentação legal necessária para consolidar estas formas de organização da exploração do trabalho. O exemplo que salta aos olhos é a reforma trabalhista, incluída aí a terceirização. Não é segredo que os artigos, incisos e parágrafos da lei 13.467/17 foram escritos nos escritórios das entidades de representação da burguesia: Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Confederação nacional da Agricultura (CNA) e Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), em resumo, o próprio capital financeiro.

O que passamos em revista na análise das tomadas de decisão consignadas em leis é que há um contínuo processo de regulamentação daquilo que se experimenta no cotidiano da produção, tendo em perspectiva as mudanças no trabalho determinadas pelo processo de reestruturação produtiva. Trabalho flexível, trabalho parcial, política de metas, Just in time, etc. Suas formas jurídicas? Terceirização, pejetização, teletrabalho... Trata-se daquilo que Francisco de Oliveira já observava como impulso da industrialização pós-anos 30: "expulsar" do interior das unidades produtivas os custos de reprodução da força de trabalho.

Ou seja, o movimento de acumulação do capital, principalmente a partir da década de 70, vai impondo à organização dos processos de trabalho a necessidade contínua de "separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção"; interpõe-se entre a unidade produtiva e o dono do capital, paulatinamente, novas categorias profissionais, transformam-se as já existentes, enfim, intermediações cada vez mais numerosas entre quem detém o a riqueza

e quem a produz. E é sobre essa base real das transformações nos processos de trabalho que se levantam as regulamentações necessárias para consolidar e para dar novo impulso às mudanças exigidas pela necessidade da acumulação do capital.

Vistas as coisas desta perspectiva, destaca-se um elemento importante: estamos a falar de transformações no trabalho do ponto de vista das necessidades de acumulação do capital, isto é, processos dirigidos por quem detém o capital. Isto significa dizer que, apesar do grande número de empregos gerados por micro e pequenas empresas, não são estas que determinam estas transformações, por um motivo simples: não estamos falando de empregos, estamos falando de trabalho, de divisão do trabalho, de organização do trabalho. Então, parece existir o imperativo de grandes capitais concentrados para promover tais mudanças e para exigir a regulamentação destas mudanças (sejam ainda incipientes ou já adiantadas). Parece óbvia a constatação, mas não são tão óbvios seus desdobramentos.

Senão vejamos, primeiramente reafirmando: as mudanças nos processos do trabalho são dirigidas pelos detentores do capital. Capital este cada vez mais concentrado e de magnitude sempre acrescida. O tamanho que este capital atinge hoje e que é exigido para a implementação destas profundas transformações não pode vir de um capitalista isolado; vem necessariamente do capitalista coletivo, cuja forma excelente é o capital financeiro. Numa palavra: a necessidade da acumulação do capital, atendida pelo incremento incessante da produção, necessita, de um lado, de grandes quantidades de capital concentrado e, de outro, incessantes alterações no emprego da força de trabalho, visando o rebaixamento de seu valor.

Com uma mão, o capital financeiro se apropria do fundo público, através das diversas formas de controle da dívida pública. Com a outra mão, utiliza a potência desse capital para implementar os mecanismos necessários para maior e mais eficiente extração da mais-valia. Dois exemplos: A J & F Investimentos

controla empresas do agronegócio (carnes, celulose), da indústria química (cosméticos e limpeza), energia, banco (Original), indústria da comunicação (Canal Rural). O banco Itau tem participação na indústria da construção civil, calçados, gás natural, tecnologia... Nestes dois casos, numa busca mais refinada, estas indústrias controladas por empresas financeiras são também controladas ou controladoras de outras indústrias, fundos de investimento...

Aqui começam as confusões que levam governos oriundos da classe trabalhadora a tomarem medidas muito semelhantes aos governos puro-sangue do capital. Sobre estes é mais fácil dizer, possuem objetivos claros e definidos, condizentes com o papel histórico desenvolvido pelas elites brasileiras – e este é um ponto fundamental: uma relação subordinada, sem freios, com o capital internacional, satisfazendo-se com o papel de gerenciar a produção da riqueza nacional com vistas à sua entrega aos centros do capitalismo. Consciente ou inconscientemente, os governos Collor, FHC e Temer se alinham à condição estrutural de nossas elites, qual seja, seu papel subordinado na condução do país considerando a divisão internacional do trabalho. Consciente ou inconscientemente, atendem de bom grado aos capitais bancário, comercial e industrial, sem distinção ou juízo de valor. Em suma, atendem ao capital financeiro, entendendo-o – consciente ou inconscientemente – como uma unidade indissociável entre industriais e banqueiros.

Os governos de coloração popular, ao contrário, conscientemente distinguem os diferentes tipos de capital. Há um capital financeiro, puramente especulativo, sem relação com a produção – aquilo que costumou-se nominar de “rentismo”, como dito acima; e outro capital industrial, produtivo, este sim com a potência de elevar o desenvolvimento do país e prepará-lo para sua emancipação na divisão internacional do trabalho. Há um juízo valorativo, entre capital “bom” (indústria) e capital “mau” (rentismo), um que pode nos levar à autonomia nas relações internacionais e outro que nos puxa para um papel subordinado frente às potências

capitalistas. Sob esta perspectiva, portanto, faz-se necessária uma aliança dos trabalhadores com a burguesia industrial no sentido de atacar o inimigo comum, que lhes usurpa a possibilidade de desenvolvimento. Ou seja, há a ideia de que o capital industrial tem um interesse em comum com a classe trabalhadora, se opor ao capital especulativo.

Ao vencer as eleições, ganhando o efetivo gerenciamento do estado, abre-se a possibilidade de realizar tal projeto emancipatório. A perspectiva de que há interesses em comum entre a burguesia industrial e a classe trabalhadora não exclui a premissa de que há interesses antagônicos, sendo, portanto, necessária a mediação para se alcançar o que há de comum. De posse do gerenciamento do estado, a mediação torna-se possível. E não só isso, torna-se possível sob o comando da classe.

E sob o comando da classe emergirá a consolidação de iniciativas de contínuo diálogo entre trabalhadores e patrões, cuja expressão mais desenvolvida são as câmaras setoriais tripartites envolvendo patrões, trabalhadores e governo. Iniciativas que já se desenvolvem no seio da classe, cujo exemplo bem desenvolvido se mostra num artigo de Luiz Marinho em 1994, para a Folha de São Paulo, em que ele descreve a “nova imagem do ABC” com o pacto social para o desenvolvimento da região, processo que ele orgulhosamente atribui aos “sindicatos-cidadãos” cujo maior símbolo é o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Ou seja, a partir da ideia da aliança necessária com o capital industrial e do estado como ente mediador acima das classes, o que vai se desenvolvendo como principal estratégia de luta dos trabalhadores – o acordo – é o que vai conduzir o modo de governar petista.

E, em boa medida, essa aliança foi feita. Indústria agropecuária, naval, aeroviária, automobilística, construção civil, mineração... Todas apresentaram significativo incremento de seus negócios, de seus ativos e de suas atuações no mercado, tanto doméstico quanto internacional. Foi possível inclusive elevar



o patamar de consumo dos trabalhadores, criando um “círculo virtuoso” de consumo-produção-consumo, um verdadeiro processo de “ganha-ganha”!

O vistoso crescimento das indústrias foi impulsionado, em grande medida, por endividamento público, via BNDES, tendo BB e CEF como intermediadores. Estes tiveram também o papel de distribuir uma pequena parcela destes recursos às micro e pequenas empresas. Endividamento público não só para concessão de grandes volumes de crédito a determinados setores da economia, mas também a participação direta dos bancos públicos na composição acionária das empresas. Aqui uma grande contradição, considerando a perspectiva “capital bom x capital mau”: para impulsionar o crescimento das indústrias foi preciso lançar mão de capital bancário. Isso demonstra o movimento necessário da acumulação apontado acima: a fusão do capital bancário e industrial. Ou seja, não importa que se queira atribuir a um setor do capital a primazia na produção da riqueza e, portanto, seu caráter progressista; o movimento do capital vai exigir que suas frações caminhem juntas, fundidas, misturadas.

Outro fator preponderante foi a entrada de capitais externos na composição acionária das grandes empresas, que, por um lado, significa injeção de capital, e por outro, significa transferência de controle das decisões para os grandes grupos internacionais que aqui entraram. Para ter ideia, numa busca bem superficial: A JBS tem como uma de suas controladoras a Blessed Holdings (EUA e Ilhas Cayman); a Vale S.A. tem 47% de participação estrangeira; Banco do Brasil, 21%; Ambev cerca de 60%, Cosan (energia e infraestrutura) 62% de capital estrangeiro sediado em paraíso fiscal; etc., etc. Mas não só endividamento público e capital estrangeiro alimentaram o capital dos grandes grupos empresariais. Os fundos de pensão de parcela importante dos trabalhadores (Previ, Funcef, Petros, Postalís, etc.) foram largamente utilizados em privatizações, fusões e incorporações.

Numa rápida síntese, apresentamos a aparência: indústria se desenvolvendo, retroalimentada pelo aumento da capacidade de consumo dos trabalhadores; bancos públicos atuando na contramão do rentismo puramente especulativo. Tudo isso não seria possível sem a ação de um estado mediando os interesses, quando antagônicos, dos trabalhadores e do capital. Percebe-se este movimento com a instituição de inúmeras câmaras setoriais, com a participação democrática com igual peso entre empresas, poder público e sindicatos. Parece que tudo caminha bem. Tão bem que, mesmo o tsunami da crise do subprime em 2007/2008 virou marola, dada a solidez de nossa concertação social, um sistema financeiro bem regulado, direcionado para o desenvolvimento em detrimento do rentismo, uma indústria bem alimentada, protegida das aventuras especulativas, trabalhadores bem alimentados. Aliás, parece que sim, há de fato um setor do capital que se contrapõe ao desenvolvimento da economia. O descontrole do sistema financeiro mundial, provocando a crise, prova isso de forma cabal! Ao que parece...

Mas por que cargas d’água tudo isso culminou com um impeachment? Vejamos mais de perto. O pujante crescimento da economia mundial, com um volume de riqueza nunca antes produzido, esbarra em si mesmo em seu movimento tendencial, dentro do modo de produção capitalista: queda nas taxas de lucro. Em seu ápice de desenvolvimento, o capital vai exigir medidas que recoloquem em patamares aceitáveis, através da maximização da exploração do trabalho, o ritmo e volume de extração de mais-valia. Ora, mas não era uma crise provocada pela insensibilidade dos banqueiros, que apostam as vidas da população no cassino das bolsas de valores?

Bom, já explicitamos acima: mesmo que haja discrepâncias entre o que se contabiliza como riqueza material produzida e a riqueza escriturada nos papéis financeiros, a origem e a finalidade do jogo do mercado financeiro é a produção. Mesmo que o sonho do capital seja gerar dinheiro sobre si mesmo, não há como escapar da materialidade da produção.

Em suma: a crise não foi um desvio moral dos agentes financeiros, mas um corolário do próprio desenvolvimento capitalista, com sua admirável capacidade de produzir riqueza.

Pois se o problema fosse tão somente a desregulamentação do mercado financeiro, qual seria o propósito de, após 2008, pululassem propostas de reformas trabalhistas no mundo inteiro? Para que mexer no trabalho se o problema é o dinheiro? O que se viu nas economias mundiais, concertadamente, foram medidas que permitiram maior apropriação do fundo público, por meio das dívidas públicas, e que abrissem maior espaço para a exploração do trabalho diretamente, leia-se, maior extração de mais-valia. Em outras palavras, medidas para beneficiar bancos e indústrias. Capital bancário e industrial. Capital financeiro! Então parece que não, não há um setor do capital progressista e outro retrógrado. Há frações diferentes, mas são capital.

52

Nesse movimento, a análise da legislação feita nas partes 1 e 2 mostra que a vida dos trabalhadores estava sendo dificultada nas garantias de direitos constitucionais e nas formas jurídicas de contratação, que traziam insegurança, além do aprofundamento dos processos de trabalho aderentes à reestruturação produtiva que cresceu em muito a precariedade da saúde da população. Contudo, a superficialidade da possibilidade de consumo conseguiu aliviar o peso destes elementos na vida cotidiana.

Consumo este potencializado via crédito, via endividamento da população, via crescimento das carteiras de crédito dos grandes bancos. Essa superficialidade tornou invisíveis os problemas de ordem material, da vida mesmo, que os trabalhadores vinham acumulando decorrentes destas alterações dos processos de trabalho paulatinamente pavimentadas em leis. 2013 foi o momento crítico em que estas insatisfações vieram à tona, como mobilizações massivas no país inteiro.

Tratamento semelhante foi dado à pequena burguesia, os pequenos e médios proprietários.

A estes foram concedidas linhas de crédito e algumas benesses tributárias, algo similar ao que foi oferecido aos trabalhadores assalariados. Então, da mesma forma, ofereceu-se também uma superficialidade aos setores médios, que, assim como os trabalhadores, ficam sujeitos aos movimentos conjunturais da economia.

Os pequenos, fortemente dependentes da demanda de consumo da população, se viram prejudicados quando a conjuntura começou a soprar ventos contrários aos seus negócios. Suas insatisfações foram demonstradas de forma mais genuína em 2015, nas grandes mobilizações pelo impeachment de Dilma, ainda que estes setores também estivessem juntos nas jornadas de Junho de 2013.

Às “campeãs nacionais”, que eram a linha de frente do desenvolvimento nacional, a oferta foi de grande disponibilidade de capital e aperfeiçoamento de infraestrutura, além de, é claro, benesses tributárias. Com este suporte, as indústrias poderiam criar empregos e tomar corpo suficiente para se lançar à concorrência internacional, fazer frente às grandes corporações multinacionais e ir ganhando autonomia frente ao capital especulativo.

Mas, conforme já exposto, isso não está no rol de interesses dos “setores produtivos”. Muito menos, as determinações da acumulação apontam para isto. O movimento que se viu, ao contrário do ganho de autonomia, foi o maior imbricamento entre bancos e indústrias. Além desta centralização do capital, ocorre um movimento de fusões, incorporações e cartelizações, concentrando a produção cada vez mais em um menor número de grupos empresariais. E, fundamentalmente, com a participação crescente do capital estrangeiro. Não é preciso dizer que a monopolização da produção tende a esmagar a pequena burguesia.

Quando o capital precisa sair de sua crise de acumulação, ele precisa que a engrenagem funcione em sua plenitude. O que perpassa um estado que não tergiversa em sua função: ser um braço da classe dominante. No caso



brasileiro, uma classe dominante inserida subalternamente no capitalismo mundial. O estado mediador dos conflitos entre as classes não pode conduzir de forma plena o que é necessário para o reequilíbrio do sistema, qual seja, a centralização de capital e a concentração da produção na velocidade necessária – que é sempre crescente.

Portanto, a insatisfação da burguesia “produtiva” com o governo Dilma tem a ver com a necessidade de aceleração do aprofundamento da exploração do trabalho, por um lado, e da aceleração de acumulação de capital, por outro, sem nenhum problema que este capital esteja subordinado e seja controlado pelas grandes corporações internacionais, seja controlando o estoque da dívida pública, seja por participação direta no controle das atividades empresariais.

Em síntese: a situação dos trabalhadores, superficialmente melhorada durante o período de pujança internacional, mostra seus limites e eclode a insatisfação. Os micro e pequenos empresários estão em situação semelhante, tanto por conta da mesma concessão superficial de possibilidades, quanto do aprofundamento da monopolização e cartelização. O capital, precisando superar sua crise de superacumulação cuja consequência é a redução das taxas de lucro, necessita derrubar as barreiras que lhe impedem a rápida consecução das medidas de apropriação do fundo público e do arrocho nos salários e condições de trabalho (jornada, terceirização, pejotização, etc.). Com essa pressão, o estado mediador se esfarela e o capital retoma para seus representantes legítimos o controle do gerenciamento do estado. Estes são os fundamentos do golpe empresarial-parlamentar de 2016.

Corroem-se assim os pilares historicamente construídos no seio classe trabalhadora organizada (claro que não homogeneamente), que conduziram os governos petistas. Primeiro, ao privilegiar o consumo dos trabalhadores como propulsor do desenvolvimento, precisou desvalorizar o trabalho, no que se refere à sua remuneração, à sua qualidade e sua segurança. Segundo, ao conceber um antagonismo entre

as frações do capital, viu-se fortalecendo a musculatura do capital como um todo, imaginando estar fortalecendo um suposto setor que possuía interesses em comum com a classe trabalhadora. Em terceiro lugar, uma concepção de estado mediador sedimentou na classe trabalhadora uma percepção de que o caminho para as vitórias da classe é o acordo.

Voltando, então, à pergunta: então os governos são todos iguais? Sim e não. Não porque o que os move são interesses diferentes: um conservador, no sentido de manter o papel histórico do país em sua inserção capitalista, conduzido por uma elite que estruturalmente não tem interesse de emancipação econômica em relação aos centros do capitalismo. Outro, progressista, com uma construção histórica de uma estratégia que persegue uma inserção soberana do país na economia mundial. Para o pesar da classe trabalhadora, as leituras calcadas na aparência e não na essência não permitiram enxergar que, sem rupturas, as determinações concretas da vida econômica conduziram as tomadas de decisão por um processo idêntico, na sua essência, aos governos conservadores.

Isto posto, os governos petistas foram obrigados a conduzir os processos da mesma forma, em sua essência, que os governos Collor, FHC e Temer. Pois guiando-se pela superfície das coisas (consumo, não o trabalho; bom x mau, não a contradição; estado abstrato, não instrumento concreto de uma classe), não podia perceber as determinações concretas da realidade e proceder assim uma maneira de enfrentamento ao modus operandi do sistema. Mais ainda, não só não podia perceber como, ao ter que necessariamente proceder com as mesmas ferramentas, vai incorporando este modo de operar conservador, fazendo com que as lideranças assumam como suas esta concepção e estrutura em suas práticas políticas.

Desta feita, o estado acaba servindo aos interesses do capital financeiro, tanto numa perspectiva conservadora quanto numa perspectiva progressista. Aqueles por ocuparem o estado na sua perspectiva histórica

original, ser um instrumento que serve à classe dominante. Estes, por assumir a concepção de um estado que paira sobre as classes e que pode, portanto, estar a serviço de uma ou de outra classe. Este monumental equívoco privou-nos da possibilidade de ocupar o estado com vistas a uma ruptura com o status quo, visão esta que compunha originalmente, nos idos dos anos 80, o cerne do Projeto Democrático e Popular que culminou com a vitória de Lula em 2002.

Segue-se finalmente que nossa análise, como exposto, não alude a moralismos nas críticas aos governos petistas. Não fazemos coro a quem analisa a experiência dos trabalhadores no governo sob o prisma da falta de ética, da traição de classe, do mau-caratismo, ou coisa que o valha, ainda que alguns indivíduos apresentem tais características. Mas estamos falando de classe, e o que criticamos é uma concepção ao nosso ver equivocada, histórica e concretamente, do processo de desenvolvimento capitalista, da luta de classes. O que nos levou à mediação ao invés da radicalidade; à colaboração de classes ao invés do conflito de classes; à acomodação ao invés da ruptura; ao acordo ao invés do enfrentamento.

O que se desenha pós-impeachment?

O cenário é de uma classe trabalhadora, por um lado, adormecida por anos de consolidação de uma estratégia cujo objetivo máximo a ser alcançado é o acordo. Por outro lado, atordoada, sem capacidade de reação, fruto dessa crença na conciliação, no pacto de classes, que a desarmou em suas estratégias de luta rés ao chão. Na outra ponta, a burguesia bastante fortalecida nos governos progressistas encontra-se animada por este cenário de incapacidade de reação da classe trabalhadora organizada e da insatisfação de uma outra grande parcela dessa classe, além da pequena burguesia historicamente aderente às movimentações do grande capital.

Tendo derrubado a última barreira – o estado mediador – que lhe impedia a rápida reorganização do trabalho em direção às retomadas das taxas de lucro, a burguesia se vê sem amarras para a consecução de seus

objetivos, tanto da perspectiva do controle do estado quanto da condução do que é necessário ser feito no chão da fábrica. A partir do impeachment, conduzido por esta burguesia e sustentada por forte apelo popular – não sem instigação massiva da mídia corporativa –, a reforma trabalhista, pedra de toque do incremento de extração da mais-valia, passa acelerada e o estado é tomado pelas velhas oligarquias e pelas novas oligarquias que exibem um rosto moderno, mas que não se diferem da velha em seus objetivos.

Abre-se um novo período em que a burguesia pode avançar sem freios sobre a classe trabalhadora (Importa resgatar que tais freios – os governos Lula e Dilma – não foram enfrentamentos, mas sim redução da velocidade). Dá-se prosseguimento à aprovação das legislações já anteriormente gestadas com conteúdos ainda mais agressivos, a exemplo da lei da terceirização.

Ao mesmo tempo, dá-se o endurecimento da repressão à classe trabalhadora organizada, cujos exemplos mais latentes são a intervenção militar no RJ e a morte da vereadora do RJ Marielle Franco, que denunciava a atuação das milícias que atuam no estado. Em boa medida, as ações protagonizadas pelo governo federal via exército, no RJ, se sustentam na lei antiterror aprovada pelo governo Dilma (Lei 13.260/2016). Aliás, a mesma lei que possibilitou inúmeros casos de perseguição a movimentos como o MST e MTST, diretamente envolvidos em ocupações de propriedade privada, e que contribuiu para o arrefecimento da luta contra o impeachment.

Até o momento o cume desse processo foi a prisão do ex-presidente Lula, a grande expressão, a grande síntese da classe, julgado culpado por corrupção no caso do triplex de Guarujá. Este caso conjugado com a morte de Marielle demonstra claramente a investida do capital contra a classe trabalhadora organizada, ao tempo que a classe em geral é fortemente reprimida pelo exército nas comunidades do RJ, na matança generalizada de indígenas, na execução de lideranças do campo. Junto a



estes, a juventude negra, a comunidade LGBT, as mulheres, são os setores mais fortemente atingidos pela escalada da violência institucional.

Todo este cenário impõe à classe trabalhadora condições semelhantes às vivenciadas no início do séc. XX com o início da industrialização. Naquele momento, os trabalhadores viviam suas relações de trabalho sem qualquer amparo da legislação, entregues nus e crus às necessidades da burguesia de acúmulo de capital. A esta realidade concreta, correspondia uma determinada organização dos trabalhadores, necessariamente por fora do estado, fortemente clandestina, alicerçada numa organização pela base, dado que não existia a possibilidade de estabelecimento de organizações verticais. Ainda, tais organizações não podiam se constituir através das categorias, precisavam necessariamente da associação dos trabalhadores de setores diferentes da economia.

Com o golpe consolida-se uma regulamentação da precarização das condições de vida e do trabalho, possibilitando o estabelecimento de um cenário semelhante ao descrito acima. Se é isto, o movimento dos trabalhadores precisará se debruçar sobre as formas de organização e lutas vivenciadas lá atrás, num movimento de fortalecimento da organização horizontal, considerando é claro a estrutura vertical sedimentada após os governos Vargas.

Isto é, um cenário de anarquia regulamentada e com a estrutura organizativa dos trabalhadores regulada pelo estado nos conduz a necessidade de produzirmos um conteúdo de organização e de lutas que corresponda à nova (velha?) realidade concreta com que nos deparamos, que passa, sem dúvida, por um retorno a uma organização fortemente amparada nas bases e na superação da segmentação por categorias que permeou o movimento sindical desde a década de 30 do século passado.

O problema é que permeia ainda entre os movimentos dos trabalhadores a ideia de estado concertador, isto é, um estado com

possibilidades de permeabilidade para as demandas da classe, e a necessidade de aliança com o “setor progressista” do capital. Nas palavras do próprio Lula, em entrevista à Folha pouco após sua condenação em segunda instância: “Eu sou um homem tão civilizado, acredito tanto nas instituições que estou apostando nelas” (grifos nossos). E ainda: “Eu tenho orgulho de dizer que o meu governo foi o período em que os empresários mais ganharam dinheiro, os trabalhadores mais ganharam aumento de salário, em que geramos mais empregos, em que houve menos ocupação no campo, na cidade, e menos greve” (grifos nossos).

Nestas duas frases evidenciam-se não só a manutenção, como o fortalecimento desses fundamentos: a crença no estado conciliador, que pode estabelecer um processo de “ganha-ganha” entre trabalhadores e capital, e mais que isso, a necessidade de se apaziguar os conflitos entre capital e trabalho. Em resumo, a ofensiva do capital, acionando fortemente seu mecanismo repressor para sustentar as investidas no campo econômico contra os trabalhadores, resulta em maior certeza do acerto da estratégia que nos levou até aqui. Um paradoxo.

Percebe-se ainda o fôlego renovado desta estratégia em documento lançado em fevereiro de 2018 pelas fundações dos partidos classificados como progressistas, com vistas a construir um “Novo Projeto de Desenvolvimento Nacional”. Suas premissas são a “a união de amplas forças políticas, sociais, econômicas e culturais”, “Restauração da democracia, do Estado Democrático de Direito, do equilíbrio entre os Poderes da República”, tornando-o “forte, portador de um projeto para a Nação, refratário à concepção oportunista e omissa do Estado mínimo neoliberal”, “capaz de defender os interesses do país e repelir as imposições do rentismo e do imperialismo”, que impõe ao país a “condição de mero exportador de commodities, que devem continuar a ser valorizadas, mas não podem ser absolutizadas como único trunfo econômico do país”. É preciso pois “Incentivar os investimentos produtivos e desestimular a

especulação financeira e rentista”.

A perspectiva, portanto é de uma crescente alienação dos trabalhadores em relação à sua luta, conduzida por personagens e estruturas organizativas cada vez mais estranhas à sua realidade. Esta constatação corresponde à realidade concreta do desenvolvimento da estratégia de conciliação, do culto à negociação, que tem a ver, em suas bases, com a leitura da necessidade de aliança com a burguesia industrial nacional. Ou seja, caminhamos em direção oposta às necessidades concretas do novo cenário que se desenha, que exigiria a intensificação da horizontalidade e da união, em lutas, das diversas categorias de trabalhadores.

Em síntese: um Projeto Democrático e Popular, em princípio antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, levado à cabo pela classe trabalhadora em aliança com os setores médios, e cuja movimentação necessariamente levaria a uma ruptura com a ordem democrática capitaneada pela autocracia burguesa. Os governos petistas consolidam uma transformação na estratégia, que agora comporta aliança com os setores produtivos de qualquer porte, em contraposição a um setor rentista, no sentido de desenvolver o país com consequente fortalecimento da democracia. O “Novo Projeto de Desenvolvimento Nacional” agora comporta a aliança com “amplos setores da nação”, em contraposição a um imperialismo rentista, cuja consequência é um “Estado nacional forte”, que guiará o processo de desenvolvimento soberano do país.

Apesar das boas intenções, as determinações do “novo projeto” nos levam a um aprofundamento do que vivenciamos nos governos Lula e Dilma, como vimos anteriormente: o impulso à burguesia produtiva acabou por impulsionar a monopolização da produção e a centralização de capitais no mercado financeiro internacional, desaguando no desmantelamento do “estado mediador”. A ampliação das possibilidades de aliança com “amplos setores da nação”, que cabe inclusive outros setores da burguesia, para um desenvolvimento soberano sob a condução de um estado nacional forte, tende a nos levar a um

aprofundamento da dependência do país ao capital internacional e a um estado ainda mais impermeável e violento para a manutenção dos interesses da própria burguesia beneficiada por esta aliança ampla.

A prisão de Lula poderia ter o impacto de estremecer estas concepções, tendo em vista seu caráter autoritário, abertamente contra a classe trabalhadora, menos pelo que ele é, mais pelo que representa. A convicção nesta direção poderia levar a classe a um processo de enfrentamento, que inclusive poderia ensejar uma maior repressão institucional e o cancelamento das eleições de 2018, mas por outro lado, poderia elevar o potencial de luta dos trabalhadores e com isso a capacidade de produzir uma estratégia sem ilusões com a burguesia e o estado.

Mas, se a luta contra a prisão de Lula tem por pano de fundo a manutenção da estratégia, ou mais ainda, o seu aprofundamento, que aparece com o “Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento”, o vislumbre máximo seria a possibilidade de participação nas eleições, com uma plataforma que tornaria o estado mais violento, ainda mais disponível para as vicissitudes do mercado. A diferença é que seria com o nosso consolidado consentimento...

Campanha salarial

Em março de 1992, através da iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, governo, patrões e sindicatos assinam um acordo inédito, materializado na Câmara Setorial da indústria Automobilística. A partir desse momento evidencia-se o caminho a tomar, tanto pelo movimento sindical quanto por eventuais governos que a classe trabalhadora viesse a eleger: a generalização das câmaras setoriais, de composição tripartite, portanto com peso igual para os atores em questão, isto é, democrática. A partir daqui consolidar-se-á, no seio do movimento dos trabalhadores, o objetivo a ser alcançado pelas lutas: o acordo.



Parece no mínimo estranho que se acredite na equalização de forças entre empresários e trabalhadores, ou entre estes e o Estado. Mas tem sua razão de ser. Como dito antes, a estratégia desenvolvida pelos trabalhadores, à frente CUT e PT, que culminou na eleição de Lula em 2003, tem duas importantes premissas: aliança com os setores produtivos (e não estamos falando de trabalhadores, setor produtivo por excelência; estamos falando de empresários, mas este é o termo utilizado..) e um estado que paira sobre as classes mediando seus interesses. Nessa perspectiva, a luta entre patrões e empregados pode pender para um lado ou para outro, a depender das inclinações ideológicas do governo de plantão e da capacidade de luta dos trabalhadores.

O movimento sindical bancário, desde essa época hegemônico pela CUT, também participará ativamente desse processo, não sem grandes percalços. A década de 90 é lembrada por pequenas concessões de reajustes aos bancários privados e reajuste zero para os bancários de bancos públicos, assim como todos os trabalhadores de estatais e da administração direta e indireta. As negociações entre sindicatos e Febraban apresentavam algum resultado enquanto as negociações entre sindicatos e governo emperravam na intransigência da política econômica de FHC. Aproximadamente uma década de lutas reprimidas.

Com a eleição de Lula, em 2003, os bancários conseguem voltar às greves e conquistam uma importante vitória: a mesa única de negociação, entre empresários (Fenaban), governo (bancos públicos) e sindicatos (CNB, que depois viria a ser Contraf). Isso garantiu o advento da Convenção Coletiva de Trabalho para todos os trabalhadores bancários, de todo o país, algo inédito no movimento dos trabalhadores.

Com isso, trabalhadores de bancos públicos voltam a vislumbrar reajustes e a recuperação de alguns direitos perdidos nas eras FHC e Collor. Nesse mesmo 2004 há uma greve histórica, que durou cerca de 30 dias, que foi decidida pela justiça. Em 2006, a Confederação

Nacional dos Bancários – CNB – transforma-se em Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Contraf -, tendo em vista o grande crescimento de financeiras e correspondentes bancários. A perspectiva de abarcar todos os trabalhadores do ramo é algo histórico para o movimento sindical, por isso a importância dessa reformulação.

Estes dois movimentos trazem uma perspectiva muito importante, a unificação da categoria bancária e dos trabalhadores do ramo. Sem dúvida algo necessário para o avanço da luta dos trabalhadores. Nos anos subsequentes, até 2016, as greves continuam e a CCT vai se consolidando. Reajustes pouco acima da inflação, acumulando o que se chamou de “ganho real”, resgate de mais alguns direitos nos bancos públicos, trabalhadores de financeiras conquistam acordos. Tudo parecia ir no caminho certo.

Outro ponto importante desse período é a centralidade da defesa dos bancos públicos, cuja formulação se desenvolve considerando sua importância para os desenvolvimentos regionais, seu papel de indutor do desenvolvimento, o fortalecimento das micro e pequenas empresas – que geram o maior número de empregos no país -, o incentivo à agricultura e à aquisição da casa própria, etc. Considerando a atuação do sistema bancário privado, tal formulação ganha contornos de defesa não só dos trabalhadores, mas da população em geral: se é público, é pra todos!

Porém, a vida e a luta se movimentam por contradições, e tê-las em conta é a única possibilidade de que conquistas não se transformem em seu contrário. E é este ponto o grande nó da condução do movimento. Como dito, no desenvolvimento das lutas, o acordo como resultado final de uma estratégia nos leva, fatalmente, a não sermos mais derrotados. Em que sentido? Se o acordo é aquilo que se almeja, então qualquer que seja o conteúdo de qualquer acordo deve ser encarado como vitória.

É até possível pontuar algo aqui ou ali, mas de

qualquer modo o resultado geral foi alcançado. Isto é: o acordo como finalidade, portanto necessariamente uma vitória, esconde todas as contradições contidas no processo, desde a luta em si até seu resultado. Nesse sentido, se conquistamos uma vitória, significa que o movimento foi vitorioso, independente de como se deu. Afinal, ele alcançou seu objetivo. Se as contradições se eliminam como que por mágica, qualquer análise que possamos fazer de nossos movimentos se torna torpe, enviesada, unilateral. Nossas lutas se tornam epopeias, cheias de glórias. O corolário: estaremos sempre no caminho certo.

Vamos então às contradições: Na linha da defesa dos bancos públicos elas se evidenciam em boa medida derivadas da necessidade do desenvolvimento via impulso às indústrias, algumas já apontadas antes neste texto. Foram os bancos públicos largamente utilizados na estratégia de “bombar” as indústrias nacionais, além da sua utilização no salvamento de empresas que perderam com a jogatina do mercado – Como exemplos, Banco Votorantim salvo pelo Banco do Brasil; Banco pan-americano salvo pela CEF. Às grandes empresas, grandes volumes de recursos, que comparados aos destinados às micro e pequenas empresas, fazem estes parecerem trocados.

No financiamento à habitação, o programa Minha Casa Minha Vida, a principal iniciativa nesse sentido, beneficiou como nunca a indústria da construção civil, que entregou como produto unidades habitacionais nas condições mais precárias de estrutura e localização. Na agricultura, o Pronaf muitas vezes nem chegou a ser utilizado com toda a sua capacidade de recursos, diferente do oferecido aos “heróis nacionais” do agronegócio. Nos financiamentos à infraestrutura, os bancos públicos, principalmente o BNDES, se colocaram como protagonistas dos consórcios de gestão das concessões de estradas, portos, aeroportos, hidrelétricas... Etc.

Em relação aos reajustes, o “ganho real” é assim considerado comparando índice de inflação e índice de reajuste. A primeira questão que

aparece é se os índices de inflação utilizados em nossos acordos condizem de fato com a realidade. Ainda que supondo verdadeiros tais índices, há um outro elemento talvez mais importante a se considerar: o nosso salário, em outras palavras, o valor de nossa força de trabalho, é medido por aquilo que nos constitui enquanto trabalhadores: alimentação, moradia, vestuário, formação, etc. Ao longo do tempo, tais necessidades mudam e outras são acrescidas ao nosso cotidiano. Portanto, só é possível falar de ganho real tendo em conta as alterações daquilo que compõe o valor de nosso trabalho.

A greve de 2004, do ponto de vista do espírito de luta da categoria, poderia ter sido um momento de virada na consciência dos trabalhadores, afinal, enfrentamos de peito aberto os patrões. O problema é que tivemos de enfrentar de peito aberto também nosso Comando Nacional, quando este orienta a aceitação do acordo (afinal, chegamos ao resultado almejado, o acordo!). As bases, nas assembleias, derrotaram essa orientação. O resultado foi o prolongamento da greve para além das energias dos trabalhadores. O ajuizamento do dissídio, realizado por parte do movimento de oposição, acabou nos dando mais algum trocado (abono). O movimento de virada aconteceu, mas não na direção do crescimento e radicalização do movimento.

A transformação da CNB em Contraf, que poderia juntar numa mesma luta, numa mesma data-base, um contingente de trabalhadores ainda maior do que nos anos 90, acabou por se constituir numa formalidade, com vistas a garantir tão somente, por via indireta, ou seja, sem luta, alguma coisa para os trabalhadores de financeiras e correspondentes bancários (absurdamente impulsionados pelas resoluções Bacen, que era presidido por Henrique Meirelles, indicado por Lula e que perdurou os oito anos de governo), ampliando não a capacidade de luta, mas o número de trabalhadores alcançados em acordos.

Nessa perspectiva - o acordo como fim - a CCT, que poderia impulsionar o fortalecimento da



categoria, desenhou no tempo um movimento de descenso, culminando com greves sofríveis em que os trabalhadores não mais participavam de sua luta, terceirizando sua atuação para os sindicatos que, sem força numérica, tinham a necessidade de buscar entre companheiros desempregados ou de outras categorias a força necessária para manter um contingente mínimo de unidades fechadas.

Tal estrutura de pensamento consiste na busca da eliminação das contradições entre capital e trabalho. Ao entrarmos numa disputa já temos um horizonte delimitado, a luta para abrir um processo de negociação. Greve para exigir que nosso patrão leia nossa minuta, já construída com cláusulas bem redigidas e condizentes com as possibilidades da realidade. Portanto, algo já palatável aos empresários, que necessariamente, como deve ser num processo negocial, impõe contra-exigências, que reduzem ainda mais nosso horizonte de possibilidades.

Então, de fato, nossa campanha salarial já tem, desde seu primeiro momento, uma perspectiva certa de resultado que, necessariamente, será menor do que a exigência, qualquer que seja ela. Não importando a qualidade do resultado, os trabalhadores terão a entrega de um acordo. Nossas conquistas se transformam assim em seu contrário, naquilo que lhe é primordial: a capacidade de luta. Afinal, qual o sentido de lutar por algo que temos a certeza de conseguir?

Com o passar dos anos, o paulatino incremento do açoitamento amedronta os bancários. Ao mesmo tempo, a certeza de que, independente de seu posicionamento na greve, os trabalhadores terão um resultado, desencoraja-os a lançarem-se no terreno incerto da luta, no que se refere às suas carreiras e remunerações.

Não se trata aqui de desconsiderar o acordo como resultado de um processo de luta, ao contrário. Este é sim um resultado importante. Mas só é importante na medida em que surge de uma luta por reivindicações reais dos trabalhadores, não de reivindicações que se tornam abstratas em uma minuta

juridicamente bem redigida. Na medida em que nosso parâmetro é a necessidade da categoria, não aquilo que é possível ser aceito numa negociação, por exemplo um arbitrário “5% de aumento real”.

O desenvolvimento dessa premissa vem resultando naquilo que, no últimos anos, vem sendo denominado de “mesas permanentes de negociação”. A cada ano insere-se nas cláusulas da CCT e dos ACT a implementação de algum espaço de diálogo permanente para determinado assunto: segurança bancária, reestruturações, prevenção de conflitos, etc. Tais mesas permanentes, que no início eram resultado de um impasse no processo negocial, acabam por se transformar em reivindicações nas campanhas salariais.

As “mesas permanentes” passam a ser cláusulas das minutas entregues aos bancos. Se antes nosso objetivo final era a materialização de um acordo, caminhamos para que nossos processos de luta tenham como resultado último a abertura de um “espaço de diálogo permanente”, que sirvam de locus privilegiado para “busca de soluções negociadas” entre patrões e empregados. Uma postura “madura” que busca dirimir os conflitos entre capital e trabalho de forma “civilizada”. Assim, novamente deslocamos nossas reivindicações do palco das lutas concretas, do “chão-da-fábrica”, para espaços vazios de movimento, conversas “pelo alto”.

Reafirmamos: o acordo deve ser o resultado de um processo de luta, a materialização daquilo que disputamos como nossas necessidades. Não a abstração de um amontoado de cláusulas construídas nas base do possível do processo negocial. Mais ainda, a abstração ainda maior da realidade dos locais de trabalho, consubstanciado nas mesas permanentes, apenas promovem o estranhamento da base dos trabalhadores àquilo que pautamos como reivindicação, inclusive na relação destes com a própria construção das reivindicações. Nesse sentido, o embate sobre as metas e sua consequência mais trágica, o assédio moral, nos fornece um bom exemplo do que nossas

conquistas se transformam, em relação aos seus reflexos no cotidiano.

Começamos por explicitar as diferenças em relação às metas. Para o setor majoritário do movimento, as metas não são apenas aceitáveis, como por princípio elas devem existir. O discurso é de que são necessárias, seja para as empresas, para manter sua competitividade no mercado, seja para nossas vidas, enquanto indivíduos, pois todos temos metas a alcançar na vida. Um grande imbróglio: o termo meta coloca no mesmo patamar os objetivos da empresa no alcance de resultados no mercado e os objetivos de vida de uma pessoa!

Como expressão dessa concepção, a formulação principal sobre essa questão é que os trabalhadores devem participar no estabelecimento das metas, de forma a pressioná-las a que não sejam “abusivas”. Vejam: a reivindicação é que nós trabalhadores possamos definir o que é ou não abusivo e, mais que isso, referendar qualquer tipo de abuso praticado pelo seu não cumprimento.

Além disso, outra reivindicação histórica do setor majoritário é a contratação da remuneração pela venda de produtos. E não é só justificado pelo discurso do fato consumado – se o bancário é vendedor de produtos, então resta-nos tirar algum proveito disso -, mas também aqui é uma questão de princípio: onde não há remuneração sobre venda de produtos, devemos implementá-la, como já há alguns anos tenta-se inserir na minuta do BB.

Não só as reivindicações, mas também os resultados práticos sobre o tema são problemáticos. Em 2011, conquistamos o direito de os sindicatos serem acionados para denúncias de assédio moral nos bancos, o Protocolo de Prevenção de Conflitos no Ambiente de Trabalho. Nos termos do acordo, as denúncias recebidas pelos sindicatos tem um prazo de 10 dias úteis para serem encaminhadas ao banco para tratamento, entre outros pontos.

Mas basta este item sozinho para incapacitar absolutamente os sindicatos de promoverem

o combate ao assédio moral. Para nós, tais denúncias demandam bastante tempo para que o sindicato consiga conduzir junto ao empregado as devidas diligências, reunião de provas, e, mais importante, as devidas relações de confiança entre o(s) empregado(s) para que a denúncia ganhe consistência testemunhal. Com o protocolo, os sindicatos se vêem amarrados e obrigados a entregar de bandeja a cabeça dos trabalhadores. Mas é um acordo, portanto uma vitória!

E assim chegamos à campanha salarial de 2016, com reforma trabalhista e terceirização aprovada, reforma da previdência na pauta, impeachment consumado... Com baixíssima capacidade de resistência e de discurso, pois, como vimos, boa parte desses ataques já vinham sendo desferidos, com algum grau de legitimidade em razão do posicionamento da direção hegemônica do movimento de “defesa intransigente” do governo Lula – como já declarado em várias oportunidades pelo presidente da CUT Wagner Freitas.

Mais ainda, muitas das concepções do setor hegemônico do movimento vão no sentido de, ou jogar água nos conflitos entre patrão-empregado, ou caminham em paralelo com que os próprios bancos impunham à categoria, como é o caso das metas.

Com esta baixa capacidade de mobilização, a campanha de 2016 teve como resultado um acordo válido por 2 anos, que garantiu um respiro para a categoria frente a implementação da reforma trabalhista. Por outro lado, enterrou as possibilidades de luta em 2017, cujo resultado foi a apresentação ao patronato de um termo de compromisso no sentido de garantir a contratação na qualidade de bancários, entre outros pontos, algo que nem sequer tivemos manifestação a respeito.

O cenário que se desenha é alarmante: por um lado, uma condução sempre “vitoriosa” da luta dos bancários que resultou para a categoria a perda da sua capacidade de enfrentamento. Por outro, o golpe de 2016, como dito antes, acelera os ataques aos trabalhadores no que tange



à sua remuneração e condições de trabalho, utilizando para tanto o aprofundamento da repressão violenta.

Nestes 2 anos após o golpe empresarial-parlamentar, a vida dos bancários se deteriorou assustadoramente, com um exponencial incremento do assédio para cumprimento das metas, consolidando o que antes não estava generalizado, ao menos nos bancos públicos: perda de comissões e demissões.

Com seus empregos e carreiras em risco e com uma perspectiva construída historicamente de acomodação da luta, põe-se no horizonte uma grande possibilidade de que os trabalhadores não se ponham em movimento, o que acarretaria uma derrota histórica, quiçá irreversível, com o desmantelamento da categoria bancária em direção à sua generalizada terceirização e pejotização.

Com esta realidade em mãos, a categoria precisa antes de tudo garantir sua existência, tornando letra viva os pressupostos contidos no Termo de Compromisso entregue aos bancos em 2017, principalmente no que tange à garantia de não terceirização e pejotização. Somente a partir dessa garantia poderemos elevar à construção do ramo ao patamar de uma união pela luta, não pela garantia de um acordo.

Para finalizar, resta uma afirmação da maior relevância. O esforço empreendido nesta tese não se propunha a colocar todo esse processo na lata de lixo da história. Não há que se prescindir da observação empírica de alguma melhoria nas condições de vida da população. Não há também que se desprezar os avanços concretos contidos no movimento dos trabalhadores, em seu desenvolvimento dialético. O que nos importa ressaltar é que a história se move nas contradições internas de seus elementos constituintes. A produção, a organização dos trabalhadores, a organização do trabalho, as iniciativas do estado, enfim, tudo contém em si mesmo um caráter contraditório, uma luta interna constante que deve ser levado em conta em nossas leituras da realidade.

O que se identifica é que a estratégia predominante até aqui entre os trabalhadores – a Estratégia Democrática e Popular –, em seu movimento, a partir de suas premissas, acabou por contar nossa história tão somente a partir daquilo que apareceu como algo benéfico, automaticamente conclamados como vitórias. Perdemos a capacidade de observar que em cada “vitória” se esconde seu movimento contraditório, que pode transformá-la em seu contrário. No esforço histórico de apaziguar os conflitos de classe, na concepção do pacto social, na aliança com os mais amplos setores da sociedade, escondemos de nós mesmos as possibilidades de derrotas contidas em nossas lutas.

Não se trata, assim, de se estabelecer uma análise no âmbito moral, elencando os bons e os maus, apontando traições, comportamentos maquiavélicos puramente. Trata-se de um esforço de acerto de contas com nossa trajetória, buscando colocar em perspectiva uma necessária visão dialética do movimento, no sentido de resgatarmos a articulação entre a teoria construída pelos trabalhadores e sua prática histórica. Precisamos, por fim, avaliar nossos passos e pensarmos nossas ações tendo como referência o movimento concreto da realidade, e não nossos desejos de realização de nossos projetos, pois, vimos, a consequência disso é, fatalmente, nos colocarmos a mercê de nossos algozes e o afastamento dos trabalhadores de suas lutas.

EIXOS ESPECÍFICOS DA CAMPANHA

Promoção de igualdade de oportunidades

Defesa da jornada de 6 horas

Fim das metas

Segurança bancária

Defesa do emprego

Saúde do trabalhador

Isonomia

Defesa dos bancos públicos

EIXOS POLÍTICOS DA CLASSE TRABALHADORA:

Fora Temer

Pela revogação da reforma trabalhista

Auditoria da Dívida Pública Já

Estatização do sistema financeiro

Ratificação da Convenção 158 da OIT

Contra a reforma da Previdência

Contra a terceirização

Unidade da classe trabalhadora na luta contra o capital, pela base!

Banco do Brasil

No BB, podemos observar mais detalhadamente as consequências destas concepções gerais (o Estado mediador, a burguesia industrial como aliada no desenvolvimento soberano do país, e as estratégias de diálogo tripartite “democráticos”) na condução do movimento dos trabalhadores, observando sempre a existência de contradições nesses embates.

Remuneração e Condições de trabalho

Historicamente, os bancos se utilizam das comissões para burlar a jornada de 6 horas garantida em lei (art. 224 da CLT) para a categoria. E portanto essa é uma luta histórica para todos os bancários. Em alguma medida garantimos isso aos trabalhadores com o novo Plano de Funções fruto dessa reivindicação que se materializou em 2013 conquistada na campanha salarial de 2012.

Os problemas começam com o próprio acordo: em 2012 o banco se comprometeu, sem clausular, a implementar a jornada de 6 horas para os cargos de nível técnico, aqueles os quais o banco vinha perdendo ações na justiça –

assistentes, analistas, auxiliares administrativos, etc. O conteúdo dessa proposta? Nenhum. Absolutamente nenhum. Tão somente o compromisso de se implementar, sem quaisquer especificação de que forma seria feito. Mas é um acordo, portanto uma “vitória”.

E a “vitória” veio em 2013 com o Plano de Funções reduzindo a jornada e os salários. Para os cargos menores, como os de Assistente, a migração de cargo era “voluntária” e “a qualquer tempo”. Para cargos mais altos, como de Analista, a escolha também era “voluntária”; se não quisesse, bastava voltar a assumir a condição de escriturário.

E mais: além destes cargos de 6 horas que substituíram os antigos de 8 horas, as chamadas Funções Gratificadas, foram criadas também as Funções de Confiança, que abrangia os cargos gerenciais médios e acima. Consolidou-se dessa forma o que o movimento sempre combateu: a atribuição definitiva de “confiança” a uma considerável parcela dos bancários, o que pode permitir inclusive a volta da jornada “livre”, conforme previsto em lei.

Desde 2003 os bancários do BB voltaram a obter reajustes, depois de 8 anos amargando reajustes zero. Além disso, a Participação nos Lucros e Resultados foi melhorando até se tornar “paradigma” do setor financeiro. Junto a estes ganhos, conquistamos também o PCR – Plano de Carreira e Remuneração – que para alguns significou incremento na renda e para outros um elemento de garantia de parte da comissão em caso de perda. Para os cargos gerenciais e acima, houve ainda incremento no valor da comissão após 2 anos e o PDG – Programa Extraordinário de Desempenho Gratificado, recentemente estendido a escriturários e caixas.

Daqui em diante, todos os nossos incrementos de renda dizem respeito a uma questão central no cotidiano de trabalho dos bancários: as metas. PCR, PDG, PLR, todos expedientes que só se realizam em função do atingimento dos resultados esperados pela empresa, ou pior, do atingimento acima do esperado pela empresa. Com a PLR, por exemplo, a despeito de a base



ter valores fixados “independentes” da meta atingida, os cargos de gerência média e acima tem sua participação fortemente influenciada por este critério. Mesmo o que chamamos “independente” poderia não se realizar em caso de prejuízo, por exemplo.

Em relação ao PCR, a promoção por mérito, atrelada ao cargo ocupado pelo trabalhador – que quanto mais elevado maiores os ganhos – depende também do cumprimento das metas, tendo em vista ser este o balizador para que o bancário ascenda na carreira ou mantenha sua comissão. Já o PDG é a remuneração variável por excelência, pois só é possível recebê-lo, em qualquer hipótese, com o cumprimento de indicadores de várias espécies. Só ainda não temos complemento de remuneração pelas vendas de produtos efetuadas.

Mas os problemas relacionados às metas não se resumem as condições de remuneração. Problemas com mobiliários, ar-condicionado, equipamentos, etc., há muito deixaram de ser preocupação de fato relevante nos locais de trabalho. Não por uma questão de menor importância, tendo em vista que tudo isso diz respeito à saúde – equipamentos adequados previnem doenças respiratórias, LER/DORT, problemas de coluna, etc. Mais pela magnitude dos problemas oriundos do assédio moral institucional para o atingimento dos resultados. Um verdadeiro vale-tudo, que tem origem nas direções do banco e se espraiam até as unidades de trabalho.

Todo tipo de violência psíquica é cometida contra os trabalhadores para que as metas sejam atingidas: ameaças de descomissionamento, violência verbal, isolamento, até mesmo exigência de que o próprio funcionário compre os produtos. Metas semestrais, mensais, diárias, horárias! O resultado se avoluma cada vez mais na Cassi, nas secretarias de Saúde dos sindicatos, no INSS: adoecimentos psíquicos dos mais variados níveis. O que é pior, tais tipos de adoecimento são deveras difíceis de se associar ao trabalho, fazendo com que todo o adoecimento e suas consequências pessoais e familiares fiquem por conta do próprio

trabalhador.

DEFENDEMOS:

Piso do DIEESE

PCS 12 A 16 %

Implementação de Processo de Seleção Interna pra valer!

Desvinculação de metas da GDP

Fim da lateralidade e volta da substituição

Incorporação de 10% da comissão a cada ano trabalhado

Garantia da estabilidade financeira

Mais contratações de bancários (via concurso)

15 minutos dentro da jornada de 6 horas

Reposição de perda salarial

Isonomia (licença prêmio, férias)

6 horas para todos os bancários Art 228 CLT (sem redução salarial)

6.2. Previ e Cassi

6.2.1. Cassi

A responsabilidade do banco com a saúde de seus funcionários se expressa na legislação vigente e em nossas convenções e acordos. O principal meio pelo qual o banco “cumpre” com sua obrigação, no caso do BB, é a Cassi. Através do plano de saúde autogestionado, com gestão compartilhada, “garante-se” assistência médica aos trabalhadores e seus familiares. Mas vejamos mais de perto.

O primeiro problema é que, na verdade, a Cassi é o único meio pelo qual o banco cumpre com sua atribuição em relação à saúde dos empregados, através da oferta de um plano de saúde. Todos os adoecimentos que ocorrem

devido aos processos de trabalho – que apresentam reflexos também nas famílias dos funcionários - são empacotados e etiquetados como uma mercadoria vendida para a Cassi, que é o lugar que trata de saúde.

Ou seja, a questão da saúde é tratada do ponto de vista do tratamento dos males, não da sua prevenção. A Cassi passa a se constituir com uma grande “lixreira” que absorve todos os problemas à saúde provocados pelas condições de trabalho e o assédio moral, deslocando o campo da luta para o campo da gestão de uma empresa. Ora, a empresa tratar de nossa saúde dessa forma é esperado. O que não se espera é que nossas representações o façam da mesma forma.

Senão vejamos: o principal causador de doenças no trabalho atualmente é o assédio moral, cujo sustentáculo são as metas. Aquilo que o setor majoritário defende, como princípio, que exista. Com o advento do Protocolo de Prevenção de Conflitos, o combate ao assédio é deslocado da luta cotidiana para a burocracia interna dos bancos, tornando os sindicatos expectadores do processo.

Soma-se a isto a intransigência em discutir os assuntos relacionados à Cassi nas campanhas salariais – por parte do banco e do setor majoritário -, o único momento de possibilidade de luta que restou à categoria. E a justificativa é a mesma: a Cassi tem os seus espaços de discussão e deliberação. A questão afirmada aqui, por ambas as partes, é que a Cassi é uma empresa, de gestão compartilhada, e portanto tem sua autonomia. Nem de um ou de outro lado têm-se a Cassi como parte da obrigação do banco com a saúde dos funcionários, portanto, de discussão nas lutas da categoria.

Por parte do banco, trata-se de privilegiar seus assuntos de mercado. Por parte dos trabalhadores, trata-se de privilegiar os espaços de diálogo “democráticos” para este fim. A questão é que se este “espaço democrático” é a gestão de uma empresa, a consequência é que, mesmo que por motivos diferentes do banco, nós trabalhadores também enxergaremos a

empresa Cassi como nosso campo de luta.

Vejamos a síntese: caminhamos ao mesmo tempo, por um lado, com uma consciência de gestor nos assuntos relacionados à Cassi. Por outro, cremos nas metas como princípio, o que não dá pra fazer sem se desvencilhar de sua necessária consequência, o assédio moral. Ainda, temos, no campo da luta, o combate ao assédio moral no mínimo dificultado com o Protocolo de Prevenção de Conflitos. E nosso campo de luta, a empresa, limita que cobremos as responsabilidades do banco com a saúde dos funcionários para além do cumprimento do estatuto.

E é nessa esteira que aprovamos, em momentos de crise financeira da Cassi, dois acordos, um em 2007 e um em 2016, que não mexeram em nada no essencial para a manutenção da Cassi. Nos dois momentos, tivemos prejuízos altíssimos com os termos dos acordos: em 2007, instituímos a coparticipação - a primeira quebra de solidariedade do Plano Associados (quem precisa usar mais, paga mais) -, e a fixação do percentual de contribuição do banco – não mais 1 para 1,5, agora 3% e 4,5% -, limitando ainda mais nossas possibilidades de reivindicação.

Em 2016, instituímos uma contribuição extraordinária temporária de 1% para os associados, com uma contrapartida do banco menor que a proporcionalidade 1 para 1,5 que perdemos em 2007. Mais ainda, aprovamos a contratação de uma empresa de consultoria “independente” para guiar as “ações estruturantes” necessárias para a manutenção da Cassi. Eis que tal consultoria é uma empresa do grupo Itau, que já deu sinais de que proporá algo já contemplado na resolução 23 da CGPAR: quebra de solidariedade, redução da contribuição patronal, exclusão dos aposentados do plano.

A resolução 23 da CGPAR, cujo conteúdo em boa parte já aparecia nas propostas do BB em 2015 (desvinculação dos aposentados do Plano de Associados, pagamento por dependentes, etc.) é o golpe de morte nos planos de saúde das estatais federais. De uma só tacada, o



governo Temer impõe aos planos autogeridos a insolvência, num prazo curto, do patrimônio e dos anos de luta travados em torno de nossa saúde, entregando de bandeja para o setor privado.

Como já dito, nossas conquistas se transformam em seu contrário: os acordos se voltam contra os associados e a mobilização em torno da Cassi não só arrefece, como se direciona em favor do próprio banco, como nas últimas eleições em que a chapa eleita foi a chapa patronal puro-sangue.

DEFENDEMOS:

CASSI COMO EIXO NA CAMPANHA NACIONAL

Aprofundamento da Estratégia de Saúde da Família

Manutenção da paridade na governança da CASSI

Cobrar a responsabilidade do banco com a saúde dos funcionários, o que inclui a CASSI

Barrar a resolução 23 da CGPAR

6.2.2. Previ

A Previ nasce como uma Caixa de Previdência com o intuito de proporcionar um complemento de aposentadoria para os bancários, um dos primeiros movimentos dos trabalhadores brasileiros nesse sentido. Depois vieram outros, ligados à estatais, como a Petros, Funcef, Postalís, etc., e que em 2003 se estendeu para outras categorias, inclusive profissionais liberais. Mas já em 1977 regulamentou-se a previdência complementar no Brasil de modo a propiciar a “canalização da poupança previdenciária para o desenvolvimento do mercado de capitais do país”.

Há então uma significativa transformação do caráter de um fundo de pensão. Complemento de aposentadoria se transformou em questão secundária frente a acumulação de recursos dos trabalhadores para abastecer o mercado

financeiro. Investimentos em bolsas de valores, sim, mas sempre participando do mercado acionário, inclusive na condição de controladores de empresas. Por conta disso, uma minoritária mas significativa parcela da dívida pública brasileira tem como credores os fundos de pensão.

Os resultados financeiros recentes de vários fundos de pensão, tendo a Previ como raríssima exceção – ainda -, demonstram esse caráter: ao atuar ferozmente no mercado financeiro expõem-se ao risco de prejuízos, que serão necessária e integralmente pagos com novos aportes dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, o mercado financeiro beneficiado com estes recursos já realizou seus lucros. Vê-se que nesse processo os trabalhadores dão com as duas mãos!

Aqui entra novamente a consciência de gestor de parte da classe trabalhadora que participa da gestão desses fundos. Não há questionamentos quanto à necessidade de aplicação em renda variável – isto é, bolsa de valores. As formulações vão no sentido de minorar as exposições ao risco investindo em empresas “socialmente responsáveis” e preferencialmente do “setor produtivo”. Quanto à parte patronal, não há que se haver nenhum impedimento a essa participação, é preciso maximizar o quanto possível os rendimentos dos recursos.

Um dos fatores que amarram os “gestores trabalhadores” a esta premissa de atuação no mercado se relaciona com a necessidade, já explicitada nesse texto, de aliança com o “setor produtivo”. Através dos fundos de pensão dos trabalhadores poderemos ter assento nos processos decisórios das indústrias de modo a direcionar suas atividades em consonância com princípios de respeito aos trabalhadores, meio ambiente, e desenvolvimento nacional. Cremos não ser mais necessário nos debruçarmos sobre esta equivocada concepção.

Da mesma forma como na Cassi, o espaço de disputa da aplicação dos recursos dos trabalhadores - que tem relação direta com sua remuneração na ativa e garantia de melhores

condições de aposentadoria – é o espaço de gestão da empresa. Da mesma forma, portanto, nos limitamos a diversas restrições do estatuto da entidade, como o voto de minerva a favor do banco. Assim, de forma semelhante, deslocamos a discussão sobre nossos direitos salariais e previdenciários para fora dos nossos mais intensos períodos de luta. Ao mesmo tempo, não só arrefecemos a luta em torno da Previ, como propiciamos que os trabalhadores se coloquem à mercê de chapas patronais nas eleições para a entidade.

A outra consequência importante dessa visão “empresarial” por parte de nossos representantes na Previ, amparado pelas concepções historicamente construídas pelo setor majoritário, tem a ver com a significativa parcela de trabalhadores que faziam parte dos bancos incorporados – BNC, BESC, BEP. Estes ainda hoje não possuem acesso à Previ. A explicação, de ambas as partes – patronal e trabalhadores -, são de que as regras do estatuto e da legislação tornam muito difícil tal reivindicação.

Vê-se que, por caminhos diferentes, tanto esta parcela dos trabalhadores quanto os patrões acabam concordando numa premissa: a importância de se garantir rentabilidade, não complemento de aposentadoria. Na ampliação da rentabilidade, esconde-se a necessidade de aumento da poupança através do incremento concreto de recursos, que são as nossas contribuições, que por sua vez deveria se dar através do crescimento da massa salarial – aumentos de salários! E, mais uma vez, nos posicionamos como auxiliares de gestão de uma empresa, dessa vez um empresa de previdência fechada com voraz atuação contra os trabalhadores, em suma.

DEFENDEMOS:

Fim do voto de minerva

Não ao PLP 268

Revisão da tabela PIP

Não a terceirização na PREVI (manutenção do quadro de FUNCIS cedidos pelo BB)

6.3. Organização do movimento

O Banco do Brasil tem sido um singular exemplar da estratégia das “mesas permanentes” incrustadas no ACT. A Comissão de Empresa do Empregados do BB tem aparecido como a absorção mais completa dessa concepção. É no BB onde aparecem o maior número de iniciativas desse tipo, que como dissemos acima, desloca as reivindicações do campo das lutas. Mais que isso, distancia a base da possibilidade de construir suas próprias demandas a partir de suas realidades concretas.

Esta estratégia vai criando um setor do movimento especializado em protocolos de negociações e formulações de cláusulas juridicamente bem acabadas. A forma vai se sobrepondo ao conteúdo; a direção vai se distanciando e se emancipando da base, passando cada vez mais a se tornar algo estranho a ela. Sem ligação real com a base, a direção dos trabalhadores, necessariamente, vai incorporando as formas e conteúdos que passeiam por estes espaços abstratos de representação. Isto é, trabalhadores vão incorporando ao seu jeito de pensar e fazer, os jeitos de pensar e fazer de nossos algozes.

Poderíamos exemplificar este distanciamento tão somente fazendo alusão às movimentações – ou a falta de – em relação aos processos de reestruturação, que nos últimos 2 anos assumiu uma brutalidade somente comparável aos anos FHC. Descomissionamentos em massa, aumento das demissões, extinção de agências e pontos de atendimento, foram combatidos, quase sempre, com a exigência de “garantias para os atingidos pela reestruturação” e “transparência no processo”. Reduzimo-nos drasticamente à ações jurídicas e mesas permanentes de diálogo.

Mas podemos fazer também alusão às formulações e discursos da direção do movimento, que expressam de forma autêntica essa forma de pensar que vai se consolidando.



Por exemplo, no processo de negociação que resultou no Memorando de Entendimentos para resolução de problemas da Cassi: a defesa da aprovação do acordo se dá pela necessidade da “melhoria dos serviços de saúde”, “agilidade do atendimento”, e “racionalização de despesas”. Existe alguma diferença com os boletins internos divulgados pelo banco?

Então, para caminharmos par e passo com as necessidades históricas do movimento dos trabalhadores no que se refere à atuação sindical, é preciso que se centralize a luta no fortalecimento da organização de base, da organização nos locais de trabalho. É preciso garantir e ampliar os direitos em relação aos representantes sindicais de base, ampliando seu número, suas possibilidades de atuação e estabelecendo laços orgânicos entre esta estrutura horizontal e a estrutura vertical de nossas representações. Mais do que isso, é preciso que esse processo se articule com

outras categorias de trabalhadores, resgatando pela base as relações de pertencimento à classe necessárias a este período histórico que vivenciamos.

DEFENDEMOS:

1 delegado sindical por dependência

Ampliação de diretores liberados

Proporção de 1 para 200 para eleição de delegados ao Congresso Nacional dos Funcionários do banco do Brasil

Eleição da CEE nos congressos nacionais

Construir o ramo através da luta!

BB 100% público

Lutar em conjunto com outras categorias contra a Resolução 23 da CGPAR

http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10278

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/18437/pdf>

<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/14266/2709>

<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/dieese-empregos-no-setor-bancario-equivalem-a-70-dos-existentes-em-1990.html>

https://www.diap.org.br/images/stories/acordo_coletivo.pdf

www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2122076

www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/531611-PROJETO-DA-REFORMA-TRABALHISTA-CONTEM-REGRAS-SOBRE-TELETRABALHO-E-TEMPO-PARCIAL.html

<http://exame.abril.com.br/negocios/funcionarios-do-banco-do-brasil-poderao-trabalhar-de-casa/>

www3.tesouro.fazenda.gov.br/series_temporais/principal.aspx?subtema=3#ancora_consulta

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/a-divida-em-grandes-numeros>

<http://www.auditoriacidada.org.br/>

<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/01/dilma-defende-aumento-da-idade-minima-para-aposentadoria.html>

<https://www.terra.com.br/economia/reforma-da-previdencia-e-a-primeira-grande-vitoria-de-lula,caf9bb6b4572d3bc5d8bb41926e163fflr91owco.html>

<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/apresentacoes/2016/apresentacao-manoel-carlos-pires-uma-visao-geral-do-processo-de-reforma.pdf>

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/nao-vou-me-matar-nem-fugir-do-brasil-vou-brigar-ate-o-fim-diz-lula.shtml>

http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=505

http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_081014-105451-757.pdf

<http://www.bancariosdf.com.br/site/images/stories/pdf/Informativo-1421-WEB.pdf>

http://spbancarios.com.br/sites/default/files/anexos/cartilha_bancos_publicos.pdf

<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/4T17AnaliseDesempCS.pdf>



Resgatar o BB e
seus funcionários.
Em Defesa
das Entidades
do Funcionalismo.

*Juntos
somos
mais*

29º CNFBB

CONGRESSO NACIONAL
DOS FUNCIONÁRIOS DO
BANCO DO BRASIL

São Paulo • 07 e 08 de Junho de 2018

Tese da CSP CONLUTAS E OUTROS

Nenhum Direito a Menos: Lutar, Resistir e Avançar

Assinam esta tese:

Todos Somos CSP CONLUTAS

Bancári@s Podem Mais

Unidade Classista

Insurgência

Praxis Vermelha

Militantes Independentes

I. Conjuntura Nacional

Vivemos um momento difícil para os trabalhadores no país, com retirada de direitos históricos e ataques às liberdades democráticas. O impeachment de Dilma em 2016 foi um golpe que teve como objetivo aprofundar o ajuste fiscal. De lá pra cá, vimos ser aprovadas medidas gravíssimas por Temer e o congresso nacional, como a PEC que limita os gastos públicos, a lei que libera geral as terceirizações, a reforma trabalhista, que representa um retrocesso histórico, sobrepondo o acordado ao legislado, entre outras.

A classe trabalhadora lutou e ainda luta. O maior exemplo foi a grande greve geral de 28 de abril de 2017, onde, na maioria dos locais, tivemos mais bancários paralisados do que na última campanha salarial. Entretanto, infelizmente, não foi suficiente para reverter a dinâmica de ataques. Muito em função da falta de disposição política das direções das maiores centrais sindicais em apostar na mobilização e na luta direta para barrar o processo de ataques. Algumas dessas Centrais chegaram ao cúmulo de recuar na luta, em troca de negociações com o Governo sobre a manutenção do Imposto Sindical.

A imposição do ajuste fiscal como resposta à crise econômica têm aumentado o caos social nas grandes cidades (aumento da violência,

da miséria e do desemprego). O mísero crescimento econômico tão propagandeado atualmente pelo Governo Federal é resultado desse profundo ajuste. Portanto, ainda que a economia cresça, não deveremos ter uma situação de estabilidade social.

A concentração e a desigualdade aumentam. Prova disso são os resultados dos bancos, que continuaram crescendo mesmo com a crise. Apesar da redução da lucratividade média dos cinco maiores bancos em 2016, muito por conta do aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), o desempenho apresentado manteve o setor financeiro brasileiro entre os mais rentáveis no mundo. Em 2017, o aumento da lucratividade de 33,5% bateu recordes históricos!

Resultados dos Cinco maiores Bancos

	2016	2017
Ativos	+ 6,2%	+1,1%
Patrimônio Líquido	+ 8,3%	+ 9,8%
Lucratividade Média	- 12,1%	+ 33,5%

Fonte: DIEESE – Relatório de Desempenho dos Bancos 2016 e 2017

Como resposta aos caos social, a classe dominante restringe cada vez mais as liberdades democráticas que ainda temos. O exemplo mais extremo é a intervenção federal no RJ, através do controle da segurança pública por um militar, que aprofunda a militarização da segurança pública no estado e não resolve a situação, já que a violência aumentou após a medida. O Observatório da Intervenção, coordenado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes, publicou recentemente um relatório referente aos dois primeiros meses da intervenção militar (de 16 de fevereiro a 16 de abril), onde o que se verifica é que não só aumentaram quase todos os principais indicadores de violência como as operações policiais e militares realizadas nos primeiros dois meses, envolvendo mais de 40 mil agentes, tiveram resultados pífios em termos de apreensões de armas e provocaram diversas mortes e violações de direitos.

Quem mais sofre com estes ataques é a



população pobre e negra. Os assassinatos nas favelas, dos 5 jovens de Maricá, dentre tantos outros, são exemplos disso. A execução de Marielle foi o ápice no intuito de calar as vozes dissonantes no caos social que se tornou o Rio de Janeiro. Marielle, mulher negra, LGBT, periférica, foi o símbolo da luta democrática unida a luta política por outra sociedade, por emancipação de todos e todas. Após seu assassinato, centenas de milhares saíram às ruas para fazer ecoar sua voz e suas ideias e clamar pelo fim da intervenção no RJ.

Em contraponto a essas lutas, a extrema direita se coloca e batalha para se fortalecer, o que se expressa eleitoralmente em Jair Bolsonaro. Mas não é só uma expressão eleitoral. A direita está mais à vontade para praticar atos bárbaros, desde ataques e ameaças em redes sociais, até os tiros à caravana e ao acampamento de Lula.

A prisão de Lula demonstra a seletividade do judiciário e a tentativa de abafar o combate a corrupção do sistema político como um todo. Ele governou junto com os banqueiros, com o sistema político tradicional e implementou vários ataques aos trabalhadores, mas é líder de todos as pesquisas para a Presidência da República e é o maior líder operário da história do país. Por isso, é um dever da esquerda, ainda que não defendamos o projeto político de Lula e apoiemos outro candidato, ser contra sua prisão e defender o direito democrático de que seja candidato.

Nesta conjuntura, nossa melhor resposta é a organização dos trabalhadores para lutar. Isso deve ser feito com a mais ampla unidade de ação entre as organizações dos trabalhadores. Também é nosso dever pensar em alternativas que combatam o fascismo, a direita tradicional e a nova direita e, ao mesmo tempo, sejam alternativas ao projeto de conciliação de classes aplicado pelos governos petistas. As campanhas salariais deste ano serão fundamentais, porque as patronais e o Governo tentarão impor nos acordos a retirada de direitos permitido na reforma trabalhista e os trabalhadores travarão uma dura luta para manter suas conquistas.

II. Desmonte do Banco do Brasil

A notícia de reestruturações na empresa é rotineira. Entra governo, sai governo, sempre estão a intervir em nossas vidas, como se fôssemos números ou, no máximo, equipamentos. Boatos que se confirmam, entre outros que apenas nos geram mais ansiedade, compõem nosso dia a dia. Essas mudanças surgem para reduzir custos e supostamente aumentar a produtividade. Sempre às custas da piora no atendimento aos clientes e à população usuária, especialmente a mais pobre, maior cobrança de tarifas, maiores taxas de juros e piores condições de trabalho ao funcionalismo.

Relembrando apenas algumas reestruturações:

Em 2007, redução drástica no número de operadoras e operadores de caixa, retirada da comissão de quem substitui, com a instituição da "lateralidade".

Em 2013, redução de jornada com redução de salário, de assistentes, analistas, assessoras e assessores.

Em ambos governos petistas, enfrentamos também o aumento da terceirização, via correspondentes bancários, BBTS, MAIS BB e Correios, dentre outros. Cada vez mais os trabalhadores estão recebendo muito menos, em condições de trabalho piores e vítimas de uma rotatividade mais intensa para fazer o serviço bancário.

Agora, sob o governo golpista de Temer, acelerase, e muito, o ritmo dos ataques e a privatização volta a ser pautada:

Em 2016, a apresentação de um plano de reestruturação que previu o fechamento de centenas de agências, rebaixamento para posto de atendimento de outras centenas delas e redução de milhares de postos de trabalho;

Em 2017, o impacto da implementação e a percepção de que a reestruturação de 2016 não teria fim tão cedo.

O ano de 2018 começa com o famigerado PAQ (Plano de Adequação de Quadros, um PDV disfarçado), o fechamento do centro operacional de Recife, mais postos fechados e a inauguração de uma agência bancária em São Paulo sem bancári@s, totalmente terceirizada.

O Banco do Brasil possuía, em setembro de 2016, 109.159 funcionári@s e 5.430 agências. Em março de 2018, sobraram 97.981 funcionári@s e 4.159 agências, segundo dados do próprio Banco. Ou seja, 11.178 colegas (10,24%) e 1.271 agências (23,41%) a menos em um ano e meio! É a lógica utilizada em outras estatais, que sucumbiram à privatização nas últimas décadas.

I. BB 100 % estatal. Um banco com alma e espírito públicos.

II. Pelo fim dos correspondentes bancários e das lotéricas. Os serviços de pagamento e recebimento de contas, processamento de envelopes, saques e depósitos devem ser prestados em agências bancárias e por funcionários efetivos dos bancos.

III. Pelo fim de qualquer terceirização dentro do BB. Quem trabalha em banco, bancário é.

IV. Exigimos o fim da segregação da população de baixa renda.

V. Contra todas as reestruturações, organizar a luta em defesa da preservação dos postos de trabalho e comissões nas regiões. Os funcionários que perderam comissões ou tiveram comissões rebaixadas na reestruturação devem ter os valores nas suas comissões incorporados ao salário.

VI. Suspensão do projeto do "Home Office" e uma ampla discussão dele com o movimento sindical e a categoria.

III. Cassi

Os ataques aos nossos direitos na nossa Caixa de Assistência não é novidade. Desde a Reforma Estatutária de 1996, quando o Banco deixou de

pagar o dobro da contribuição dos funcionários e passou a pagar apenas 60% dos custos (e ainda inadimplindo 1,5% das contribuições dos funcis pós-98), passando pela Reforma de 2007, onde foi concedido um "abatimento negocial" ao BB e a dívida ainda foi parcelada sem juros, chegando até o Memorando de Entendimento de 2016 onde ficou definido, dentre outras coisas, um aumento nas nossas contribuições de 33% "provisoriamente". Tudo o que o funcionalismo ganhou nessas mudanças foi uma conta maior a pagar! A outra semelhança nas negociações é que a direção da Contraf/Cut orientou os funcionários a aceitarem esses acordos onde somente o Patrocinador saiu beneficiado. O motivo da orientação para aceitar também foi sempre o mesmo: a ameaça ao funcionalismo de perder a Cassi.

A redução do poder de compra dos nossos salários, a redução do quadro funcional e a informatização dos processos vieram para aumentar a lucratividade do Banco. O reverso ocorre com a Cassi. Quanto mais perdemos massa salarial, mais difícil fica o equilíbrio das contas do nosso plano de saúde. O direito à saúde complementar está previsto em nosso contrato de trabalho e, portanto, uma obrigação do BB. Se o banco se preocupasse com o funcionalismo, calcularia o valor que precisaria aportar à Cassi e separaria desse lucro aumentado. Entretanto, o Banco do Brasil faz o contrário. Aumenta o pedaço do lucro para os acionistas minoritários, enquanto deixa a CASSI a um estado pré-falimentar, às custas da saúde do trabalhador.

Os deficit recorrentes da Cassi preocupam muito todos os funcionários. A Cassi é um patrimônio construído há mais de 70 anos por nós. É um tema sensível, pois envolve a nossa saúde e a de nossos familiares.

Em 18 de janeiro de 2018, o Governo Golpista de Temer, publicou a resolução número 23 da COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO – CGPAR, estabelecendo diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais



sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados, ou seja, orientando a retirada de direitos à saúde dos funcionários. No pacote de maldades consta: limitar o pagamento das empresas estatais (no máximo 50% do custeio e limites de valores vinculados ao total da folha de pagamentos), limitar o custeio da empresa somente a vigência do contrato de trabalho (sem custeio na aposentadoria), a determinação de não detalhar os direitos a saúde nos acordos coletivos e retirar dos editais de concursos a oferta de assistência a saúde. Tudo isso teria um prazo de 48 meses para a implantação, contudo, em 05/04/2018, foi publicado o Ofício Circular 146/2018 MP onde foi determinada aos gestores das empresas a aplicabilidade imediata da Resolução. Inclusive determinando o fechamento de planos não enquadrados a alguns dos novos requisitos.

Os ataques do governo aos planos das empresas estatais têm um duplo objetivo: Primeiro, apertar o ajuste fiscal aumentando o lucro das estatais o que tem como resultante que seu maior acionista o governo federal fica com mais recursos para pagar a dívida interna. Segundo, atender aos interesses dos planos privados, permitindo que entrem em um filão de mercado que é formado hoje pelo funcionalismo atendido pelos planos de cogestão das estatais. Precisamos lembrar que grande parte desses planos tem perdido participantes e por isso para manter rentáveis precisam entrar em novos mercados. Ricardo Barros que até poucos meses era o ministro da saúde de Temer é um político ligado a as operadoras privadas de planos de saúde.

Em 2016, orientamos a rejeição do Memorando de Entendimento por acreditarmos que devíamos responsabilizar o Patrocinador pela gestão financeira e administrativa realizada por seus indicados, por entendermos que o valor proposto não era suficiente, porque o Banco não queria manter a proporcionalidade dos pagamentos (60% e 40%), porque estávamos cansados das constantes ameaças sem fundamento de que iríamos para o SUS, porque acreditávamos que a Consultoria contratada pelo BB não traria resultados isentos e por

estarmos desconfiados da rapidez com a qual o Banco queria votar a proposta. Todas as nossas previsões foram acertadas. O motivo da rapidez foi porque a reestruturação das agências estava para ser anunciada, o valor aportado não chegou a equilibrar as finanças por 6 meses, o Banco já sabia que a Resolução da CGPAR estava em estudo, por isso empurrou o problema para frente e o Relatório da Consultoria aponta para uma entrega da Governança da Cassi ao Patrocinador. Portanto, a aprovação do Memorando de Entendimento nos colocou numa situação pior. Tendo que negociar com o Banco durante a vigência da Resolução 23 da CGPAR.

Agora o Patrocinador apresenta uma proposta ainda mais agressiva aos nossos direitos: cobrança por dependente, o nosso aumento de provisório vira eterno e os aportes provisórios do BB desaparecem e a entrega do poder decisório aos indicados do Banco.

Está na hora de darmos um basta nos desaforos e ameaças!

Propomos:

1. Cassi como eixo Central da Campanha – Enfrentando Governo e Patrão
2. Rejeição total da proposta apresentada pelo Banco
3. Entregar uma proposta ao Banco cobrando sua responsabilidade e dando ampla divulgação aos funcionários e aposentados nacionalmente. A proposta precisa conter os seguintes pontos:
 - Manutenção do Estatuto (que contém a garantia de Cassi para novos empregados e da Contribuição Patronal na aposentadoria);
 - Investimentos do patrocinador nos programas de saúde sugeridos pela Consultoria e na melhoria de processos internos.
 - Cobertura das reservas até que os programas de melhorias sejam implantados (dezembro de 2019 quando o memorando de entendimento terá sua finalização).
 - Considerar que foi o patrocinador que calculou o valor dos aportes. Se o valor não é suficiente, que ele arque com a diferença do

cálculo.

4. Realização de uma Conferência Nacional de Saúde com o objetivo de debater a situação da Cassi, definir a proposta dos associados a ser encaminhada ao banco para negociação e tirar um calendário de mobilização em defesa dessa proposta. A Conferência deve ser aberta para a participação de funcionários da ativa e aposentados e ser organizada pelas entidades representativas e Conselhos de Usuários.

5. Confeção de uma cartilha contrapondo-se aos boletins do Banco. Explicando a importância da manutenção da solidariedade, as funções de cada diretoria, os dados da Consultoria, etc.

IV. Igualdade de Oportunidades

ORGANIZAR A LUTA DAS MULHERES BANCÁRIAS

Apesar da conjuntura de grandes ataques aos direitos dos trabalhadores e de enormes retrocessos, vemos um movimento vivo de resistência e luta dos setores oprimidos. No Brasil e no mundo, o movimento feminista reacendeu, debatendo as desigualdades que persistem no mundo do trabalho, a violência contra a mulher, as questões relativas à maternidade e as interseccionalidades com a luta contra o racismo, contra a lgbtfofia e as reivindicações de classe. Cada vez mais mulheres se assumem feministas e se sentem fortalecidas para denunciar violências, reivindicar igualdade e lutar por avanços na sociedade.

Os atos do 8 de março, dia internacional de luta das mulheres, têm sido potentes e politizados. Nestes últimos anos, os atos reuniram milhares de mulheres nas ruas de várias cidades do país lutando contra a violência e contra as reformas do Governo Temer, que têm as mulheres como as maiores vítimas. Em 2017, houve o chamado de uma greve internacional de mulheres com o mote "se nossas vidas não importam, produzam sem nós!". As mulheres foram vanguarda na luta contra a Reforma da Previdência e o ato do 8 de março acabou catalisando uma jornada de lutas que teve momentos importantes como a

greve geral do dia 28 de abril do ano passado.

AS MULHERES NO BB

Esse momento da luta dos setores oprimidos tem repercutido dentro do BB. Vemos o Banco dar destaque à questão da diversidade na agência de notícias, no marketing interno e nos compromissos internacionais e campanhas firmados e apoiados por ele, como a campanha da ONU He for She.

O banco chegou a assumir, às vésperas do 8 de março do ano passado ser o pior do sistema financeiro em relação à igualdade de gênero e adotou algumas poucas medidas para demonstrar seu compromisso em mudar tal realidade. De lá pra cá, já colocou metas para ascensão de mulheres no banco e adotou outras medidas relativas à equidade de gênero.

É fato que há uma mudança de qualidade no discurso do banco, obviamente influenciada pelo movimento das ruas e das redes sociais. Precisamos exigir que esse novo posicionamento do BB leve a mudanças consistentes e de grande impacto para as mulheres dentro da empresa, o que até o momento não aconteceu. As mulheres seguem sendo as maiores vítimas do assédio moral e sexual e enfrentam a discriminação nos processos seletivos. É muito comum serem questionadas quanto à maternidade. Quando se tornam mães, muitas são pressionadas a não utilizarem a prorrogação de 60 dias da licença maternidade e o horário especial de amamentação para não perderem a comissão ou possíveis oportunidades. Além disso, perdem o vale-refeição durante a licença maternidade, justamente durante o período de amamentação exclusiva quando precisam se alimentar melhor. Diante de tantas reestruturações, as mulheres são as mais atingidas pela perda de comissão e de localização, pois, em geral, têm menor mobilidade para transferência de estado ou região devido a um maior comprometimento com questões familiares.

Para tanto, devemos reivindicar e lutar pelos seguintes avanços:



1. Licença maternidade de 12 meses e licença paternidade de 6 meses já!

A Organização Mundial de Saúde orienta desde 1991 que os bebês recém-nascidos recebam amamentação exclusiva, ou seja, somente leite materno até os 6 meses de vida, devendo ser introduzidos alimentos após esse período, porém mantendo o leite como principal alimento até 1 ano de vida. A criança que deixa mamar antes do primeiro aniversário sofre o que se chama de desmame precoce.

Inúmeros são os estudos com evidências científicas que mostram sérios prejuízos ao desenvolvimento imunológico, neurológico, motor, intelectual, cognitivo e psicológico do bebê que desmama precocemente, tendo sido referendada mundialmente em 2001 na Assembleia Mundial de Saúde a indicação de amamentação por no mínimo 2 anos de vida da criança. A fase para introdução alimentar, após os 6 meses de amamentação exclusiva, é lenta e diferente de família para família, levando cerca de 3 meses, no mínimo. Portanto, a atual licença maternidade aplicada nos bancos de 180 dias é insuficiente, sujeitando tanto mãe e bebê a intenso estresse na introdução alimentar, que quase sempre começa a ser feita antes dos 6 meses, para que a mãe possa voltar ao trabalho.

Fora isso, ainda temos a questão da imunização básica do bebê, cujo esquema de vacinação principal só é concluído aos 12 meses. Por essas e outras razões, defendemos que a licença maternidade seja de 12 meses e que a paterna seja estendida a 6 meses. Essa ainda é uma proposta aquém das necessidades reais e distantes do que já se pratica em muitos países, mas que já avança consideravelmente no que diz respeito à saúde materna e infantil, principalmente no âmbito preventivo, evitando doenças no pós-parto e na primeira infância, além do combate contra o modelo machista de deixar os cuidados restritos a mulher.

Essa luta deve ser urgentemente encampada pelos bancários, ajudando a melhorar o nível de direitos de outras categorias.

2. Garantia de todos os benefícios, incluindo o Vale-refeição, durante a licença

maternidade e a licença paternidade;

3. Auxílio-creche de dois salários mínimos;

4. Jornada legal de 6 horas para todas as bancárias;

5. Concurso interno para as comissões, para que não haja discriminações na

ascensão profissional;

6. Fim do assédio moral e sexual. Punição aos assediadores;

7. Fim do limite de faltas para levar filho ou dependente ao médico, bastando comprovação d@ funcionári@;

AS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL

O movimento das ruas também acaba transformando o movimento sindical. Para a eleição dos delegados ao Congresso do BB do ano passado foi aplicada a cota de gênero, obrigando as delegações a levarem 50% de mulheres, sob pena de sofrerem corte com o objetivo de atingir a paridade de gênero. Identificamos, já no ano passado, um problema na interpretação da cota de gênero, pois a Contraf definiu que, em caso de alguma delegação ter um número superior a 50% de mulheres, essa delegação também deveria sofrer corte, neste caso de mulheres. Entendemos que esta é uma distorção da política de cotas. Ela é uma ação afirmativa para inclusão de um setor oprimido e jamais pode estabelecer um teto para a participação deste setor que se pretende incluir. Estabelecendo, através da cota, mínimo e máximo para a participação das mulheres podemos levar à exclusão de mulheres que chegaram ali com muita dificuldade.

Para entender as desigualdades impostas às mulheres, o movimento feminista usa a metáfora de uma corrida de 100 metros, na qual o homem corre em pista livre e a mulher numa pista com

obstáculos. Para chegar no mesmo ponto que o homem, a mulher precisa superar diversos obstáculos. Para chegar no Congresso do BB, a bancária também precisa superar obstáculos como a pressão familiar, a responsabilidade sobre os filhos e sobre o trabalho doméstico, o machismo no movimento sindical. Sendo assim, não podemos dispor de qualquer mulher que chegou até lá. Se cortamos uma mulher, impediremos que ela avance, se fortaleça e contribua para o movimento em busca da igualdade. Não alcançaremos a igualdade de gênero cortando mulheres das delegações. Não alcançaremos a igualdade de gênero por decreto de uma suposta paridade, que se expressará por força de lei naquele momento, mas seguirá no resto das instâncias sindicais, do trabalho e da vida.

O corte de homens nas delegações, por outro lado, é um avanço e deve servir para estimular os sindicatos a adotarem iniciativas concretas para ampliar a participação das mulheres, como creches nos encontros estaduais e nas assembleias. O movimento sindical deve refletir o momento que vivemos e organizar a luta específica das mulheres bancárias.

Reivindicações:

8. Cota de 50% de mulheres nas delegações para o congresso do BB, com corte de homens que excedam os 50% de cada delegação e SEM qualquer corte de mulheres que, porventura, excedam aquele percentual;

9. Incentivar a participação das mulheres nas atividades sindicais, garantindo, inclusive, creches em todas as atividades, como encontros, congressos e assembleias;

10. Realização de encontros específicos para debater as reivindicações das mulheres bancárias e fortalecer sua organização e luta.

V. Remuneração

Nos últimos anos, os Bancos têm aumentado o número de “penduricalhos” remuneratórios da categoria bancária. Essa política representa

uma redução percentual do salário em relação a nossa remuneração total. Percebe-se que, a longo prazo, somente os banqueiros são beneficiados por dois principais motivos: são itens que podem ser retirados a qualquer momento (não envolve a irreduzibilidade de salário) e não incide sobre elas contribuições tais como INSS, FGTS, Cassi, Previ... São exemplo desse tipo de “benefícios” a Participação nos Lucros e Resultados - PLR, as comissões, o vale-alimentação, o vale-refeição e programas específicos, como o PDG.

A principal questão é que esse aumento do peso dos “penduricalhos” além de ser uma política dos bancos teve o apoio da CONTRAF/CUT. Frases como: “a PLR do BB é a maior do mercado”, “grande vitória o índice de aumento dos vales”, foram constantes nos balanços das nossas campanhas salariais. O resultado que temos uma categoria mais frágil no momento de ataques e crise econômica e uma redução na arrecadação da CASSI e PREVI.

O aumento do assédio moral e do nível de adoecimento de forma exponencial se explica a partir da flexibilização da remuneração e sua vinculação a metas (comissões, módulo bônus da PLR e PDG). Para evitar uma piora ainda maior da qualidade de vida dos funcionários, o movimento sindical deve lutar incansavelmente para que a remuneração seja desvinculada ao cumprimento de metas ou resultados.

A reforma trabalhista, ao flexibilizar nossas garantias na CLT e impedir a incorporação das comissões após 10 anos, aumenta a nossa fragilidade. O movimento sindical precisa organizar a luta para inverter a lógica dos últimos anos e priorizar salário, desvinculado do atingimento de metas, e dificultar a retirada de parte de nossas remunerações.

Por isso propomos:

1. Comissões:

Hoje as comissões são, para grande parte do funcionalismo do BB, a maior parte do salário. Precisamos retirar toda a questão subjetiva



nos comissionamentos. Defendemos que eles devem ser feito através de concursos internos. O descomissionamento de funcionários poderá ser admitido somente após a conclusão de eventual inquérito administrativo. Lutar pela imediata alteração no normativo que permite descomissionar por conduta inadequada ou ato de gestão. Enquanto isso, devemos exigir do Banco o cumprimento do Acordo Coletivo que exige três avaliações negativas, onde para ser considerada “negativa” deverá ser considerado a MÉDIA das avaliações. O ACT deve prever que, nos casos de colegas que recebam a comissão há mais de 10 anos, a comissão deve ser integrada ao salário. No caso dos colegas com menos de 10 anos na comissão o BB deve anualizar este valor, incorporando 10% da comissão por ano, a exemplo do que já fazem instituições como o BNDES.

2. “PLR”

A Participação nos Lucros e Resultados é um instrumento que induz o assédio moral, através da pressão pelo cumprimento das metas. Os funcionários que tem nível gerencial somente recebem o modulo bônus com cumprimento dos resultados estabelecidos pelo Banco, o que faz com que reproduzam a pressão para o conjunto dos colegas. Além disso, a PLR virou instrumento de remuneração dos altos executivos do banco que recebem valores estratosféricos. Ademais, é bom lembrar que o termo Participação nos Lucros é uma distorção da realidade, já que quem lucra sempre são o banqueiro, o governo e a cúpula dos executivos que os representam. Bancári@ não participa de lucro, apenas participa de sua geração!

Precisamos romper com essa lógica perversa! Defendemos que a PLR seja distribuída de forma linear entre todos os funcionários e o valor total a ser distribuído deve ser de 25% do lucro líquido do banco.

3. Valorização dos salários

Temos que valorizar o piso salarial para que dependamos menos de comissionamentos e as comissões voltem a ser uma opção de carreira

e não uma necessidade. Reivindicamos que o piso de ingresso dos bancários seja o salário-mínimo calculado pelo DIEESE, no valor de R\$ 3.706,44 (abril/2018). Também a volta do antigo Plano de Cargos e Salários, com interstícios de 12% a cada três anos do E1 ao E10 e 16% do E10 ao E12. Defendemos também a revitalização das carreiras técnico-científicas e de apoio e o retorno do anuênios.

4. Perdas Salariais:

A categoria tem acumulado enormes perdas salariais, levando a uma situação em que os funcionários do BB têm seus salários completamente rebaixados. O congresso dos funcionários do BB deve recolocar as perdas salariais na minuta da campanha salarial e iniciar a negociação de um plano de reposição das perdas salariais.

5. Isonomia:

O banco nos divide quando faz que na categoria exista funcionários com direitos diferentes. Agora em 2018, lançou um edital de concurso onde não está garantido o direito à CASSI. Nós defendemos Isonomia de salários e direitos entre todos os funcionários do BB: pré-98, pós-98, pós-2018 e oriundos de bancos incorporados, preservando sempre o que for mais vantajoso para os trabalhadores.

6. Desvio de funções:

Nas áreas meio do BB temos inúmeros casos de desvio de função. Como exemplo podemos citar o banco colocando assistentes como pregoeiros e desta forma eles assinam processos de licitações. Na GECEX, coloca assistente para fazer trabalho de analistas e escriturário para fazer trabalho de assistente. A negociação com o BB deve discutir todos os casos de desvio de função e adequar o cargo a responsabilidade realizada pelos funcionários.

7. Fim das metas

Solicitamos o fim das metas e a retirada da avaliação individual de metas da GDP.

8. Volta das substituições:

Fim da lateralidade com retorno imediato do pagamento de todas as substituições.

9. Vale-Transporte para todos

Garantia de vale-transporte para todos os funcionários que optarem pela utilização do benefício. Os bancários que utilizam condução intermunicipal para ir ao trabalho também terão direito ao vale, não podendo seu desconto exceder 4% do salário básico.

10. Seis horas de jornada de trabalho:

Defendemos a jornada de seis horas, sem redução de salário, para todos os funcionários do Banco do Brasil, com exceção dos administradores. Reivindicamos que os 15 minutos de intervalo sejam dentro da jornada de trabalho, pois isso faz parte da luta pelo cumprimento da jornada de seis horas.

11. Vale-refeição e Alimentação em casos de afastamento

Hoje, o bancário é penalizado por se afastar para cuidar da sua saúde, seja por doenças ou acidentes de trabalho. Perdemos o direito ao vale-refeição após o 15º dia do seu afastamento e o vale-alimentação após 180 dias. As mulheres em licença maternidade não recebem o vale-refeição. O Congresso deve exigir que sejam mantidos os dois benefícios em caso de afastamento, seja por doença, acidente de trabalho ou licença maternidade.

12. Não ao Programa de Desempenho Gratificado (PDG):

Hoje os escriturários, caixas e assistentes não tem nenhuma vinculação de verbas salariais a metas. O programa atual de PDG já nasceu injusto: nos grupos dos comissionamentos mais altos TODOS que atingirem a pontuação vão receber o bônus do programa. Os cargos de escriturários, caixas, assistentes e gerência media, somente os melhores receberão (10% vão receber o valor cheio do programa, os

10% abaixo vão receber 0,5% e os próximos 10 receberão 0,25%). Isso significa que 70% da grande maioria dos funcionalismos do BB não vai receber nada. Além do mais, como o multiplicador incide sobre o Valor de Referência da Comissão, valoriza os maiores valores de referência da categoria. A conclusão é clara, o PDG serve para impor a remuneração variável para toda a categoria, mas privilegia a remuneração das altas comissões. Além do mais, não levaremos para aposentadoria as verbas do PDG e não haverá recolhimento de CASSI, PREVI e FGTS.

VI. Organização do Movimento

A Campanha Salarial de 2018 é a primeira que acontece após a reforma trabalhista. Será um grande desafio para categoria bancária manter seus direitos, conquistar um aumento de salário digno e avançar em elementos da pauta específica de cada banco.

O acordo de dois anos teve um papel importante na desorganização da nossa base. A categoria foi educada somente a se mobilizar durante a campanha salarial. Não ter campanha no ano passado fez que os bancários tivessem um papel secundário na luta contra as reformas e contra o desgoverno de Temer. Além disso, aprofundou o distanciamento dos dirigentes sindicais da base.

A reforma trabalhista beneficia muito os patrões ao estabelecer que o acordo coletivo e a convenção podem reduzir direitos previstos na CLT. Na redação anterior da CLT, os acordos somente poderiam aumentar os direitos. A proibição da ultratividade, que renovava automaticamente os acordos até a assinatura de novos, nos pressionará a fechar o acordo antes da data base.

No quadro atual, será fundamental o envolvimento da categoria! Não podemos encarar a campanha da mesma maneira dos últimos anos. Um elemento fundamental é não abrir mão da nossa pauta histórica, mas estabelecer eixos claros na pauta específica. Os bancários da base do BB nunca sabem



exatamente quais são os centros da campanha salarial. O desmonte da greve acaba facilitado, porque a categoria não sabe o que seria essencial para ser conquistado, qualquer proposta é divulgada como vitória histórica. Até vacina da gripe ou verba de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) já foram apresentados como “grandes conquistas”.

Acreditamos que essa política, implementada de forma consciente pela direção da CONTRAF/CUT para impedir greve específica do BB, é um dos responsáveis pela desmobilização da categoria. Definir eixos claros e uma negociação específica durante toda a campanha salarial é um elemento importante para construirmos uma campanha salarial diferente.

Reivindicamos que um dos eixos da nossa campanha salarial seja a manutenção da obrigação do banco com nossa saúde. A defesa da CASSI, seus princípios, o impedimento da implantação da CGPAR 23 e a recusa à proposta do banco devem ser nossas prioridades. O momento para impor ao Banco nossas propostas para a CASSI é AGORA, durante a campanha salarial. Quando estamos em greve nosso poder de negociação aumenta. Como o acordo coletivo tem poder de lei é fundamental que o tema da CASSI faça parte do Acordo Coletivo de Trabalho. Evidentemente, o Governo Federal e o Banco serão contra, alegando que a resolução 23 da CGPAR não permite.

Entretanto, a resolução não tem poder de lei e vai ser nossa capacidade de mobilização que poderá garantir nossos direitos na Cassi dentro do ACT.

Sabemos que o BB tentará reduzir nossos direitos, propondo a retirada de

alguns itens do Acordo. Como por exemplo, a cláusula que impõe a exigência de três

avaliações negativas para descomissionar. Precisamos nos manter firmes com a criação

do eixo “nenhum direito a menos”.

A campanha salarial também precisa incorporar as pautas específicas de cada setor do banco. Sejam eles escritórios digitais, GECEX, CENOPs ou a própria CABB, onde temos uma piora constante nas condições de trabalho em virtude de um controle maior no tempo de ligação e na pressão por vendas.

Outro elemento fundamental é a democracia que se manifesta no controle da campanha e no fortalecimento da organização pela base do BB. Não temos como incentivar nossos colegas para participar das assembleias quando as decisões e o calendário da campanha já estão fechados e a categoria é convocada apenas para uma ou outra ratificação. Ou pior, quando deliberam por uma coisa e a direção sindical usa de manobras para fazer outra coisa. Não há como resgatar a participação quando a categoria é impedida de se expressar, quando não há democracia ou quando os bancários não se sentem representados pelos fóruns, pela pauta de reivindicações e pelas próprias negociações.

A pauta específica do BB, que definimos nos Congressos anuais, acaba não entrando na negociação. A greve sempre finaliza quando o Comando julga atender o índice de reajuste e a pauta específica não é realmente negociada com o BB.

Para iniciarmos o rompimento dessa lógica, os sindicatos têm que realizar reuniões nos locais de trabalho para debater a estratégia e a pauta da categoria. É necessário realizar fóruns do movimento como assembleias, desde o início da campanha, reuniões de delegados sindicais e plenárias.

A nova Comissão de Empresa deve ser composta, garantindo-se a proporcionalidade, neste Congresso. A representante do CAREF deve participar das reuniões da Comissão de Empresa. Quando o banco implementar reestruturações ou outros tipos de ataques, os delegados das áreas afetadas devem ser convidados a participar da reunião da comissão de empresa e das negociações com o banco.

A Comissão de Empresa deve deixar claro que não aceitará negociação em dois tempos, que a discussão com o banco sobre a pauta deve acontecer durante todo o período. E deve solicitar ao banco que todas as negociações sejam transmitidas ao vivo pela internet.

Na pauta com o BB, a representação de base tem que ser um dos itens prioritários. Vamos exigir fortalecimento e aumento das garantias dos delegados sindicais. Precisamos, além dos itens do acordo atual, exigir que o delegado não seja descomissionado. Que não haja nenhuma restrição para colega que esteja respondendo ou condenado por processo administrativo para concorrer e tomar posse como delegado, uma vez que o atual artigo fere a constituição ao atacar a livre organização sindical.

Nos complexos, os delegados serão eleitos por prédios (e não por prefixo) e terão liberdade em fazer em reuniões em todas as unidades dos prédios. Será garantida pelo menos 12 abonos para atividades sindicais, excluindo-se as ausências para o Congresso do BB e Conferência Nacional. Na questão da CIPA o acordo precisa estender as prerrogativas de proteção do delegado sindical e garantir, como na Caixa, que todos os membros sejam eleitos.

Mas não basta fortalecer no acordo a figura do delegado sindical. Tem que haver uma política nacional de fortalecimento da organização de base. Devemos organizar, após a greve, seminários regionais, que culminarão em um seminário nacional, com os delegados sindicais e cipeiros, para debater a importância e as formas de fortalecer a Organização por Local de Trabalho.

O Congresso também precisa ser democratizado, para ampliar a participação da base da categoria. Neste sentido estamos propondo que os delegados sejam eleitos um por 100. Conhecemos as restrições orçamentárias que o movimento sindical passa na atual conjuntura, entretanto, sabemos que se a organização do evento iniciar mais cedo, mais acessíveis serão os preços de passagens e hospedagens.

Propostas:

1. O ACT e a Convenção terão vigência de um ano, não se negociará com o BB acordo superior a 1 ano, nem nas cláusulas econômicas e nem sociais.

2. Não à negociação em dois tempos. Desde o início da negociação, serão negociadas na mesa do BB as questões específicas, inclusive as econômicas.

Comunicaremos desde o início a base e o banco que a campanha salarial do BB não finalizará com aceitação do índice geral da categoria. O eixo da negociação vai ser a defesa da CASSI nos seus moldes atuais, nenhuma retirada de direito da pauta específica e incorporar reivindicações de grandes setores do banco (regulamentação do trabalho nos escritórios digitais, pauta da CABB, não ao desvio de função na área meio, etc).

3. Mesa de Negociação Eleita na base, com eleição de forma proporcional da comissão de empresa no final do congresso do BB e inclusão de representante dos funcionários no Conselho de Administração do Banco.

4. Não será assinado acordo de encerramento da campanha que preveja compensação dos dias de greve. Em caso de descumprimento do Acordo pelo BB, este Congresso orienta que os sindicatos ingressem com ações judiciais exigindo o cumprimento da Convenção Coletiva e do Aditivo do Banco do Brasil.

5. Aos dirigentes sindicais, nenhum direito a menos e nenhum direito a mais. Contra qualquer tipo de privilégios aos dirigentes sindicais, e renúncia de todos os dirigentes que foram comissionados por benesses do Banco, por fora dos processos seletivos.

6. O Congresso dos Funcionários é um fórum autônomo, sem qualquer vinculação a determinada central sindical. Sua periodicidade é anual. Com o intuito de ampliar a representação da base, o critério será de um representante eleito para cada 100 funcionários



na base. Os representantes deverão ser eleitos em assembleias gerais, onde será garantida a proporcionalidade direta.

7. O Acordo Coletivo deve garantir tempo e espaço com ampla liberdade de atuação para os delegados sindicais nas lutas cotidianas e nas campanhas salariais. Obrigatoriedade aos administradores liberarem os delegados, sem descontos, a fim de participarem das reuniões e atividades convocadas. Serão modificados e acrescidos ao acordo, no regulamento de delegado sindical:

8. Será retirado do acordo a cláusula que limita o número de delegados de 1 para cada 80 na base do sindicato.

9. Não será permitida regulamentação da DIREF ou dos gestores que venha limitar a atividade sindical de base;

10. Nas concentrações, os delegados devem ser eleitos de acordo com sua tradição de organização, permitindo atuação em todo o prédio ou complexo;

11. Além das garantias atuais, os delegados sindicais não poderão ser descomissionados;

12. O banco reconhecerá a figura do suplente do delegado sindical;

13. O banco não poderá impedir a posse ou

eleição com a justificativa que o delegado esteja respondendo ou cumprindo sanção disciplinar.

14. O Congresso do BB orienta os sindicatos para que o fórum dos delegados sindicais tenha autonomia em relação à diretoria do Sindicato, poder de deliberação, através do voto (exclusivamente) dos delegados sindicais, periodicidade, como mínimo mensal, das reuniões (entre março e novembro).

15. Precisamos ganhar as CIPAs para discutir a fundo os problemas e a política da empresa, responsabilizando o banco pela situação de exploração dos trabalhadores. É necessário aumentar a formação política e a troca de experiências entre os cipeiros e democratizar seu funcionamento. Nesse sentido propomos: Exigir que o próximo aditivo do BB garanta cláusula como a que existe no aditivo da Caixa, segundo a qual todos os membros da Cipa são eleitos (não há indicados pela empresa);

16. As mesmas prerrogativas de garantias previstas para os delegados sindicais serão estendidas aos cipeiros;

17. Após campanha salarial serão organizados seminários regionais terminando com um nacional para debater políticas para fortalecer a organização nos locais de trabalho.



Resgatar o BB e
seus funcionários.
Em Defesa
das Entidades
do Funcionalismo.

*Juntos
somos
mais*

29° CNFBB

CONGRESSO NACIONAL
DOS FUNCIONÁRIOS DO
BANCO DO BRASIL

São Paulo • 07 e 08 de Junho de 2018

CSD – CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA



29º CONGRESSO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

São Paulo - Junho de 2018

Apresentação

1. Quem Somos

1. A corrente sindical CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA - CSD - nasceu em 2002 para contribuir com o esforço coletivo de tornar o sindicalismo cutista uma ferramenta mais eficaz na luta de classes. A aposta numa corrente sindical só se justifica quando ela combina concepção sindical com concepção política; quando tem capacidade de propor, intervir e atuar de forma coletiva; quando sua identidade se expressa em uma prática e em posições políticas comuns; quando as diferenças internas não levam a um imobilismo.

2. Nossa participação na CUT, durante a fase de ascensão das lutas, deu-se através da CUT pela Base (1986-1992), como expressão de uma aposta na radicalização da democracia no sindicalismo cutista e no protagonismo da Central na disputa política e ideológica na sociedade.

3. Durante a fase defensiva dos anos 90, a tarefa prioritária foi organizar a resistência às pressões de adaptação à ordem que a Central sofria. Foi nesse contexto que construímos, junto com outras correntes políticas, a experiência da corrente Alternativa Sindical Socialista (ASS).

4. Enquanto a CUT pela Base se inseriu num período de ascensão da luta sindical, de polarização política e ideológica na sociedade brasileira, a ASS foi uma resposta defensiva num período de descenso, um projeto de resistência à ofensiva neoliberal.

5. Por compreendermos que a luta econômica não encerra a luta política de classe, defendemos o engajamento da militância sindical na organização partidária e no fortalecimento da sua ação. A consciência política é adquirida na luta política realizada pelo partido, pois é nesta

arena de combate que tratamos os temas que dizem respeito a toda a sociedade ou à maioria dela. A CSD, orientada por este princípio, referencia-se no Partido dos Trabalhadores como a organização partidária que reúne a vanguarda sindical e popular de esquerda no Brasil.

6. Em Fevereiro de 2016, realizamos a V Conferência Nacional da CSD, em São Paulo. Naquele momento, passado o 12º CONCUT - Congresso Nacional da CUT, e num ambiente de flagrante ataque à democracia brasileira e de ofensiva conservadora, apontamos as prioridades estratégicas para nossa ação e da CUT.

7. De um lado a luta democrática, contra o iminente golpe midiático-parlamentar, partindo da unificação da ação da esquerda junto às Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. De

outro a luta política, para que o governo eleito reassumisse o compromisso com o programa eleitoral que lhe levou à vitória em 2014 e para frear a agenda conservadora que avançava no Congresso.

8. Apesar da histórica resistência democrática e popular, presenciamos um golpe e o afastamento de uma presidenta eleita pelo voto popular, sem que qualquer crime fosse comprovado. O governo ilegítimo que emerge, sustentando por uma grande unidade dos diversos setores da direita nacional, sem compromisso popular, explicita seu programa de liquidação do Estado, privatização do patrimônio público, ampliação do espaço da iniciativa privada nos serviços públicos e subordinação do país aos interesses do capitalismo internacional.

9. Esses acontecimentos alteram estruturalmente o posicionamento e as tarefas da esquerda, do movimento sindical e da CUT na conjuntura e exigem uma reflexão e um planejamento coletivo que orientem a militância para um novo período político, cujo caráter está em disputa.

10. Em agosto deste ano ocorrerá o Congresso Extraordinário e Exclusivo da CUT. Desde já, reafirmamos a democracia como questão central que deverá presidir os debates, numa perspectiva de ampliação da resistência popular aos retrocessos impostos pela atual conjuntura. Que somente será possível através da atualização e renovação das nossas estratégias de comunicação e mobilização e da construção de um programa capaz de preservar conquistas ao mesmo tempo em que aponte novos caminhos para o conjunto da classe trabalhadora.

11. Na certeza desses novos caminhos, a CUT Socialista e Democrática é uma corrente que historicamente constrói o feminismo no movimento sindical e se reivindica feminista nas suas teses e elaborações teóricas. A CSD acredita que é preciso construir alternativas para a superação das desigualdades históricas sofridas pelas mulheres, em especial pelas mulheres negras.

12. As dimensões classistas e antirracistas são elementos centrais e devem estar combinados na luta que travamos. É essencial lutar pela institucionalização da igualdade de fato entre a população negra e da garantia do exercício pleno da cidadania, produzindo novas relações sociais.

13. Igualdade de oportunidades também em relação ao gênero, por meio de ações políticas direcionadas que tornem possível a superação das diferenças sociais,

econômicas e culturais entre homens e mulheres, contra o patriarcado, contra as desigualdades, contra a mercantilização e contra o autoritarismo do capital.

14. Por um sistema igualitário, prezamos pela paridade das mulheres e também pela ocupação de negras e negros nos espaços que lhe são devidos na sociedade. Procurando assim, atingir igualdade de oportunidades e representatividade desses grupos nos espaços públicos e também de poder e decisão.

15. Por fim, destacamos três compromissos que nos orientam: o da construção da CUT, como ferramenta sindical da classe trabalhadora brasileira; o socialismo como projeto histórico e elemento que deve orientar estrategicamente a ação política da Central e a democracia, como elemento central da construção das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras.

2. A democracia vencerá o ódio

16. O mundo se transforma com rapidez meteórica afetando materialmente a classe trabalhadora com desemprego, mudanças no modo de trabalhar, precarização em vários aspectos da vida em sociedade, perda de direitos, atingindo indistintamente homens e mulheres. Há uma disputa narrativa permanente em relação à visão de mundo e aos mecanismos de adaptação e convivência social. Predominam o individualismo e o egocentrismo a partir de uma falaciosa e ilusória concepção de meritocracia.

17. A elite financeira – que hegemoniza e conduz ideologicamente as demais elites, impõe ao mundo padrões de exploração e exclusão jamais vistos. Governos de países são subjugados pela chantagem financeira. Há um desenfreado ataque aos direitos dos trabalhadores em escala mundial, pretendendo diminuir os custos do trabalho como solução para uma crise econômica engendrada por essa mesma elite.

18. A partir da intensificação dos investimentos em tecnologia e do espectro do desemprego em massa, a redução da renda dos assalariados e a flexibilização dos direitos trabalhistas em escala global desarticulam a organização dos trabalhadores desafiando a sua capacidade de luta e de resistência.

19. Ao mesmo tempo em que se reinventa ideologicamente, o capital vai se apropriando de conteúdos e debates historicamente encampados por movimentos de esquerda, imprimindo aos temas um verniz neoliberal. O empoderamento e a liberdade são difundidos sob uma lógica individualista, sem considerar



a precarização do trabalho, a divisão sexual do trabalho e a luta de classes.

20. Não restam dúvidas quanto aos objetivos das elites golpistas: atacar a democracia e a participação popular, reduzir o custo do trabalho e apropriarem-se dos fundos públicos e dos bens comuns. Com uma volúpia e uma pressa impressionantes, operam em vários quadrantes para atingir esses objetivos, aprofundando as injustiças e trazendo ainda mais desigualdades.

21. Além da contaminação das relações interpessoais provocadas pelo individualismo e pela falaciosa meritocracia como elemento determinante na ascensão social, as investidas do capital contra a classe trabalhadora e suas organizações vêm acompanhadas de um viés ideológico extremamente conservador e autoritário, com características fascistas, racistas, homofóbicas e machistas.

22. Com o apoio da mídia hegemônica, grupos conservadores e profascistas são patrocinados e treinados para disseminar o ódio, promovendo ataques aos movimentos sociais e aos valores da democracia.

23. Diante dos retrocessos impostos ao país com o impedimento da presidenta eleita Dilma Rousseff, promovido pela elite financeira, política, empresarial e por setores do poder judiciário, a defesa da democracia, dos direitos e das liberdades exige a unidade na ação dos trabalhadores, movimentos e organizações populares, mesmo considerando eventuais divergências entre os progressistas.

24. Nesse sentido, devemos caminhar na construção de um projeto político com ampla participação popular, contribuindo ativamente das iniciativas propostas pela Frente Brasil Popular e para a organização do Congresso do Povo.

3. Contexto mundial

25. Como parte da sua natureza intrínseca, as crises econômicas e a recessão no capitalismo, invariavelmente produzem por parte dos países

hegemônicos saídas de caráter protecionista, assumindo os “desenvolvidos” uma posição oposta ao decantado livre comércio.

26. No século 19, o economista David Ricardo, escrevendo sobre o comércio internacional, defendia que os países concentrassem seus recursos na produção e comércio de bens para os quais possuíssem vantagens comparativas. Já naquela época, seu contemporâneo e economista alemão Friedrich Litz denunciava que essa teoria apenas visava preservar a hegemonia da indústria inglesa, principalmente na produção de tecidos.

27. No mesmo sentido, o primeiro secretário do Tesouro dos Estados Unidos Alexander Hamilton defendia que o Estado deveria proteger a indústria americana contra a competição com outros países até que ela estivesse devidamente evoluída e consolidada. Foi o que os EUA fizeram desde o início, principalmente, por intermédio da aplicação de altas tarifas externas sobre as importações para torná-las mais caras do que sua produção local ao longo do século 19, até a criação do Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT) em 1948.

28. Na década de 1970, o governo estadunidense decidiu romper com o padrão ouro que regulava o valor de sua moeda, o dólar, o que lhe deu uma enorme vantagem na condução da economia e finanças mundiais. Porém, ao valorizar sua moeda frente às demais, passou a acumular déficits comerciais com a maioria dos países do mundo. Esse déficit chegou a alcançar mais de US\$ 500 bilhões anuais em 2016 e 2017.

29. No momento, assistimos ao aprofundamento de uma dessas situações na medida em que o sistema multilateral de comércio está paralisado, pois a OMC não consegue aprovar novas medidas liberalizantes desde que substituiu o GATT em 1995. O governo Donald Trump agora decidiu elevar as tarifas de importação de aço e alumínio, além de retaliar importações chinesas no valor de US\$ 50 bilhões. Canadá e México estão excluídos do aumento tarifário em função do Nafta e alguns outros países como o Brasil também, pelo menos até maio,

prazo negociado para que se chegue a uma acomodação quanto às exportações de aço e alumínio brasileiro para os EUA, provavelmente, via imposição de cotas de exportação, o que somente reduzirá o prejuízo.

30. Tanto a China quanto a União Europeia anunciaram que aplicarão procedimentos de reciprocidade contra essas medidas protecionistas dos EUA, o que poderá iniciar uma guerra comercial internacional cuja escala ainda é difícil de dimensionar, pois há situações que demandam maiores avaliações, uma vez que não estamos mais falando de um mundo bipolar como era no final dos anos 1940, com os países capitalistas de um lado e os socialistas de outro, o que gerava uma relação de dependência de uns aos Estados Unidos e de outros à União Soviética.

31. Os impactos dessa política comercial de Trump dependerão da capacidade ou não de a indústria estadunidense substituir as importações a custos semelhantes dos atuais e da força política de suas empresas multinacionais que exportam para os EUA desde outros territórios, particularmente na Ásia, de influenciarem o governo em sentido contrário. Além da capacidade dos exportadores prejudicados pelo protecionismo, chineses e de outros países, de ocuparem nichos de mercado fora dos EUA, o que, por sua vez, poderá levar a disputa comercial para outras regiões.

32. Na Europa, analistas preveem que a economia do Reino Unido ficará pior depois da saída britânica da União Europeia, quer o país se desligue do bloco com um acordo de livre comércio, com acesso ao mercado comum ou sem nenhum acordo, pois parece haver consenso de que o governo está mal preparado para o pós Brexit.

33. Enquanto isso, na América do Sul consolida-se a ascensão de uma direita radical, incapaz de conceber no plano estratégico qualquer iniciativa que proteja a economia local dos riscos de uma iminente guerra comercial. Ao contrário, tradicionalmente entreguistas, implementam irresponsavelmente programas

que desmontam direitos sociais e trabalhistas e sucateiam as empresas e os serviços públicos.

34. Numa demonstração de que a direita sul-americana não tem compromisso nem com a democracia e tampouco com o desenvolvimento de sua região, os governos de seis países do continente – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru – decidiram retirar-se da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) durante a presidência de Evo Morales da Bolívia, atitude absolutamente injustificada considerando os esforços na construção das relações políticas e comerciais entre os países.

35. Lamentável também a posição adotada pelo Itamaraty em relação ao resultado das recentes eleições ocorridas na Venezuela, onde apesar da grave crise econômica, a população referendou a continuidade da administração do Presidente Nicolas Maduro. O governo brasileiro, ao não reconhecer a legitimidade do processo eleitoral venezuelano e apoiar medidas de ingerência interna no país vizinho, só reafirma sua natureza golpista e o alinhamento aos interesses das multinacionais americanas na região.

4. Contexto nacional

Uma economia golpeada

36. Os principais indicadores da economia brasileira referentes aos primeiros meses deste ano mostram que a produção e o emprego ainda estão longe de ter iniciado um processo de recuperação minimamente consistente. Os dados divulgados até o momento revelam crescimento muito baixo e instável, com desempenho muito pior do que o esperado pelos analistas em geral.

37. Considerando que, entre 2015 e 2016, a economia brasileira enfrentou a segunda maior recessão da história, com queda acumulada do PIB de 7%, o crescimento de 1,0% em 2017 pode ser considerado pífio e, da forma como foi obtido, desalentador. Em 2017, o crescimento decorreu principalmente do desempenho do agronegócio, aliado à expansão da produção de automóveis e à sustentação do consumo,



com a liberação do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

38. Em 2018, o ritmo ainda continua lento. Na comparação mês a mês, tanto a indústria quanto os serviços apresentaram quedas em janeiro e estabilidade em fevereiro. O comércio varejista, que havia crescido um pouco em janeiro, recuou em fevereiro. Só se observa recuperação mais robusta no comércio quando a comparação é feita em relação aos primeiros meses de 2017, ocasião em que a base de comparação era muito baixa, dado que o setor tinha recuado durante praticamente dois anos seguidos.

39. A indústria, por sua vez, continua paralisada. Em fevereiro, a produção física industrial variou apenas +0,2% em relação a janeiro, já descontados os efeitos sazonais, revelando que não há recuperação industrial efetiva na economia brasileira. Mesmo em relação com 2017, não houve crescimento importante: na comparação com fevereiro daquele ano, o crescimento da produção foi de apenas 2,8%, o que é pouco para ser considerada uma recuperação significativa.

40. No mês de fevereiro, apenas a produção dos bens de consumo duráveis cresceu frente a janeiro (+1,7%). Nesse contexto, o IBC-BR (Índice de Atividade Econômica), do Banco Central, que mede o ritmo de crescimento da economia, segue apontando estagnação. Havia recuado 0,65% em janeiro e, em fevereiro, apresentou variação de 0,09%. Na comparação entre fevereiro de 2018 e fevereiro de 2017, a alta foi de meros 0,66%. Em 12 meses, encerrados em fevereiro, o IBC-Br apresenta alta de apenas 1,32%, o que confirma o pouco dinamismo da economia.

41. No quadro geral de baixa atividade, o desemprego continua em patamar elevado, com cerca de 13,7 milhões de desocupados e número semelhante trabalhando aquém do necessário para sustentar os gastos familiares. Além do alto desemprego (em Salvador, por exemplo, a taxa de desocupação foi de 25,7% em março, segundo a PED – Pesquisa de Emprego

e Desemprego, DIEESE/Seade), aumentaram muito a informalidade e a precarização do trabalho.

42. Segundo a PNADC/IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil tem 10,8 milhões de trabalhadores sem carteira assinada, além de 23,1 milhões de outros que são conta própria e também dependem do nível de atividade da economia.

43. A “instabilização” da renda da ocupação, potencializada pela reforma trabalhista do fim do ano passado, são ingredientes que conduzem ao aumento da insegurança na sociedade e enfraquecem a retomada do crescimento via ampliação do mercado consumidor interno.

44. O cenário de estagnação da economia, com elevadas taxas de desemprego e de “informalidade”, e a entrada em vigor da Reforma Trabalhista, em novembro de 2017, dificultam ainda mais as negociações coletivas de trabalho. Caiu significativamente o número de acordos e convenções coletivas registrados no Ministério do Trabalho nos primeiros meses deste ano, na comparação como ano passado e em relação à média dos últimos cinco anos.

45. Segundo levantamento do DIEESE, 2.802 acordos foram registrados no primeiro trimestre, 29% a menos que em igual período de 2017, quando o número foi de 3.939. Entre 2012 e 2017, a média dos instrumentos coletivos de trabalho foi de 3,8 mil. Observa-se, nas rodadas de negociação deste ano, endurecimento da posição patronal. Diante do novo ambiente de relações do trabalho, que desequilibrou ainda mais a correlação de forças entre as partes, os empregadores procuram utilizar o processo negocial para retirar direitos dos trabalhadores.

46. Um dos aspectos mais polêmicos das negociações tem sido o financiamento dos sindicatos. Este é um ponto fundamental de toda a arquitetura da Reforma Trabalhista, pensado e construído para destruir as entidades sindicais e desmobilizar os trabalhadores. Sem recursos financeiros, as entidades que representam os

empregados perdem a capacidade para se manter e, conseqüentemente, de organização e mobilização, o que abre caminho para que empresas avancem sobre direitos e ampliem ainda mais o processo de precarização das relações de trabalho, reduzindo também os salários.

47. Alguns analistas esperavam que a queda da taxa de juros básica da economia, a Selic, estimulasse a atividade, ao favorecer o consumo, por meio de empréstimos, e o investimento. Na verdade, a redução da Selic refletiu muito pouco sobre as taxas de juros dos bancos, para qualquer tipo de tomador, pessoa física ou jurídica. Ao contrário, as taxas permanecem em níveis muito elevados, favorecendo o lucro dos bancos, mas prejudicando a recuperação econômica.

48. Aberta a temporada de divulgação de balanços trimestrais, somente os três maiores bancos privados que atuam no Brasil – Itaú Unibanco, Santander e Bradesco – registraram lucro líquido somado de aproximadamente R\$ 14,3 bilhões, apenas no primeiro trimestre de 2018.

49. O Banco do Brasil apurou lucro líquido ajustado de R\$ 3,026 bilhões no primeiro trimestre de 2018, o que representa alta de 20,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O número veio levemente acima da projeção média de analistas, que era de R\$

2,997 bilhões. O lucro líquido contábil ficou em R\$ 2,749 bilhões, indicando aumento de 12,5% na comparação anual.

50. Apesar dos lucros bilionários, o setor financeiro vem acelerando o enxugamento de vagas nos últimos três anos, com cerca de 50 mil cortes somente neste período. Com a clara intenção de reduzir os gastos com seus empregados, em dezembro do ano passado os dispensados ganhavam em média R\$ 7.456. Já a média salarial dos contratados foi de R\$ 4.139, o que representa apenas 56% da remuneração dos desligados. Neste ano, a tendência continua, pois somente nos primeiros três meses foram

2.226 vagas extintas, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

51. Para o economista Ladislau Dowbor, autor do livro *A Era do Capital Improdutivo (Outras Palavras & Autonomia Literária)*, o lucro dos bancos em cenário de crise não se trata de uma exceção ou aparente contradição, mas justamente revelam o funcionamento de um sistema que, em vez de irrigar a economia real por meio de créditos ao setor produtivo – função essencial básica do sistema financeiro –, vem “sugando” recursos, tanto das famílias e do setor produtivo, como do próprio Estado, por meio dos títulos da dívida pública.

5. O Banco do Brasil

52. Na contramão do que ocorre na maioria dos países, onde a crise econômica faz com que o nacionalismo e o Estado se fortaleçam como reação à globalização, o governo Temer se esforça no sentido de inviabilizar a possibilidade de o país retomar o processo de desenvolvimento com soberania.

53. De 2003 até 2014, com as políticas adotadas e com o crescimento econômico ocorrido, os bancos públicos de varejo mostraram-se da maior importância no fomento do desenvolvimento econômico através da oferta de financiamento do investimento e do crédito, na participação proativa nas oscilações macroeconômicas — sobretudo nos momentos de crise — no favorecimento da concorrência bancária via redução de juros e spreads e nos pagamentos dos programas sociais, bancarização e acesso ao crédito para a população de menor renda.

54. Depois, com a adoção de políticas de austeridade em meio ao desmonte do estado nacional, além da queda do PIB (que caiu 3,8% em 2015, 3,6% em 2016 e permanecendo praticamente estagnado em 2017), dos investimentos (cerca de 28% no mesmo período) e do crédito total (que caiu 0,7% em 2015, 2,2% em 2016 e 0,6 em 2017) verificamos



que o sistema bancário iniciou um período no qual se pretende sua transformação, sobretudo relativamente aos bancos públicos.

55. O número de agências bancárias reduziu-se tanto nos bancos públicos quanto nos privados. Segundo dados do Banco Central, os bancos encerraram o ano passado com 21.062 agências em funcionamento, 1.485 a menos do que em 2016, a maior redução da série.

56. O movimento foi liderado pelo próprio Banco do Brasil, que sozinho fechou 670 agências, dentro de um processo de redução de custos através de um programa de demissão de voluntária (PDV) para cerca de dez mil empregados.

57. Intensificando o maior corte de pessoal, o Banco do Brasil realizou o maior programa de incentivo à aposentadoria de sua história e, mesmo antes de sua efetivação, o número de empregados vem se reduzindo: caiu de 111.628 em 2014 para 109.191 em 2015, 100.622 em 2016 e 99.161 em 2017. De acordo com o balanço da instituição, em março de 2018 são 97.981 funcionários na ativa, sendo 40.756 mulheres e 57.405 homens.

58. Mas mais importante que estes ajustes — que podem ser parcialmente resultantes da crescente incorporação de novas tecnologias digitais e que tendem a substituir parte do atendimento personalizado — são as políticas que fizeram cair o financiamento público, a oferta de crédito (livre e direcionado) e elevaram os juros dos bancos públicos.

59. Embora o inegável impacto que os investimentos em novas tecnologias trazem para o mercado de trabalho, nem sempre é possível afirmar que a redução do número de empregos tem relação direta com a modernização do sistema.

60. Apesar do recuo nas contratações pelos bancos, mais de um milhão de trabalhadores prestam serviço ao sistema, empregados que são por financeiras, cooperativas de crédito, lotéricas e correspondentes bancários, numa

clara política de precarização via a terceirização das atividades.

61. Fator determinante para a queda verificada no quadro de contratações é a política de exclusão adotada pelos principais bancos do país, privilegiando os clientes de alta renda em detrimento da população assalariada, dos aposentados e dos pequenos e médios empresários, submetidos ao suplício de agências sucateadas e com cada vez menos empregados.

A reestruturação e o desmonte

62. Se já não bastasse o fechamento de várias unidades em todo o país e a redução do número de funcionários, dificultando o acesso ao crédito e aos serviços financeiros aos milhares de correntistas e usuários, a direção da instituição, orientada por uma política de enfraquecimento da atuação pública do Banco do Brasil, busca implementar um modelo de negócios que atende apenas aos interesses privatistas do mercado.

63. O que se percebe nas dependências é um atendimento presencial prejudicado pelas dotações insuficientes frente ao volume de clientes e usuários que tem procurado as agências fluxo do Banco do Brasil, não poucas vezes gerando graves conflitos entre aqueles que demandam os serviços bancários e os funcionários.

64. Por outro lado, há um crescente descontentamento por parte do funcionalismo com a insuficiente estrutura dos escritórios e agências digitais, pela falta de treinamento adequado e com a sobrecarga de trabalho, frente à pressão cada vez maior para o atingimento de metas por carteira.

65. Não fazem sentido os descomissionamentos ocorridos neste período em virtude de resultados econômicos aquém dos esperados pela empresa, cujos gestores parecem desconsiderar a grave crise que atravessa o país, produzida e financiada pelo próprio sistema financeiro, interessado no impedimento da

presidenta eleita.

66. A avaliação de desempenho dos funcionários no Banco do Brasil, que deveria ter o caráter de formação e valorização das carreiras e o sistema GDP, criados com o propósito de desenvolver e aprimorar as competências dos empregados tem servido, nos últimos tempos, como instrumento de pressão e ameaça por alguns gestores, justificando inclusive a destituição de comissões.

67. Portanto, na medida em que a nova estrutura e o novo modelo de negócio ainda não foram suficientemente provados em sua eficiência e a eficácia, a direção do Banco do Brasil deveria suspender imediatamente o processo de avaliação do funcionalismo, avaliando com seriedade e responsabilidade as decisões e motivações de sua atual administração.

68. Em relação à igualdade de oportunidades na instituição ainda há muito que avançar. Apesar de ser um tema que tem ganhado espaço nos debates internos, principalmente no que se relaciona ao gênero, a realidade demonstra uma situação muito aquém de uma verdadeira representatividade das mulheres nos diversos espaços de gestão. Além dos principais cargos estratégicos, presidência, vice-presidências e diretorias, a maioria dos cargos gerenciais continua sendo ocupada apenas por homens, sem refletir a real participação das mulheres na composição total do quadro de funcionários.

CASSI

69. A situação da saúde do funcionalismo em todos os aspectos é caótica, resultado do acirramento da concorrência entre as instituições financeiras e do incentivo das empresas ao individualismo como caminho para a ascensão profissional, levando ao esgotamento físico e psicológico dos trabalhadores.

70. Por isso, defendemos a extensão para o conjunto dos associados do Modelo de Atenção Integral à Saúde, baseado na Estratégia de Saúde da Família. O fortalecimento e expansão do modelo, que se baseia na prevenção e

promoção da saúde, comprovadamente reduz as despesas da Cassi frente à evolução crescente dos custos do setor, principal fator de risco à sustentabilidade da nossa Caixa de Assistência.

71. Recentemente, o Banco do Brasil apresentou às entidades de representação dos funcionários, ativos e aposentados, proposta com o objetivo de equacionar os déficits apresentados pela Caixa de Assistência e reequilibrar as contas da entidade.

72. As alterações propostas para o custeio da Cassi de assistência oneram todos os associados, transformando a contribuição extraordinária em permanente e estabelecendo cobrança por dependente, além de propor mudanças na governança, com o fim da paridade na gestão e a instituição do voto de minerva.

73. A cobrança por dependente proposta pelo banco, inclusive sobre os cônjuges, sobrecarrega sobremaneira os funcionários que percebem as menores remunerações e em início de carreira, sendo inadmissível o comprometimento da renda e a capacidade de manterem a associação ao plano. Além do prejuízo objetivo nos salários dos associados com a quebra do princípio da solidariedade e o aumento da coparticipação, o não oferecimento da assistência à saúde aos novos concursados pode levar ao esvaziamento da Cassi ao longo ao tempo.

74. Não resta alternativa aos funcionários senão a rejeição por completo desta proposta apresentada pela direção do Banco do Brasil, pois ela se insere na lógica corrente do governo atual de retirar os direitos da classe trabalhadora e aprofundar as desigualdades sociais.

75. Além disso, devemos cobrar do Banco do Brasil o cumprimento da decisão da Terceira Vara da Justiça do Trabalho DF que determina o direito dos funcionários incorporados e seus dependentes de se associarem a Cassi nas mesmas condições dos demais empregados vinculados diretamente ao BB;

76. Por outro lado, é necessário que os participantes deste 29º Congresso Nacional



dos Funcionários do Banco do Brasil exijam dos diretores recém-eleitos na Cassi uma posição firme em defesa dos interesses do funcionalismo e contrária as intenções do Banco do Brasil em implementar as resoluções 22 e 23 da CGPAR em nossa caixa de assistência.

PREVI

77. A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil é o maior fundo de pensão da América Latina, razão pela qual os olhos do Mercado e dos gestores do BB estão sempre voltados para seu extenso patrimônio.

78. Prova disso é o PLP 268, projeto que tem como única finalidade a entrega da gestão dos bilhões em patrimônio da PREVI a administradores do mercado financeiro, sem qualquer compromisso com o fundo, apenas com o próprio lucro.

79. Nos últimos períodos a PREVI sobreviveu aos diversos ataques da iniciativa neoliberal, principalmente pela atuação e comprometimento dos representantes eleitos pelo funcionalismo. O mesmo não ocorreu com diversos Fundos de Pensão de empresas públicas, conforme o relatório final da CPI instalada na Câmara dos Deputados.

Propostas

- Manutenção da mesa única de negociações.
- Cumprimento imediato da Súmula 372 do TST e o reconhecimento dos direitos adquiridos pelos bancários e bancárias do Banco do Brasil.
- Realização de Concurso Público para mais contratações e Cassi para todos.
- Não à terceirização no Banco do Brasil e às "Lojas de atendimento".
- Não ao fechamento de agências e/ou transformação de unidades em Postos de atendimento.
- Instituição do salário mínimo do Dieese como

piso da categoria.

- Valorização do PCR com interstício na tabela de antiguidade de 6%.
- Defesa do princípio de solidariedade na Cassi e a inclusão de funcionários oriundos de bancos incorporados pelo BB, para que sejam assistidos pelo Programa de Saúde da Família e demais coberturas.
- Luta contra as resoluções 22 e 23 da CGPAR.
- Fim do voto de minerva no Conselho Deliberativo da Previ.
- Redução da Parcela Previ nos planos 1 e 2.
- Aumento do valor do benefício Mínimo da Previ.
- Resgate de 100% contribuição patronal na Previ.
- Redução das despesas administrativas e das taxas de carregamento e administração na Previ.
- Revisão da tabela PIP para aumentar o acesso a contribuição da subparte 2 b.
- Implantação da contribuição para Previ sobre a PLR.
- Ação nacional pelo fortalecimento das entidades representativas da categoria.
- Revitalização da Comissão de Empresa como instrumento de organização e mobilização do funcionalismo.
- Manutenção da proibição de descomissionamentos arbitrários, a exemplo da cláusula 45ª do ACT BB 2016/2018.
- Cumprimento na íntegra da cláusula 46ª do ACT, respeitando o prazo de 18 meses de trava para remoção dos escriturários.
- Luta nacional em defesa dos bancos públicos e

pelo fortalecimento da atuação das instituições financeiras no financiamento da produção e do desenvolvimento econômico e social do país.

em-2017

<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/1T18AnaliseDesempCl.pdf>

- Luta pela Regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, que trata do Sistema Financeiro Nacional.

- Apoio às iniciativas pela revogação dos dispositivos da Lei 13.467/2017, a exemplo dos PLS 251, 252, 253 e 254/2017, de autoria do Senador Paulo Paim (PT-RS).

- Intensificação da luta contra a PEC 287/2016 (Reforma da Previdência);

- Luta pelo arquivamento e revogação de todos os projetos de leis ou legislação em vigor que retiram direitos da classe trabalhadora, como exemplo do PLP 268/2016.

- Abono dos quatro dias de luta realizados na vigência do atual acordo: 15/03/2017; 28/04/2017; 30/06/2017 e 19/02/2018, e alteração no ponto dos grevistas de "Falta não Abonada e não Autorizada" para "Falta Greve".

- Buscar estratégias de aproximação com os aposentados e pensionistas, a fim de estabelecer diálogo e inclusão das pautas destes segmentos em nossas minutas e acordos.

92

Referências

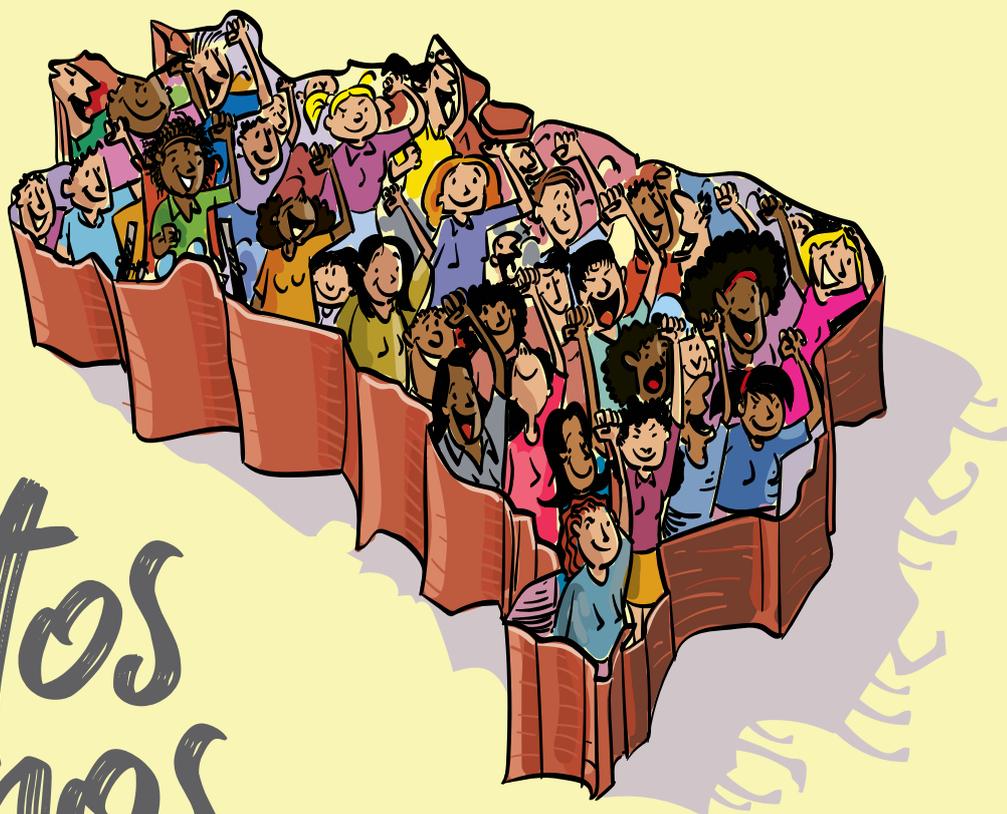
JAKOBSEN, Kjeld. A guerra comercial de Trump, TEORIA E DEBATE, São Paulo, Ed. 172, maio/2018.

DIEESE. Boletim de Conjuntura, São Paulo, número 14, Maio/2018

Bancos 'enforcam' a economia real com lucros bilionários, apesar da crise. Rede Brasil Atual, São Paulo, publicado em 03 de Maio/2018.

Para que bancos públicos federais de varejo? Jorge Matosso. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, publicado em 28 de Fevereiro/2018.

<https://oglobo.globo.com/economia/bancos-fecham-recorde-de-1500-agencias-no-brasil->



Juntos
somos
mais

29º CNFBB

CONGRESSO NACIONAL
DOS FUNCIONÁRIOS DO
BANCO DO BRASIL

São Paulo • 07 e 08 de Junho de 2018



FEDERAÇÕES
E SINDICATOS